

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Kátia Pereira Coelho Camargo

**RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO ENTRE  
MULHERES/PROFESSORAS NA REGIONAL DE PALMEIRAS DE  
GOIÁS E SUA REPERCUSSÃO NO MUNDO DO TRABALHO**

GOIÂNIA – GO

2007

KÁTIA PEREIRA COELHO CAMARGO

**RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO ENTRE  
MULHERES/PROFESSORAS NA REGIONAL DE PALMEIRAS DE  
GOIÁS E SUA REPERCUSSÃO NO MUNDO DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Goiás para obtenção do grau de Mestre.

Concentração em Estado, Instituições e Políticas Educacionais.

Prof<sup>ª</sup>. Orientador: Dr<sup>a</sup> Lúcia Helena Rincón Afonso

GOIÂNIA - GO

2007

CAMARGO, Kátia Pereira Coelho

Relações sociais de gênero na Regional de Palmeiras de Goiás e sua repercussão no mundo do trabalho/Kátia Pereira Coelho CAMARGO. 2007.

165 f.

Dissertação ( Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

1- Relações sociais de gênero. 2. Regional de Palmeiras de Goiás. 3. Repercussão no mundo do trabalho

# FOLHA DE APROVAÇÃO

Kátia Pereira Coelho Camargo

## RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NA REGIONAL DE PALMEIRAS DE GOIÁS E SUA REPERCUSSÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Goiás para obtenção do grau de Mestre.

Concentração em Estado, Instituições e Políticas Educacionais.

Prof<sup>a</sup>. Orientador: Dr<sup>a</sup> Lúcia Helena Rincón Afonso

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007. Nota: \_\_\_\_\_

### BANCA EXAMINADORA

.....  
Maria Esperança F. Carneiro - UCG

.....  
Olívia Rangel - Fundação Maurício Grabois

.....  
Eline Jonas – UCG

## **DEDICATÓRIA**

Aos dois homens da minha vida: meu esposo Paulo Camargo e meu filho Paulo Eduardo.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por estar presente em nossas vidas em todos os momentos.

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lúcia Helena Rincón Afonso, pela criteriosa contribuição visando o aprimoramento desta pesquisa.

Aos familiares pela compreensão e carinho, em especial minha mãe Sirley, meu pai Eduardo e minha irmã Lígia.

Aos colegas do curso, que permitiram nosso crescimento juntos.

## EPÍGRAFE

As mulheres do mundo tem certezas,  
Trazem cicatrizes, fincam raízes,  
São fartas de alegrias e tristezas

As mulheres do mundo não tem medo,  
São enigmas, desassossego, são enredos.

As mulheres do mundo se entrelaçam  
Em luas e sóis, se banham em  
Águas claras, adormecem  
Em perfumados lençóis.

As mulheres do mundo de si  
Brotam vidas, aladas, paridas,  
Transmutadas, amadas.

As mulheres do mundo vertem  
Lágrimas e sonhos, são tênues,  
Fugidias, ternas, exagues...

As mulheres do mundo são o sal da terra,  
Plantam, cuidam e colhem...  
Tempestades, flores, frutos, amores.

As mulheres do mundo enxergam a mais branda luz,  
Sentem o mais sutil afago,  
Ouvem o mais longínquo violino,  
Miram-se no mais profundo lago.

Assim sendo, sendo assim, as mulheres do mundo  
Não permitem que os filhos das mulheres do mundo e da terra  
Sejam mortos numa injustiça e desnecessária guerra.

Pois as mulheres do mundo querem  
Os filhos das mulheres do mundo vivos!  
Querem vivos os homens e mulheres do mundo  
A edificar livres e soberanas nações, a semear a paz!

*Jussara Cony, 2005.*

## RESUMO

A partir do surgimento da classe trabalhadora, forma-se uma nova sociedade, que tem como característica uma nova maneira de organização do trabalho a qual explora o homem. Esta nova organização política e econômica causou também uma reestruturação da categoria de professores, tendo reflexos negativos na política de sua formação, bem como na desvalorização do profissional da educação que acabou por se proletarizar de forma acrítica, principalmente após a feminilização do magistério. Diante desta realidade, após a década de 1970, inicia-se uma mudança na postura dos sindicatos e dos sindicalizados, é nítido o enfraquecimento e o não engajamento dos trabalhadores e suas categorias no processo de luta contra o capital avassalador, percebe-se o poder da ideologia dominando o pensamento e as ações dos assalariados. Mediante esta situação, observa-se que as mulheres professoras além de não se engajarem nas lutas sindicais, também não estão à frente dos postos de poder, alienando-se dos interesses de sua classe. A dominação do capital é de tamanha grandeza que a categoria de professores não conseguiu mudar esta realidade, pois é uma das categorias que mais sofre pressão dos poderes dominantes, principalmente por serem a maioria mulheres, que vem de uma luta pouco valorizada pela sociedade machista, e que não dão oportunidades verdadeiras de transformação desta sociedade. Há uma dominação explícita nas relações de gênero, no qual o trabalho da mulher é visto como prolongamento das atividades domésticas e não como função de emancipação, é predeterminado aos gêneros papel social de acordo com suas habilidades. No interior goiano, mais especificamente na Regional de Palmeiras de Goiás, tais desigualdades são mais acentuadas devido às exigências da sociedade patriarcal serem evidentes e presentes ainda hoje. Estas características induzem mais ainda as desigualdades sociais, o não engajamento da classe de professores/as nas lutas sindicais, a aceitação de uma realidade machista e principalmente a perpetuação destas posturas na sociedade do século XXI. Este campo teórico está entrelaçado com as questões sociais, uma vez que têm grande amplitude e interesse nas relações sociais de gênero.

Palavras-chave: gênero, conscientização, sindicalismo, trabalho, Palmeiras de Goiás, mulher / professora.



## ABSTRACT

Starting from the appearance of the working class, a new society is formed, which has as characteristic a new way of work organization to explore the men. This new political and economical organization also caused a restructuring of the teachers' category, tending negative reflexes in the politics of graduation, as well as in the education professional's depreciation that came to proletarian in an uncritical way, mostly after the female tendency for teaching. Due to this reality, after the decade of 1970, a change begins in the posture of the unions and their members, it is clear the weakness and the workers' non engagement at their categories in the fight process against the overpowering capital, it is noticed the power of the ideology dominating the thought and the wage earners' actions. By this situation, it has been noticed that the women teachers besides if they do not engage in the union fights, they are not also leading the positions of power, being alienated to the interests of their class. The pro capital dominance is of such greatness that the teachers' category did not get to change this reality, because it is one of the categories that more suffer pressure, from the dominant powers. Mainly because most of them are women, that come from a fight little valued by the macho society, that do not give true opportunities of transformation for this society. There is an explicit dominance in the gender relationships, in which the women's work is seen as prolongation of the domestic activities and not as emancipation function, it is predetermined by the social role in agreement with their abilities. In the goiano country, more specifically in the Regional of Palmeiras de Goiás, such inequalities are more accentuated due to the demands of the patriarchal society are evidenced and present until today. These characteristics induce the social inequalities, the non-engagement of the teachers as class in the union fights, the acceptance of a macho reality and mainly the perpetuation of these postures in the society of the XXI century. This theoretical field is interlaced to the social subjects, once they have great amplitude and interest in the social relationships of gender.

Key-words: gender, understanding, syndicalism, work, Palmeiras de Goiás, woman/teacher

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>08</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>09</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: GÊNERO, TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA .....</b>	<b>21</b>
1.1 Conceituando as relações sociais de gênero.....	22
1.2 O Trabalho como fator de evolução humana.....	26
<b>CAPÍTULO 2 - OS/AS TRABALHADORES/AS E O SINDICALISMO EM TEMPO NEOLIBERAL - UM PANORAMA NO FINAL DO SÉCULO XX.....</b>	<b>34</b>
2.1 Reflexões sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil – .....	34
2.2 Neoliberalismo : em que universo simbólico as professoras vivem? .....	38
2.3 O neoliberalismo e sua repercussão nas políticas sindicais: novo papel para os/as trabalhadores / as exige novas e conciliatórias posturas sindicais .....	48
2.3.1 <i>Um novo papel para os/as trabalhadores/as e suas organizações.....</i>	<i>53</i>
2.4 Uma referência ao sindicalismo no Brasil e em Goiás na segunda metade do século XX.....	61
<b>CAPÍTULO 3 - AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO E A PROFISSÃO DE PROFESSORA .....</b>	<b>73</b>
3.1 A mulher trabalhadora no Brasil.....	75

3.2 Passos rumo às mudanças- do mundo para Goiás .....	81
3.3 A escola e o ser mulher professora: profissão desvalorizada no espaço público.....	88

**CAPÍTULO 4 - A MULHER PROFESSORA NO MUNDO DO TRABALHO  
NO INTERIOR DE GOIÁS - A DIFÍCIL REALIZAÇÃO ENQUANTO**

<b>SUJEITO .....</b>	<b>100</b>
4.1 Identificando o universo pesquisado .....	104
4.2 Discutindo as Condições de Vida das Professoras da Subsecretaria Regional de Educação de Palmeiras de Goiás .....	114
4.3 As mulheres/professoras e a luta sindical .....	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Rendimento médio mensal por sexo e atividade entre 1900 e 1960 .....	78
Tabela 2	Rendimento por hora trabalhada – 1999 – 2006 .....	78
Tabela 3	Renda individual mensal .....	79
Tabela 4	Renda média e setores economicamente selecionados – Redominância masculina .....	80
Tabela 5	Renda média dos setores econômicos selecionados – predominância feminina – 2005 .....	80
Tabela 6	Percentual de homens e mulheres no mercado de trabalho .....	83
Tabela 7	População economicamente ativa total e de mulheres Brasil e Regiões e Goiás -2005.....	84
Tabela 8	População com 13 ou mais anos de estudo.....	84
Tabela 9	Violência contra a mulher.....	87
Tabela 10	Quantidade de professores/as por modalidade.....	88
Tabela 11	Diferença salarial .....	89
Tabela 12	Homens e mulheres da S.R.E. de Palmeiras de Goiás.....	101
Tabela 13	Divisão dos/as professores/as por modalidade de ensino .....	101
Tabela 14	Divisão de professores/as por área de formação.....	102

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Escolaridade das professoras.....	105
Gráfico 02	Área de formação das professoras da SER de Palmeiras de Goiás, 2006.....	105
Gráfico 03	Área de pós-graduação das professoras .....	106
Gráfico 04	Faixa etária das professoras .....	106
Gráfico 05	Estado civil das professoras .....	107
Gráfico 06	Quantidade de filhos das professoras.....	107
Gráfico 07	Idade dos filhos das professoras .....	108
Gráfico 08	Cidade onde reside as professoras .....	108
Gráfico 09	Tipo de casa das professoras .....	109
Gráfico 10	Setor que mora as professoras.....	109
Gráfico 11	Etnia das professoras .....	110
Gráfico 12	Rede de atuação das professoras .....	110
Gráfico 13	Modalidade de atuação das professoras .....	111
Gráfico 14	Número de turnos em que trabalha .....	111
Gráfico 15	Tempo de magistério .....	112
Gráfico 16	Exerce outra atividade econômica .....	112
Gráfico 17	Tem vontade de exercer outra profissão.....	113
Gráfico 18	Renda individual mensal .....	113
Gráfico 19	Renda mensal família.....	114
Gráfico 20	Escolha da profissão.....	115
Gráfico 21	Ocupa cargo de direção.....	116
Gráfico 22	Função atua .....	117
Gráfico 23	Sofre preconceito no trabalho .....	119
Gráfico 24	Tipo de preconceito vivido .....	120
Gráfico 25	Porque os homens ganham mais .....	120
Gráfico 26	A condição da mulher atrapalha .....	121

Gráfico 27	Filhos atrapalha a mulher trabalhadora.....	131
Gráfico 28	O homem atrapalha a mulher ter uma posição melhor no mercado de trabalho .....	124
Gráfico 29	Horas de serviços domésticos semanais .....	125
Gráfico 30	Trabalho doméstico masculino .....	126
Gráfico 31	Horas semanais trabalhadas na escola .....	127
Gráfico 32	Horas de trabalho escolar realizados em casa .....	127
Gráfico 33	Se pudesse escolher sua jornada de trabalho .....	128
Gráfico 34	Ao sair para o trabalho com quem ficam os filhos .....	129
Gráfico 35	Possui empregada doméstica.....	129
Gráfico 36	O que faz com o tempo livre .....	130
Gráfico 37	Freqüência à teatro.....	131
Gráfico 38	Freqüência à cinema.....	131
Gráfico 39	Freqüência à shows.....	131
Gráfico 40	Freqüência à festas .....	132
Gráfico 41	Freqüência à igreja .....	132
Gráfico 42	Participa de movimento social .....	133
Gráfico 43	Participou de algum movimento social.....	134
Gráfico 44	Filiação ao Sintego .....	137
Gráfico 45	Se não é filiado ao Sintego, gostaria de ser.....	137
Gráfico 46	Seu sindicato luta em defesa de seus direitos? .....	139
Gráfico 47	Como mulher se sente no direito de lutar por seus Direitos.....	140
Gráfico 48	O Sintego deveria preocupar-se somente com melhorias salariais? .....	141
Gráfico 49	O Sintego no interior é fragilizado?.....	142
Gráfico 50	É ou foi membro de diretoria do Sintego.....	143
Gráfico 51	Você sabe o que é lutar por novas relações sociais de gênero.....	143

## INTRODUÇÃO

Vivendo em contato diário com a categoria de professores/as tanto por ser professora do ensino fundamental ha mais de 10 anos, como por lecionar para professores a mais de 6 anos na Universidade Estadual de Goiás na unidade localizada em Palmeiras de Goiás, comecei a ser instigada a pesquisar as imagens que foram construídas nas mulheres/professoras quanto a sua categoria profissional; o que faz estas professoras tão alienadas de seus interesses de classe; por que não participam das lutas de sua categoria nem questionam a situação de submissão em que vivem, nos espaços públicos e privados?

O objeto desta pesquisa é abordar as mulheres professoras da Subsecretaria Regional de Educação de Palmeiras de Goiás<sup>1</sup> que é composta por nove cidades jurisdicionadas: Nazário, Palmeiras de Goiás, Paraúna, Varjão, Palminópolis, Cazarina, Edéia, Jandaia e Indiara, investigando o seu processo de não-engajamento no sindicato e relacionando-o a sua condição de mulher. Para tal, iríamos procurar traçar, de um lado, o perfil dessas mulheres como profissionais e como mulheres e, de outro, a partir da política sindical desenvolvida por sua entidade de classe, identificar as bases de sua relação com as lutas sindicais.

Buscamos analisar quem são as mulheres/professoras da S.R.E. de Palmeiras de Goiás, pelo motivo de serem maioria atuando em salas de aula e sofrerem preconceitos sociais. Pesquisamos seu cotidiano, suas lutas e reivindicações e como suas condições de vida como profissional e como mulher delineiam sua existência. Recorremos a questionários, diário de campo e pesquisas bibliográficas.

Para alcançarmos os objetivos propostos, foi utilizada a pesquisa exploratória, visando maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito, confirma-lo ou construir hipóteses, partindo do cotidiano das mulheres/professoras da S.R.E.. Na pesquisa de campo foram utilizado diário de

---

<sup>1</sup> Essa subsecretaria será identificada neste trabalho como S.R.E..

campo e questionários aplicados a 10% das mulheres/professoras da S.R.E. que estavam atuando no mínimo a dois anos e que fossem concursadas. Também foram analisados documentos referentes a todos os profissionais da educação homens e mulheres que fazem parte dos municípios jurisdicionados à S.R.E. de Palmeiras de Goiás. Para sua realização foram feitas várias visitas às cidades da S.R.E. de Palmeiras de Goiás no período de maio, junho, julho e agosto de 2006, ora para entregar os documentos, ora para recolhê-los, e em algumas cidades como Jandáia, Nazário e Varjão foram necessárias três visitas para recolher os dados da pesquisa.

. Uma das maiores dificuldades em coletar os dados foi comprovar para as professoras pesquisadas que o nome delas não iria aparecer na pesquisa, pois caso contrário, elas não iriam respondê-lo. Para dar suporte teórico à pesquisa foi realizada também análise bibliográfica sobre o assunto.

Como se pode constatar nos dados apresentados no IV capítulo, é mínima a quantidade de professoras dos municípios jurisdicionados à Subsecretaria Regional de Educação de Palmeiras de Goiás que fazem parte do cotidiano de lutas da categoria, participando das greves, das campanhas salariais, mobilizando os trabalhadores. Quase nunca estas mulheres são representadas nas instâncias de direção, nos postos de poder no espaço público. A presença das mulheres no espaço público, reconhecido como lugar por excelência dos homens, seja no mercado de trabalho, nos sindicatos, seja nos partidos políticos ou nas associações comunitárias, trouxe contribuições importantes para a sociabilidade dos trabalhadores. Foram introduzidas políticas que abordam as relações entre homens e mulheres; uma nova visão das práticas políticas, certa transgressão à hierarquia de poder. Porém, a participação da mulher em postos de poder ainda é muito pequena.

O objetivo geral da presente pesquisa é contribuir para uma melhor compreensão sobre a participação das professoras no sindicato, se tem sido uma realidade e como esta participação tem sido vivida por elas. Buscou-se investigar o nível existente de inculcação das políticas quanto aos direitos trabalhistas das professoras e como acontece a inserção dessas mulheres no mundo do trabalho. Procuramos identificar o nível de participação da mulher professora da S.R.E. na organização e na luta sindical, qual a importância da atuação sindical na vida destas educadoras e como elas se justificam em função das condições de vida que têm e como convivem com os papéis sociais que lhes são atribuídos.



Propusemo-nos a examinar alguns teóricos que sustentam tais idéias, buscando evidenciar suas aproximações com o mundo capitalista e pós-moderno e suas implicações no trabalho docente feminino. Não temos a pretensão de apresentar um estudo completo ou conclusivo deste assunto, visto que a questão de gênero em educação é um assunto novo e extremamente vasto.

Para realizar a análise aqui proposta, fez-se necessário uma revisão crítica da literatura voltada para a história das trabalhadoras no Brasil, ainda que parcialmente, bem como a realidade do conjunto dos trabalhadores em tempos neoliberais e seus efeitos na organização e na militância sindical.

A decisão de pesquisar como as professoras se engajam na luta sindical deveu-se ao entendimento de que, no exercício da profissão de professora/professor, as pessoas são potencialmente grandes divulgadoras da realidade crítica, por mais que no seu cotidiano não tenham poder efetivo suficiente para transformar esta realidade.

Não se trata de uma pesquisa voltada apenas para a amostragem, com dados estatísticos, mas também de uma pesquisa qualitativa, que envolve a obtenção de dados descritivos resultantes do contato direto do pesquisador com a situação em estudo, enfatizando mais o processo do que o produto, e cujos dados serão analisados de maneira indutiva e, ao mesmo tempo, dedutiva.

Para melhor analisar as mulheres professoras/trabalhadoras da S.R.E. de Palmeiras de Goiás, e seu posicionamento frente à luta sindical e política, é necessário observar a história recente do país, as concepções de mundo forjadas na luta contra a ditadura militar e o papel das organizações políticas e sindicais que foram construídas na luta pela democracia e em defesa dos direitos dos/das trabalhadores/as, nas décadas de 1970 e 1980, e combatidas/enfraquecidas nos anos de 1990.

Para realizar o estudo do mundo do trabalho docente e sua influência na tomada de decisão das pessoas, optamos por uma pesquisa dialética, que se apóia no contexto social onde estas pessoas trabalham e interagem nas relações sociais, com base na observação da realidade social e na visão dialética dessa realidade, privilegiando a contradição e o conflito predominante sobre a harmonia e o consenso, bem como o movimento histórico, a totalidade e a singularidade. Para Viana (2006,p.35),

o método dialético, ao conferir um papel fundamental á totalidade como fundamento explicativo dos elementos particulares que a compõem, permite a superação de diversos equívocos e abre novas perspectivas para o estudo da questão da mulher, pois lidamos o tempo todo com oposições: dominantes e dominadores.

Pensamos ainda com Viana (2006, p. 35), não se pode pensar o homem e a mulher como culturas “arbitrárias”, mas como “representações, reais ou ilusórias”, que se dão a partir de relações sociais concretas.

As representações cotidianas e as ideológicas acerca do sexo feminino e do masculino não são produtos arbitrários da “cultura” ou do “poder”, estas duas entidades metafísicas que dominam o discurso contemporâneo antropológico ou pós-estruturalista, já que tanto a cultura quanto o poder nesta ideologia aparecem como algo a-histórico, indeterminado, a-social. A visão do sexo feminino é constituída em que período histórico e em que contexto social isto ocorre, bem como entender qual é a posição de classe de quem apresenta.

Busca-se, em uma pesquisa dialética, a práxis humana como forma de compreender as transformações e os processos, não só os resultados.

Ao compreender que tudo muda, que não há verdades absolutas, que todo conhecimento é uma transformação da realidade; e partindo do materialismo histórico como método de analisar a relação do docente com o mundo social, concreto e contraditório é que surge a necessidade de conhecer, pelo menos em seus aspectos fundamentais, a realidade social que engendrou a ilusão de que está tudo ótimo e que somos fracos perante a ideologia dominante. A sociedade capitalista tem divulgado nas últimas décadas crenças e mitos que têm diluído as forças sindicais e enfraquecido também a categoria dos professores, suas lutas e reivindicações, principalmente quando se referem às mulheres professoras. Assim, realizar a análise aqui proposta implica investigar a desestruturação sindical que tem levado uma parte significativa das professoras do interior goiano a uma alienação<sup>2</sup> do seu trabalho na escola.

Segundo Aranha (2001) alienação significa “que pertence a um outro”. Sob determinado aspecto, alienar é tornar alheio, transferir para outrem o que é seu. Marx (1991) afirmou em seus estudos que a alienação não é teórica, pois “se manifesta na vida real do homem, na maneira pela qual, a partir da divisão do trabalho, o produto do seu trabalho deixa de lhe pertencer”.

Após a ampliação do setor de serviços, aumenta a classe média, multiplicam-se as profissões de forma inimaginável e nos aglomerados urbanos os escritórios abrigam milhares de funcionários executivos e burocráticos em geral. Nesta nova organização do trabalho, acentua-se as características de individualismo que levam à atomização e dispersão dos indivíduos, o que faz aumentar o interesse pelos assuntos da vida privada e menos pelas questões públicas e políticas. Além da procura hedonista de formas de lazer e satisfação imediata.

No dicionário Wikipedia (2007), a palavra alienação tem várias definições como, cessão de bens, transferência de domínio de algo, perturbação mental, na qual se registra uma anulação da personalidade individual, arrombamento de espírito, loucura. A alienação trata-se do mistério de ser ou não ser, pois uma pessoa alienada carece de si mesmo, se tornando sua própria negação.

A alienação social é o desconhecimento das condições histórico-sociais concretas em que vivemos, produzidas pela ação humana também sob o peso de outras condições históricas anteriores e determinadas. Segundo Chauí (2000, p. 57),

Há uma dupla alienação: por um lado, os homens não se reconhecem como agentes e autores da vida social com suas instituições, mas, por outro lado e ao mesmo tempo, julgam-se indivíduos plenamente livres, capazes de mudar suas vidas individuais como e quando quiserem, apesar das instituições sociais e das condições históricas. No primeiro caso, não percebem que instituem a sociedade: no segundo caso, ignoram que a sociedade instituída determina seus pensamentos e ações.

A mulher/professora repete esta postura, em sua vida profissional, no âmbito escolar, na realidade experienciada na sua vida como mãe e dona de casa.

Como as professoras do interior de Goiás intervêm no cotidiano da luta de classes, participando de greves, das campanhas salariais, por melhores condições de trabalho e ensino-aprendizagem é a questão a ser discutida.

O enfoque metodológico no tratamento do objeto mulher e trabalho/magistério/sindicato é tema crítico de debate. Tal esforço busca romper com a invisibilidade, o silêncio e a conseqüente desvalorização que pesam sobre o trabalho feminino, seja ele doméstico ou não.

Queremos explorar se a participação de mulheres no mercado de trabalho em condições diferenciadas devido à multiplicidade de papéis que lhe são exigidos,

---

<sup>2</sup> Segundo Aranha ; Martins( 2001, p. 12), na vida diária, chamamos alguém de alienado quando o percebemos desinteressado de assuntos considerados importantes, tais como as questões políticas e sociais.

implica representações<sup>3</sup> e práticas familiares e educacionais distintas das tradicionais. As mulheres são as mais atingidas pelas políticas de precarização do trabalho e pela falta de assistência do Estado que, privatizado durante os anos de ofensiva neoliberal, foi sucateado e serviços essenciais como saúde, habitação, educação não têm o alcance que deveriam ter.

As mulheres estão inseridas numa sociedade que se caracteriza por valores e relações tradicionais convivendo com uma crescente modernização. Culturalmente, nas práticas cotidianas de trabalho, é natural encontrar um misto de moderno/tradicional e, nelas, os efeitos das novas maneiras como o trabalho está organizado e seu impacto na vida das pessoas.

O sindicato é um órgão que dá força à união dos trabalhadores, e busca impedir que se façam injustiças com as classes trabalhadoras. No Brasil, os sindicatos foram regulamentados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), leis redigidas entre 1931 e 1943, em plena ditadura getulista, inspirada na Carta Del Lavoro, do fascista Mussolini. A CLT impõe limites ao sindicato e o torna dependente do governo, principalmente ao Ministério do Trabalho. O sindicato é um movimento social, uma das múltiplas formas de organização dos trabalhadores/as e do povo. Segundo a CLT, são alguns dos objetivos do sindicato colaborar com os poderes públicos, manter os serviços de assistência jurídica aos associados, promover a conciliação nos dissídios do trabalho criar cooperativas de crédito e de consumo.

Uma das hipóteses investigadas neste trabalho é se os avanços conquistados através das lutas feministas têm repercutido na vida dessas mulheres no mundo do trabalho, fazendo um recorte no âmbito escolar, lócus de maior concentração de mulheres trabalhadoras no interior, buscando perceber e compreender suas relações de engajamento sindical. Assim, procuramos identificar se, no seu processo de inserção no mundo do trabalho, as mulheres têm consciência ou se, ao menos, se apóiam nas reflexões sociais de gênero existentes

A situação de silêncio, obscuridade e banalidade na qual foram colocadas as mulheres impõe como desafio político a tarefa de trazer à luz suas vozes, suas mentes, sua situação humana. Estamos convencidos de que o

---

<sup>3</sup> A representação social, não é uma cópia nem reflexo, uma imagem fotográfica da realidade; é uma tradução, uma versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar. É dinâmica, móvel. É uma forma de conhecer típica as sociedades, cuja velocidade vertiginosa de informações obriga a um processamento constante do novo, que não abre espaço nem tempo para cristalização de tradições, processamento que se esteia no olhar de quem vê. (Moscovici, 1997).

processo de conhecimento sobre as mulheres é parte indispensável do processo de libertação de mulheres e homens do jugo do capital. (ALMEIDA FILHO, 2006, p. 24)

Nesta pesquisa, procuramos compreender a condição feminina em sua conexão com a exploração social e a dominação masculina que embute ações patriarcais e arcaicas. Almeida Filho (2006, p. 24) afirma que:

De um ponto de vista materialista e dialético a interpretação entre o masculino e o feminino não resulta apenas ou principalmente em relações de poder e dominação, histórica e socialmente construídas, mas num modo de ser e viver, um modo de vida que separa e une homens e mulheres. Vivem e expressam sua condição biopsicossocial por meio das formas históricas concretas da dominação masculina, os modelos patriarcais. Tais modelos se impuseram ao longo da história evolutiva, social e pessoal das mulheres por meio da violência física e psicológica, mas também através de adesão de uma parcela das mulheres a estes modelos.

Investigamos e pesquisamos como se modificou a presença da mulher no mercado de trabalho, o que levou a mulher a trabalhar fora de casa e como se manifestam sua consciência de classe e de gênero.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos nosso entendimento sobre algumas categorias de análise imprescindíveis à compreensão do texto.

No segundo capítulo apresentamos um panorama do mundo do trabalho e das práticas políticas sindicais que se constituem sob a égide das políticas neoliberais, que vão intervir na construção da situação de vida do conjunto dos trabalhadores e, portanto, também das mulheres/ professoras da S.R.E. de Palmeiras de Goiás.

No terceiro capítulo, buscamos situar a mulher que vive as relações sociais de gênero no mundo do trabalho, na escola enquanto professora.

No quarto capítulo, analisamos os dados levantados em pesquisa de campo com a mulher/professora da S.R.E. de Palmeiras de Goiás, seu cotidiano e sua posição diante do seu trabalho, bem como suas relações sociais de gênero.

## **CAPÍTULO 1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: GÊNERO, TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Para analisar as mulheres/professoras da S.R.E. de Palmeiras de Goiás é preciso ter clareza de que o entendimento das relações sociais de gênero está relacionado diretamente com sua situação de trabalhadoras e explicitar e entender seu nível de participação política. Por isso este capítulo tem por objetivo apresentar nossa compreensão sobre as categorias de análise utilizadas para realizar a análise que dê maior visibilidade a esta situação, quais sejam - gênero, trabalho e participação política.

Homens e mulheres, formam uma unidade dinâmica indissolúvel, responsável pela sobrevivência e pelo desenvolvimento da espécie humana. Esta unidade é dinâmica, uma vez que homens e mulheres são opostos que se distinguem um do outro por possuírem diferentes atributos construídos ao longo de uma história biológica, psicológica e social, sendo, portanto, complementares.

Quando se discute a produção e reprodução das relações sociais de gênero, não se pode restringir as relações de classe à esfera da produção e as relações de sexo à esfera da reprodução. Ambas estão presentes ao mesmo tempo nas duas esferas. A primeira confirma a realidade social e econômica em que está inserida, buscando sempre repetir ações já realizadas; a outra reconhece que a vida social implica uma pluridimensionalidade de relações permeadas por antagonismos e contradições de várias ordens que, a cada momento e em cada lugar, ganham configuração própria nas relações entre os sexos.

## 1.1 Conceituando as relações sociais de gênero

A palavra “gênero” só começou a ser empregada a partir da década de 1980, uma vez que as palavras do nosso idioma determinam um gênero, não necessariamente referente a um sexo. Para Pedro (2006, p. 10),

Em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua lhes atribui um gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas, têm gênero, mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra “ gênero” no lugar de “sexo”. Buscavam desta forma, reforçar a idéia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” enquanto questão biológica, mas sim, eram definidos pelo “gênero” e portanto ligadas à cultura.

A identidade de sexo não se mostrou suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta; portanto a existência da categoria “mulher”, foi imprescindível, pois havia muitas diferenças dentro da diferença, por mais que existissem desigualdades nas relações de poder entre os sexos. Com o desenvolvimento dos estudos sobre a “questão da mulher”, vamos encontrar a elaboração do conceito de gênero, que passa a ser usado com mais freqüência na década de 1980.

No seu uso descritivo, o termo “gênero” é um conceito associado ao estudo de questões relativas às mulheres. Para Scott (1997, p.76), “gênero é um novo tema, um novo domínio de pesquisa histórica, mas não tem poder analítico suficiente para questionar ou mudar os paradigmas históricos existentes.”

Uma das questões primordiais na pesquisa de Scott (1997) é clarificar e especificar como se deve pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais, uma vez que essa reflexão nem sempre tem sido feita de maneira sistemática e precisa. Pensando assim, Scott analisa gênero como campo primário no interior do qual e por meio do qual o poder se articula. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistentemente recorrente de possibilitar a significação do poder ocidental.

Para Scott (1997), gênero envolve quatro elementos: o primeiro diz respeito a símbolos culturais colocados à disposição das pessoas, símbolos que evocam múltiplas representações; o segundo são os conceitos normativos, que expressam

interpretações dos significados dos símbolos, o que limita suas possibilidades metafóricas; em terceiro vêm as organizações e instituições sociais e, em quarto, a identidade subjetiva. Dentre estes quatro elementos, pode-se situar a classe como sendo constituinte histórica dos membros, que não apenas se conhecem e convivem, como também identificam, uns nos outros, interesses comuns.

Desta sorte, concretamente, uma classe não se constitui sem uma inerente dimensão política, que consiste basicamente na identificação dos interesses comuns entre seus membros e da distância que os separa de outras classes. É este ponto que orienta nossa análise do não engajamento da professora no sindicato, pois ela não se vê e não se identifica como classe, como conjunto; ao contrário, vê-se como vítima, passiva e apolítica.

Esta atitude de consentimento com a situação de dominação é analisada por Bourdieu (2002). Segundo este autor, o efeito da dominação simbólica que não é exercida simplesmente a partir da imposição da classe dominante, mas principalmente através da concordância dos grupos subordinados. Trata-se de uma interação dialética entre grupos socioculturais dominantes, que é mantida e revista a partir de negociações e do aceite do uso dos grupos subalternos.

Em sua obra “A Dominação Masculina”, Bourdieu (2002) aplica o conceito de *habitus*<sup>4</sup> ao processo de subordinação do gênero feminino. A dominação masculina exercida sobre as mulheres apóia-se na violência simbólica e se estabelece a partir do compartilhamento entre quem domina e quem é dominado. Isto não ocorre a partir de mecanismos conscientemente elaborados pelos homens para exercer poder sobre as mulheres, mas a partir de um gradativo processo de “socialização do biológico e de biologização do social” (Bourdieu, 2002, p.14), que se organiza a partir de categorias androcêntricas, sendo expresso através de modos de falar, de pensar e de se comportar, provocando efeitos nos corpos e nas mentes dos indivíduos.

A análise das relações sociais de gênero fornece meios de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Assim, o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, tendo significado político.

---

<sup>4</sup> Para Bourdieu (2002, p17) O *habitus* é uma forma de disposição à determinada prática de grupo ou classe, ou seja, é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que gera estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social.



Segundo Pedro (2005), as historiadoras feministas têm utilizado três abordagens na análise de gênero; a primeira procura explicar as origens do patriarcado, a segunda se apoia nas teorias marxistas e em críticas feministas e a terceira usa a teoria pós-estruturalista francesa e a psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero.

Quando se buscam referências às questões de gênero nas teorias do patriarcado, fica evidente a subordinação das mulheres à maternidade e ao poder de dominação dos homens. Chama-se patriarcado a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas. É um esquema de dominação, e inscreve-se na dominação política e social, embora sua origem esteja na autoridade exercida no seio de uma comunidade doméstica. No caso da autoridade doméstica, a mulher é submetida a uma convivência “pacífica”, sem direito de dizer o que pensa ou sente.

Para Scott (1997) as teorias do patriarcado apresentam problemas porque não vinculam desigualdade de gênero a outras desigualdades, ficando presa às diferenças físicas apenas. Patriarcado traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre seres com poderes desiguais (Saffioti, 2001). É ele que traz as ferramentas sexuais presentes no ser macho ou fêmea são transformadas em subordinação histórica das mulheres. A questão da violência contra a mulher é um exemplo típico de como as desigualdades se manifestam. Quando apanha, a mulher quase sempre é culpada por que fez algo indevido e o agressor raramente é punido. Nesse sentido, a dominação masculina está sempre presente.

Já as análises com base na teoria marxista têm caráter histórico, porém apenas a explicação material para as questões de gênero limita ou retarda as novas análises. O problema é que as feministas que usam a teoria marxista enfrentam o inverso da questão colocada no patriarcado, pois no interior do marxismo o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como sub-produto de estruturas econômicas cambiantes, uma vez que o gênero não tinha status analítico, independente, próprio. Segundo Castro in Costa e Bruschini (1992, p. 217),

as mudanças no conhecimento sobre a mulher vêm ocorrendo em paralelo com reviravoltas que também se dão no âmbito do conhecimento de outros objetos, em grande medida sem diálogos assumidos, o que parcializa e segmenta o conhecimento.

Quando se aborda a terceira teoria, a pós – estruturalista, tais estudos se baseiam em Freud e Lacan, pois agora há preocupação como os processos através dos quais a identidade do sujeito é criada; preocupa saber como a criança se desenvolve, como o conceito de gênero se forma e qual o papel da linguagem na comunicação, na interpretação e na representação de gênero.

Com estes novos conceitos em torno de gênero, é preciso construir uma nova história, que abrirá possibilidades de reflexão sobre as atuais estratégias políticas feministas e também as futuras, pois o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunto com a visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça. Para Saffioti in Costa e Bruschini (1992, p. 189):

A origem do gênero não é temporalmente discreta precisamente porque gênero não é subitamente originado num certo momento no tempo, depois do qual ele adquire uma forma fixa. Em um importante sentido, não se pode traçar o gênero até uma origem definível, porque ele próprio é uma atividade criadora ocorrendo incessantemente.

Diante das análises e das reflexões já realizadas, é correto afirmar que gênero não é sinônimo de sexo feminino ou masculino, mas corresponde ao conjunto de representações que cada sociedade constrói, através de sua história, para atribuir significados, símbolos e características a cada um deles. Segundo Afonso ( 2005, p. 62),

o conceito de gênero surge da tentativa de compreender como a subordinação é produzida e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas. A possibilidade de pensar as práticas materiais e, ao mesmo tempo, as construções simbólicas, evitando o essencialismo biológico ou a sustentação exclusiva na dimensão econômica, fez com que esse conceito fosse assumido também pelo feminismo de base marxista, preocupando em responder à permanência de relações de opressão entre homens e mulheres, mesmo em contextos econômicos e políticos diferenciados.

Costa e Bruschini (1992, p. 72) ao definirem gênero, apresentam algumas considerações que auxiliam no entendimento da importância desta categoria e assim compreender o posicionamento da mulher no mundo cotidiano:

A primeira compreende a idéia de que o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente do sexo, o gênero é um

produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. E segundo, envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social sem pretender prescrever o futuro da teoria e da prática feminista.

Assim, compreendemos com Scott (1997) que o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se e, através destas normas, definir um estilo ativo de viver o corpo no mundo. Não basta que um gênero conheça e pratique as atribuições que lhe são conferidas pela sociedade; é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades e os direitos do outro gênero. Não se trata da lógica da complementaridade. As relações de gênero não derivam de características inerentes ao macho e à fêmea, que se complementam na cópula procriadora. As concepções de gênero organicamente construídas inter-relacionam-se dialeticamente, dando, assim, ensejo à superação das contradições nelas contidas, através da prática política, que constitui a razão nuclear para não se fugir do conceito de poder, quando não se concebe o gênero como relação social que é, mas como oposições decorrentes de traços inerentes aos diversos seres, não se é capaz de perceber os diferentes poderes detidos-sofridos por homens e mulheres.

Ainda com a mesma autora, podemos afirmar que a construção do gênero, pode pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. O estabelecimento destas relações, nos dias atuais, é constituído com a intervenção significativa dos meios de comunicação, que reforçam os tradicionais papéis sociais de gênero, definindo e principalmente inculcando determinados comportamentos em homens e mulheres.

Entretanto, é no mundo do trabalho que queremos compreender essas relações. Por isso apresentamos no próximo tópico algumas reflexões sobre o papel do trabalho na constituição dos seres humanos como sujeitos.

## **1.2 O trabalho como fator da evolução humana**

A atividade humana determina a forma do homem ser, sua organização social, seu pensamento, suas idéias, ou seja, o homem é fruto do meio em que vive,

refletindo-o; assim as suas ações e seus pensamentos, a maneira como o homem se organiza para produzir seus bens e serviços varia de acordo com a realidade histórica e social em que vive.

Numa perspectiva dialética, pode-se afirmar que o trabalho é o elemento principal de transformação do mundo, e quem o realiza é o homem, que usa toda sua capacidade física e sua inteligência para transformar o mundo e, em decorrência, transformar a si mesmo. Isso ocorre pelo fato do homem necessitar satisfazer suas necessidades básicas - comer, beber, abrigar-se, vestir-se – o que cria novas necessidades, impulsionando-o a modificar o meio onde vive para suprir suas novas vontades e desejos.

Nas palavras de Marx (1991, p. 27),

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, o homem produz, indiretamente, sua própria vida material.

O trabalho, sendo uma característica exclusivamente humana, transformadora da natureza e do próprio homem, é elemento fundante da humanização. Segundo Costa, A. e Bruschini, C. (1997) o homem tornou-se um ser social que, ao produzir e usar um objeto qualquer, faz dele algo útil para a vida em sociedade. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o homem tornou-se cada vez mais sedentário, criando sempre mais mecanismos para facilitar sua vida, ou seja, usando a natureza a seu favor, transformando-a e moldando-a em seu benefício. Neste processo a consciência e a linguagem começaram a se desenvolver, pois são frutos do trabalho e dos produtos do trabalho do homem.

No mundo capitalista, o trabalho continua sendo a ação prioritária da sociedade, porém seus aspectos sociais foram intensificados pela exploração do trabalho. O que ocorre é que, ao pegar algo e transformá-lo em um objeto, este torna-se muito mais poderoso que o próprio homem, exteriorizando-o e alienando-o. A alienação é a desumanização, anulando o trabalhador.

Ao mesmo tempo em que é visto como meio socializador, transformando o homem em um ser social, o trabalho transforma o homem em mero produtor de mercadorias, degradado e alienado. Antunes (2003, p.76) afirma que “ o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de

subsistência do despossuído”. Marx constata, em seus estudos, que a alienação, a precariedade e a perversidade do trabalho na sociedade capitalista são evidentes.

Assim, o trabalho como atividade vital, verdadeira, desaparece, tornando-se algo odioso, um suplício, uma imposição, algo que o homem é obrigado a realizar por uma força externa e não por vontade própria. O trabalho humano torna-se animal e instintivo para sua própria sobrevivência, e o que é próprio do instinto animal (comer, beber, procriar) torna-se agora mérito do homem. O ser social torna-se estranho a ele mesmo, não tendo sua identidade de gênero humano.

Uma das possibilidades para a busca de identidade entre trabalho e gênero humano é a consciência do próprio homem enquanto ser transformador, buscando a consciência de si. Dallari (1984) faz uma interessante reflexão sobre o ser humano enquanto ser político que é importante discutir neste momento, para uma melhor compreensão da postura da mulher professora que será analisada no decorrer deste trabalho.

Quando se trata de organização da sociedade, deve-se entender que todos os seres humanos necessitam viver em sociedade e que todos valem essencialmente o mesmo, mas cada um tem características próprias de sua classe e por isso a vida em sociedade, embora necessária, acarreta sempre a possibilidade de conflitos. Por esse motivo é imprescindível aqui debater o que é participação política, a fim de compreender melhor o sindicalismo e o processo de trabalho em sociedade.

O ser humano não é apenas um animal que vive; é também um animal que convive, ou seja, o ser humano sente necessidade de viver, mas, ao mesmo tempo, sente também necessidade de conviver com outros seres humanos. Com esta convivência cria sempre a possibilidade de conflitos, é preciso encontrar uma forma de organização social que torne menos graves os conflitos e solucione as divergências, de modo que fique assegurado o respeito à individualidade de cada um. Dallari ( 1984, 16) afirma que,

ao mesmo tempo, é preciso lembrar que todos os seres humanos são essencialmente iguais por natureza. Em consequência, não será justa uma sociedade em que apenas uma parte possa decidir sobre a organização social e tenha respeitada sua individualidade.

Quando são afetados os interesses fundamentais de um indivíduo ou de um grupo social, todo o conjunto da sociedade sofre conseqüências de alguma espécie. Por este motivo pode-se afirmar que os problemas resultantes de tais situações são problemas políticos, pois afetam a convivência das pessoas e influem sobre a organização, o funcionamento e os objetivos da sociedade. Essa influência é maior em certos casos e menor em outros, mas sempre se verifica que o sistema político só é democrático quando as decisões são tomadas em coletividade, respeitando a liberdade e a vontade da maioria.

Se todos tivessem consciência de que as decisões das quais não participa são também responsabilidade sua, os conflitos seriam menores e a democracia talvez acontecesse de fato.

Segundo Dallari (1984, p.10), temos de saber qual postura tomar diante dos fatos sociais.

Assim, por exemplo, quando trabalhadores de determinada categoria, não suportando mais a baixa remuneração e as péssimas condições de trabalho, decidem iniciar um movimento de protesto e reivindicação, estão tomando uma decisão política. Eles pretendem atingir um objetivo que é de interesse de todo o grupo.

Dessa forma, a participação em movimentos organizados pode ser, em determinadas ocasiões, o modo mais adequado e eficiente de mobilização popular em favor de certo objetivo político. O movimento tanto pode visar à defesa de situações já conquistadas como pode ser desenvolvido para que certas metas sejam atingidas. Dallari (1984, p. 8) afirma que,

os gregos davam o nome de “polis” à cidade, isto é, ao lugar onde as pessoas viviam juntas. E Aristóteles diz que o homem é um animal político, porque nenhum ser humano vive sozinho e todos precisam da companhia de outros. A própria natureza dos seres humanos é que exige que ninguém viva sozinho. Assim sendo, “política” se refere à vida na polis, ou seja, à vida em comum, às regras de organização dessa vida, aos objetivos da comunidade e às decisões sobre todos esses pontos.

Partindo desses elementos, alguns estudiosos do assunto concluíram que tratar de política é cuidar das decisões sobre problemas de interesses da coletividade, e por isso definiram política como “arte e ciência do governo”, como “estudo do poder” e como “ciência do Estado”.

Pode-se definir como política a organização social que procura atender às necessidades naturais de convivência dos seres humanos; toda ação humana que produza algum efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade.

Há, portanto, vários pontos fundamentais que devem ser levados em conta quando se trata da organização da sociedade. Todos os seres humanos necessitam da vida social e todos têm essencialmente o mesmo valor. Mas cada um tem as características próprias de sua individualidade e por isso há sempre a possibilidade de conflitos.

No final da Idade Média, quando se verificou o aparecimento e o crescimento da burguesia, apenas os reis, os nobres, os bispos da igreja católica, os grandes proprietários, os banqueiros e os comerciantes mais ricos, tomavam decisões políticas. Nos séculos dezessete e dezoito, a burguesia conquistou para todos os seus membros o direito de participação, eliminou a diferença entre nobres e plebeus e estendeu os direitos políticos a todos que tinham propriedades ou bons rendimentos, ampliando-se, desse modo, o número de participantes. Para Dallari (1984, p. 35),

outros se recusam a exercer o direito de participação movidos por um sentimento egoísta. Entre essas pessoas estão os que já gozam de situação econômica privilegiada e acham que, por esse motivo, sempre viverão bem, mesmo com um mau governo. Não se importam com o fato de haver pessoas e famílias sofrendo a mais injusta discriminação, vivendo na miséria, sem terem o mínimo necessário para viver de acordo com as exigências de dignidade humana.

Existem ainda os que não procuram participar porque se consideram incapazes de exercer alguma influência. Não tendo poder econômico, político ou militar, essas pessoas não gozam de prestígio social, e não acreditam que podem fazer alguma coisa para melhorar as condições de convivência.

Todos podem exercer alguma influência política, desde que tomem consciência de que são seres humanos iguais aos outros e que não devem conformar-se com as injustiças. Como bem observou Dallari, (1984, p. 48), “o primeiro passo para um escravo conquistar sua liberdade é ele tomar consciência de que é escravo”.

Para Dallari (1984, p. 40) todo ser humano tem o dever de participar da política, para que a ordem social não seja apenas a expressão da vontade e dos interesses de alguns. Afirma ainda que,

desde o século dezoito, essa afirmou como ideal político a democracia, sistema em que a vontade do povo deve estar acima de qualquer outra. E ela impossibilidade de reunir o povo em praças públicas, todos os dias, para tomar decisões políticas foi criado o sistema de “democracia representativa.

Osmar Lins citado por Dallari (1984), um dos mais notáveis escritores brasileiros, observou que não se pode conseguir qualquer mudança profunda na sociedade se não houver antes mudanças na consciência de cada um. De fato, muitas situações de injustiça não são corrigidas porque as pessoas que poderiam influir para corrigi-las não estão verdadeiramente dispostas a lutar pelas mudanças e a aceitar suas conseqüências. Na maioria das vezes, essa acomodação ocorre porque tais pessoas são direta ou indiretamente beneficiárias das injustiças. Ainda com Dallari (1984, p. 44),

a participação coletiva se dá por meio da integração em qualquer grupo social. As formas e as finalidades imediatas das associações são infinitas. Basta um pequeno grupo de pessoas, com algum objetivo definido e a disposição de trabalharem continuamente em busca desse objetivo, para se ter uma associação. A força de grupo compensa a fraqueza do indivíduo. Isso tem sido demonstrado através da história, nos mais diversos lugares e nas mais diferentes situações.

O que a experiência tem comprovado é que mesmo as pessoas mais pobres, sem nenhum poder econômico, político ou militar, com pequeno preparo intelectual e exercendo as profissões mais humildes podem conseguir poder de expressão e serem ouvidas quando agem em grupo. Todo grupo organizado tem maiores possibilidades de exercer alguma influência política. Os grupos mais numerosos e mais bem organizados são, como é óbvio, capazes de exercer maior influência nas decisões dos partidos políticos e do próprio governo, em seus diversos níveis.

Assim, o que a experiência demonstrou, entretanto, é que a grande maioria das pessoas não tem muito conhecimento de doutrina política e não se sente atraída pela discussão de idéias voltadas às questões políticas, deixando sempre para outras pessoas, que eles imaginam entender mais de política do que eles, esta



discussão, o que faz a maioria manter-se afastada dos partidos, e conseqüentemente, da participação coletiva.

Uma das características relevantes da função pública, que a torna substancialmente diferente das atividades particulares, é que a função pública tem sua própria existência justificada por necessidades ou conveniências de uma coletividade. Por esse motivo, toda função pública está permanentemente comprometida, de modo direto, com a consecução do bem comum. Assim, pois, quem exerce conscientemente uma função pública está desenvolvendo uma forma de participação política, contribuindo para o êxito ou o insucesso de um governo. Para Dallari, (1984, p. 74)

os movimentos políticos não têm um padrão de organização e de métodos de ação, devendo variar de acordo com os objetivos e as circunstâncias. Esses movimentos se constituem numa importante possibilidade de participação política, permitindo geralmente aos seus integrantes que desenvolvam ao mesmo tempo outras formas de participação.

O exercício da crítica é também uma forma importante de participação política, pois fornece elementos para que cada indivíduo proceda conscientemente ao tomar suas próprias decisões e ajude os demais a fornecerem suas respectivas opiniões. O esclarecimento, a denúncia, a discussão ajudam a participação consciente, mas para serem responsáveis e conseqüentes, é indispensável que os indivíduos tenham por base uma avaliação crítica. Desse modo, a participação política será racional, menos sujeita à influência da demagogia e mais coerente com os objetivos políticos pretendidos. Para Dallari (1984, p. 71), “todas as ações humanas que produzem algum efeito sobre os objetivos dos grupos sociais ou sobre as regras de convivência são de natureza política”.

Dallari (1984, p. 91), em relação à democratização da política relata que,

política com maiúscula é a busca comum do bem comum, a promoção da justiça, dos direitos, a denúncia, da corrupção e da violação da dignidade humana. Política com minúscula é toda atividade que se destina à administração ou transformação da sociedade mediante a conquista e o exercício do poder do Estado.

Assim pode-se dizer que a política com maiúscula refere-se à busca da concretização da democracia, da renúncia às ações injustas e principalmente à luta

por melhores dias. Já a política com minúscula vai contra todos os princípios da política com maiúscula, pois agora é o Estado que é o detentor do poder, cabendo a ele o destino da população de forma incondicional e imparcial.

Na maioria das vezes, o poder está somente com a classe dominante. Há situações em que o governo está nas mãos de um pequeno grupo e não deseja conceder ao povo participação real. Neste tipo de situação as associações e os sindicatos fazem uma grande diferença, pois devem pressionar os demais órgãos e facilitar a participação dos grupos menos favorecidos. Nesses casos, o grupo dominante abre para o povo a possibilidade de participação política, pretendendo que ela seja apenas formal. É justamente destas oportunidades que a sociedade deve aproveitar-se para exercer seus direitos de cidadã. Porém, nem sempre os participantes têm consciência da importância desta pequena participação para realizar grandes transformações, abrindo mão de direitos que raramente aparecem.

E, entre os seres humanos, as mulheres vivem um processo de busca da consciência de si bastante diferenciado do processo vivido pelos homens, caracterizado por sua forma própria diferenciada de inserção no mundo e, em especial, no mundo do trabalho.

É com este entendimento que, no segundo capítulo deste trabalho, será traçado o perfil da mulher professora da Regional de Palmeiras, bem como analisar seus posicionamentos enquanto mulher trabalhadora frente ao mundo sindical e às relações sociais de gênero.

## **CAPÍTULO 2 OS/AS TRABALHADORES/AS E O SINDICALISMO EM TEMPO NEOLIBERAL: UM PANORAMA NO FINAL DO SÉCULO XX**

É necessário, neste momento, buscar dados e fatos históricos que expliquem os caminhos percorridos pelos trabalhadores, bem como suas movimentações políticas, econômicas e sociais, além de situar os efeitos do neoliberalismo nesta mesma classe de trabalhadores e no próprio sistema capitalista, para posteriormente analisar como se dá a vida da mulher professora na regional de Palmeiras, suas relações sociais de gênero e sua relação com o mundo do trabalho e seu sindicato no final do século XX.

Para melhor situar a presente análise, será apresentada uma breve abordagem sobre o surgimento da classe operária e uma rápida história do sindicalismo no Brasil, procurando perceber se ele se caracteriza como fator de desmascaramento da ideologia dominante frente ao trabalhador alienado e, principalmente, se foi capaz de colocar o sentido de coletividade entre os trabalhadores, sentimento que tem sido diluído pelo ideário de sustentação do sistema capitalista.

### **2.1 Reflexões sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil**

Ao falar de classe operária, fala-se basicamente do conjunto de pessoas desprovidas da propriedade dos meios de produção e que, por isso, são obrigadas a vender sua força de trabalho para poder sobreviver. São os trabalhadores assalariados.

Nas palavras de Singer (1994, p.11),

a classe operária se define (...) pelo modo como produz; ela se compõe dos que produzem mercadorias subordinadas ao capital. Tanto os que produzem diretamente, manejando ou supervisionando os meios de

produção, como os que produzem indiretamente, condicionando ou controlando os produtores diretos. ( SINGER, 1994, p. 11).

Essa classe operária surgiu com a divisão do trabalho, percebida como método que possibilita o aumento da produção. Um fato histórico que impulsionou seu surgimento foi a decadência do sistema feudal, fato que contribuiu para que o camponês saísse do campo e fosse para as cidades, desligando-se totalmente da terra e incorporando-se à nascente classe operária. “O trabalho assalariado nasce, portanto, nos albores do capitalismo como trabalho forçado, isso é, não livre.” (SINGER, 1994, p. 20)

A descoberta das vias marítimas no século XV abriu o comércio externo, aumentando a necessidade de produzir mais para comercializar, surgindo a manufatura, em que os trabalhadores em conjunto produziam determinadas mercadorias em maior escala do que de forma individual, porém eles agora eram empregados e não donos do seu trabalho e do que produziam.

A industrialização provocou importantes mudanças na produção e na organização do trabalho, pois enquanto um tecelão gastava três dias para fazer uma peça de tecido, em um dia, com o tear mecânico, uma criança de 15 anos fazia o mesmo. Então, o tecelão só tinha duas opções: ou vendia suas mercadorias sem ganhar lucro, ou ia para as fábricas trabalhar.

Outra questão importante provocada pelo processo de industrialização foi o fato de as mulheres e as crianças serem usadas nas fábricas, pois o trabalho fabril era considerado fácil, e estes indivíduos, ainda que não qualificados, teriam condições de trabalhar na produção, recebendo baixos salários.

A formação da classe operária se deu, num primeiro momento, de forma nacional, na Grã- Bretanha, e depois se internacionalizou. Ao mesmo tempo em que ocorre a internacionalização do comércio e da indústria os países exportam trabalhadores em busca de novos horizontes e oportunidades de trabalho.

A revolução industrial permitiu, assim, a implementação da classe operária, até então formada apenas por artesãos e camponeses. As mudanças ocorridas na produção de manufaturas para a produção industrial foram determinadas não mais pelo trabalho do homem, e sim pela máquina. Ocorre uma mudança drástica no processo de produção, e o homem não domina mais os conhecimentos para trabalhar, basta

executar funções simples, todo o resto a máquina faz, há uma perda da identidade de classe produtora, e o operário passa a ter um papel passivo, e não ativo.

Enquanto no mundo a industrialização estava se ampliando, no Brasil o escravismo ainda era a maior fonte de trabalho e de produção de mercadorias, principalmente açúcar, café e ouro. Dos três produtos, o que mais significou para a formação da classe operária foi o café porque, entre outros segmentos de trabalhadores não escravos, as alforrias e o fim do escravismo impulsionaram a formação da classe operária. Nas palavras de Singer (1994, p. 26),

Entre o fim do tráfico e a abolição da escravatura passaram-se quase quatro décadas, em que a “questão da mão-de-obra” dominou as preocupações com o destino do país. Não que houvesse no Brasil outros trabalhadores ao lado dos que se achavam presos à zenzala. Esses trabalhadores do capital eram lavradores, merceeiros, condutores de tropas de mulas, que possuíam meio de produção próprios e não se dispunham de trabalhar para outros, numa situação que, por se assemelhar à do escravo, era vista como degradante pelo homem livre, embora pobre.

Singer (1994) compara o escravismo no Brasil com um sistema capitalista manufatureiro, no qual o trabalhador, em troca de seu trabalho ganha o mínimo necessário para a sua subsistência. Com o fim do escravismo e o despreparo da mão-de-obra escrava, o desenvolvimento econômico exigirá a implementação de uma política de imigração.

Foi necessário trazer os europeus para trabalharem nas plantações de café, tomando o lugar dos escravos, eles agora eram livres, mas não conseguiram, com seu trabalho, liquidar as dívidas de transporte e alimentação contraídas com os donos das terras, transformando-se em escravos de novo tipo, agora submetidos ao capital do fazendeiro. Insatisfeitos, muitos imigrantes abandonaram as terras e foram tentar a sorte nas cidades.

A formação da classe operária no Brasil iniciou-se muito antes da grande onda de imigração européia, mas esta, sem dúvida, deu-lhe um impulso decisivo, bem como a outros segmentos de classe.

Segundo Singer (1994), ao lado do semiproletário da plantação, surge o operário da usina, cujo salário era maior, porém sua mulher e seus filhos não podiam trabalhar, além de ser obrigado pagar aluguel e comprar mantimentos nos armazéns. A substituição do braço escravo pelo trabalhador livre teve o efeito de elevar o nível de consumo dos engajados na produção para o mercado externo.

A formação da classe operária industrial acelera-se daí em diante. O número de estabelecimentos passa de 3.410 em 1907 para 13.569 em 1920, e o número de operários de 156.250 em 1907 para 293.673 em 1920, segundo pesquisas realizadas por Singer.

Em meados da década de 1940, a classe operária no Brasil representa um quarto da população, e o restante eram trabalhadores na área de transporte, comunicação e no governo. Para Singer ( 1994, p. 69):

O proletariado da grande indústria se constitui de duas partes bem distintas: uma maioria de executantes semiqualeificados ( que podem ser formados em algumas semanas ou meses de treinamento) e uma minoria de técnicos e pessoal administrativo, com escolaridade secundária ou superior, que se encarrega de tarefas de planejamento e controle.

A partir da década de 1940 a classe operária no Brasil e o processo de industrialização entram numa nova etapa. Até então, as indústrias eram de pequeno porte, produziam tecidos com predomínio manufatureiro e pouca mecanização, mas, após os anos 40, o país inicia um processo de crescimento industrial, surgindo então grandes indústrias, ferrovias e rodovias, facilitando o escoamento da produção. Inicia-se a produção de aço, alumínio, cimento, papel, plástico. Surgem também indústrias de eletrodomésticos, máquinas, motores, navios. Estes novos estabelecimentos são multinacionais, do Estado ou privados, e gerenciados por uma burguesia de capital nacional.

Singer explica que, apesar de suas peculiaridades, a formação da classe operária brasileira decorre do movimento da economia mundial e, portanto, está ligada à formação da classe operária em outros países, sobretudo nos países de onde se origina a imigração, numa primeira etapa, e ao capital multinacional, que comanda a implantação da grande indústria no Brasil, em outra. Entre 1885 e 1930, o Brasil absorveu as sobras do subproletariado europeu, integrando-as ao seu proletariado. De 1955 em diante, o Brasil, usando sobras do capital multinacional de propriedade americana, européia e japonesa, abriu nova etapa de formação de sua classe operária. O esgotamento do processo de proletarização em países altamente desenvolvidos contribuiu, assim, para acelerar a proletarização em países recentemente industrializados. O caso do Brasil ilustra perfeitamente esta relação. Aqui, os assalariados constituíam menos da metade, 47,6%, da população economicamente ativa em 1950, passando a 58,7% em 1970 e a 64,9% em 1980.

Isso indica que havia no Brasil uma ampla camada de trabalhadores, sobretudo camponeses, que provavelmente se integraria à classe operária nos decênios subseqüentes.

Com a aprovação de leis de proteção ao trabalho (salário mínimo, jornada legal de trabalho, proibição do trabalho infantil) e sobretudo com a conquista, pelos não-proprietários, do direito de votar e ser votado, estendido posteriormente também às mulheres, ganha força social e política um incipiente movimento operário, já bastante expressivo nos países industrializados. Entretanto, predominará neste movimento um ideário paternalista que, no fundamental, no jogo da correlação de forças entre as classes sociais, favorecerá a burguesia e contribuirá para manter o conjunto dos trabalhadores alienados de seu trabalho, alheios dos meios de produção que o empregam e do produto que resulta de seu esforço, como se pode constatar no caso das professoras estudadas nesta pesquisa, trabalhadoras do interior de Goiás no final do século XX, vivendo sob a égide das políticas neoliberais.

## **2.2 Neoliberalismo: universo simbólico em que as professoras vivem**

A análise das políticas neoliberais e seus efeitos no sindicalismo brasileiro são referências fundamentais para o desenvolvimento de nossa análise, na busca por entender quem são as mulheres professoras na Regional de Palmeiras e qual sua postura frente à vida, como mulheres e como trabalhadoras.

O modelo neoliberal foi elaborado por Hayek e Fridman, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Segundo estes autores, o neoliberalismo pode ser entendido como um movimento político econômico heterogêneo consolidado nos países capitalistas desenvolvidos a partir da década de 1970, tendo como princípio as propostas da economia clássica para a superação da crise social. O neoliberalismo tem como objetivo impulsionar um novo processo de acumulação do capital, sem a menor preocupação com a distribuição da renda.

No neoliberalismo, o setor privado é fortalecido, a intervenção estatal minimizada e o mercado desponta como estruturador das relações sociais e políticas. No que diz respeito à educação, coloca-se em evidência a teoria do capital humano, entendido como produtor da capacidade do trabalho, tendo um caráter de investimento como outro qualquer.

No que se refere ao trabalho no modo de produção capitalista em tempos de políticas neoliberais, percebe-se um deslocamento da exploração do trabalhador, que não é mais explorado só em suas habilidades manuais; exige-se dele agora um trabalho intelectual, que não o faz livre nem consciente, ao contrário, é “ baseado na internalização do regulamento e na adesão a uma lógica de trabalho”.(Bruno, 1996, p. 96).

Para se formar este trabalhador intelectual, sua qualificação torna-se o meio principal para a reestruturação do seu trabalho. É necessário, então, segundo Bruno (1996, p. 97) que a escola desenvolva determinadas competências e habilidades:

competências de educabilidade, isto é, capacidade de aprender: competências relacionais; competências técnicas básicas relacionadas com os diferentes campos do conhecimento. São estas competências genéricas adquiridas durante o período de formação que irão sustentar a aquisição de habilidades e capacidades específicas a serem desenvolvidas a partir do ingresso desses jovens no mercado de trabalho, através dos cursos e treinamentos fornecidos pelas empresas.

Esta qualificação do trabalho necessita constantemente ser atualizada, fato que ainda não foi totalmente resolvido pelas instituições de ensino, que estão defasadas no que se refere às inovações no mundo do trabalho. Por mais que haja esta falha no processo educativo, a exigência de qualificação para o trabalho é um dos fatos que marcam as mudanças na sociedade capitalista.

Nesta perspectiva, entende-se por capital humano a qualificação do trabalhador não para se auto-organizar ou se auto-dirigir, mas para atender ao mercado de trabalho e às funções oferecidas pelo capital. Assim, a sociedade capitalista exige cada vez mais dos jovens trabalhadores maior instrução geral para se adequarem a este novo mercado de trabalho. Assim é o que confirma Bruno (1996, p. 107):

Este acréscimo das qualificações não significa necessariamente ampliação do universo cultural desses jovens, na maior parte dos casos, trata-se apenas de maior capacidade para se habituarem ao manuseio de uma ou outra tecnologia e da aquisição de um quadro mental e comportamental que lhes permita a obtenção de aptidões especializadas nos cursos e treinamentos promovidos pelas empresas onde irão inserir-se.

Observa-se que as mudanças ocorridas na sociedade capitalista interferirão em várias outras ações sociais.



O neoliberalismo como política terá resultados diversos de acordo com a história de cada sociedade, visto que os países desenvolvidos recorreram ao modelo keynesiano para sair da crise da primeira metade do século XX, criando estados benfeitores, enquanto nos países periféricos eram aplicadas políticas paternalistas, por regimes populistas segundo Bianchetti (2001, p. 92-93):

No modelo Keynesiano o Estado adotou políticas anticíclicas da administração da demanda, buscando alcançar a meta de pleno emprego e o aumento da demanda. Portanto, as ações do Estado Benfeitor não se sustentavam sobre a crença de princípios de redistribuição socialista, e sim sobre as necessidades de redução dos conflitos sociais e do aumento do consumo para gerar uma ativação do aparelho produtivo. Essas estratégias são logicamente contraditórias com os princípios ortodoxos das teorias econômicas liberais mas não se contrapõem aos seus fundamentos últimos, ou seja, à necessidade de que existam certas condições que favoreçam o processo de acumulação de capital

Mais tarde, já na segunda metade do século XX, a revolução ocorrida no mundo capitalista proveniente da microeletrônica, as crises sociais, econômicas e políticas e a globalização dos mercados vão dar suporte a toda teoria dos novos padrões de sociabilidade emergente para o século XXI. Azevedo (2001, p. 9) apresenta o neoliberalismo como uma construção em processo:

As raízes da corrente neoliberal encontram-se na teoria do Estado formulada a partir do século XVII, expressando o ideário do liberalismo clássico então emergente. Esta teoria foi sendo paulatinamente modificada e adaptada, à medida que o avanço do capitalismo delineava a estrutura de classes como maior nitidez, trazendo-a para o centro da cena econômica e política. Este processo o Estado liberal burguês passa a incorporar uma nova dimensão de legitimidade: a igualdade passa pelo alargamento dos direitos políticos dos cidadãos, proclamando como meio de garantir a participação no poder e o seu controle, fundamentando e organizando na forma de uma democracia.

Esta concepção de democracia é uma concepção utilitarista, que tendo o Estado como “mão invisível” que sobreviveu no século XIX devido às próprias conseqüências da evolução do capitalismo, servindo de teoria para o sistema neoliberal. No século XX e com os novos padrões de produção, as forças de auto-regulação do mercado não se concentram mais no aparato de estado e sim no capital.

O neoliberalismo é, então, a política liberal nova, defensora do “Estado mínimo”, pois nela o Estado é, na maioria das vezes, responsável pela crise por que passam a sociedade e a economia. Busca-se um mercado livre, estimula-se a

competitividade e argumenta-se que o aumento das taxas de impostos deve-se ao custo das máquinas estatais.

Bianchetti (2001, p. 44) define a transformação do liberalismo conservador em neoliberalismo no momento em que

a ruptura com a ordem medieval, organizada a partir de uma concepção hierárquica fundamentada em determinações externas a ação do homem e a continuidade de uma concepção que transfere a ordem da natureza os fundamentos das desigualdades sociais.

O que o liberalismo acabou criando foi uma nova sociedade mantida pela divisão, não mais por sangue ou herança, mas pela magnitude dos bens possuídos. A burguesia justifica a desigualdade como coisa que faz parte da natureza, fundamentando-se na idéia de que apenas uma única classe de proprietários “pensantes” pode definir os rumos de uma sociedade.

Para Bianchetti, (2001, p. 72) o modelo liberal afirma que as desigualdades sociais fazem parte da natureza humana e o neoliberalismo persiste em dizer que,

a desigualdade dos homens é o pressuposto fundamental dessa concepção; não há nada que descansa sobre um fundamento mais débil que a afirmação da suposta igualdade de todos os que têm forma humana. Essa desigualdade constitui uma necessidade social, já que permite o equilíbrio e a complementação de funções.

No modelo neoliberal, o homem é um sujeito individual, possessivo, egoísta, cuja relação básica com a realidade é a propriedade irrestrita de si e de seus bens. Para Bianchetti, (2001) o modelo elitista no neoliberalismo trata os cidadãos como consumidores de política e a sociedade política como mercado. Já as instituições sociais, na perspectiva neoliberal, são uma forma de o homem se relacionar com os interesses individuais de forma coletiva.

Um dos conceitos mais significativos para os neoliberais é a idéia de equilíbrio do mercado tendo como pressuposto que a ordem social deve ser garantida pelo Estado, até com o uso da força. Segundo Bianchetti (2001, p. 81),

o Estado na sociedade liberal somente atua sobre a ordem social quando se encontram em perigo seus fundamentos. Em outras palavras, a função coercitiva do Estado responde, nesta perspectiva, à necessidade de preservação da própria natureza da sociedade.

No pensamento liberal, o Estado é defensor dos direitos individuais e luta por um suposto bem comum. Entretanto, o Estado representa os interesses das classes dominantes e busca conquistar o consentimento daqueles sobre os quais exerce dominação por meio de sua ideologia<sup>5</sup>.

A função principal da ideologia segundo Chauí (2001), é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dar-lhes a aparência de indivisão e de diferenças naturais entre os seres humanos. Indivisão: apesar da divisão social das classes, somos levados a crer que somos todos iguais porque participamos da idéia de “humanidade”, ou da idéia de “nação” e “pátria”, ou da idéia de “raça”, etc. Diferenças naturais: somos levados a crer que as desigualdades sociais, econômicas e políticas não são produzidas pela divisão social das classes, mas por diferenças individuais dos talentos e das capacidades, da inteligência, da força de vontade maior ou menor, etc. Ainda com a mesma autora, (2001, p. 89),

A produção ideológica da ilusão social tem como finalidade fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, corretas, justas, sem pretender transformá-las ou conhecê-las realmente, sem levar em conta que há uma contradição profunda entre as condições reais em que vivemos e as idéias.

As idéias que povoam o imaginário brasileiro, e em decorrência, das professoras/trabalhadoras do interior de Goiás, definindo sua posição política, vêm da orientação de sua vida pessoal e profissional, que foram forjadas dentro do processo de globalização e das políticas neoliberais, o que fez necessário procurar compreender um pouco mais sobre o ideário neoliberal no que se refere à democracia, ao individual e versus o coletivo e como poderão ser reelaboradas as políticas sindicais resultantes deste embate.

Será apenas após os anos 70 que as políticas neoliberais preconizadas por Hayek serão implementadas por governos conservadores, nos países desenvolvidos. Na América Latina as políticas se apresentam como se fossem cristalizadas por uma vontade geral e independente do poderoso mercado. Prega-se a liberdade política e econômica. Bianchetti (2001, p. 40) afirma que

---

<sup>5</sup> Por ideologia entenda-se neste trabalho o que diz Marilena Chauí: é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dar-lhes a aparência de indivisão e de diferenças naturais entre os seres humanos. Origem: CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

a presença do Estado no processo originário de acumulação nos países periféricos não correspondia tanto com a idéia liberal clássica de neutralidade e sim em maior medida, com uma visão instrumentalista do aparelho político. Os processos de modernização se realizam em convivência com o atraso agrário, com elementos oligárquicos sobreviventes do passado, com classes dominantes apenas parcialmente burguesas, que tem ideologias conservadoras e uma visão autoritária da ordem.

Um exemplo da coerção necessária à imposição das condições de acumulação de capital foram as ditaduras da década de 1970 na América Latina, que justificavam suas ações como se fossem de interesse da maioria frente ao avanço da própria democracia. Pensando assim, pode-se afirmar que a “democracia” - poder com o povo- não tem nada a ver com o valor universal ou geral de um povo e sim com uma forma política de organizar a sociedade sem pensar em bem comum. Assim, para Bianchetti (2001, p. 85), o resultado disso é

a deterioração das condições de vida de grandes setores sociais que foram excluídos da planificação na saúde, educação e moradia, e que não entraram na planificação daqueles organismos financeiros internacionais porque são o excedente do modelo de sociedade regida por uma lógica de acumulação crescente.

O mercado cumpre seu papel de mecanismo de regulação da economia e de corretor dos desequilíbrios do sistema capitalista. Bianchetti, (2001, p. 87),

esse sistema, quando se estrutura livremente, constitui o sistema de mercado que se caracteriza por não requerer nenhum tipo de acordo em relação aos objetivos que devem ser alcançados pelos indivíduos ou pela sociedade. Essa lógica das relações sociais permite que as pessoas cooperem entre si tendo, como única motivação, seu interesse pessoal.

Cada setor promove políticas sociais em prol dos seus planos e interesses, fazendo uso da política para garantir seus propósitos. Assim, é comum encontrar nas denominadas políticas sociais estreitas relações com a necessidade de acumulação de capital, que na maioria das vezes acaba criando mais injustiças sociais.

Segundo Bianchetti (2001), a centralização só é bem-vinda em momentos de guerra, portanto não se justifica hoje um poder centralizador, que não permita que os vários setores sociais tenham autonomia de decisão.

A descentralização passa a ser retomada como estratégia de eficiência administrativa e de redução de custos e considerada um valor universal, baseado no

princípio da eficácia dos controles nas unidades menores em contraposição ao aparelho burocrático que seria gerado em estruturas maiores. Assim, Bianchetti (2001, p. 103) afirma que

o conceito de descentralização sustentado por estes autores é coincidente com a perspectiva atomística da sociedade e implica uma transferência de responsabilidade ao nível individual nas sociedades como as latinas-americanas que, pelas características de seus processos histórico-sociais, têm acumulado amplos setores marginalizados dos processos de desenvolvimento econômico. A descentralização neoliberal tem como base uma filosofia individualista e é importante diferenciá-la das propostas de democratização do sistema sustentadas pelos setores democráticos e progressistas.

Compreende-se então que, a partir da década de 1980, houve uma pequena abertura nos processos democráticos da política no Brasil, parecendo aflorar uma perspectiva de construção da democratização do Estado e da sociedade. É neste contexto que as políticas públicas vão se afirmando no Brasil como fonte de pesquisa e estudo acadêmico, não só na área política, econômica e sociológica, mas também na educação, por sua complexidade.

No neoliberalismo, a educação se reduz à formação de recursos humanos para a estrutura da produção numa lógica de mercado. Outra questão é o fato de os objetivos propostos pelo poder político serem convertidos em reformas que são, na maioria das vezes, parciais e que não se concretizam em propostas hegemônicas, sofrendo transformações de acordo com as mudanças partidárias e políticas.

Entretanto é a política educacional que garante a regulação do trabalho, segundo Azevedo (2001, p. 50),

à guisa de síntese, pode-se dizer que Offe entende a política educacional sobretudo como um meio de garantir a sociabilidade da força de trabalho segundo os parâmetros próprios do capitalismo. É desta perspectiva que considera a implantação dos sistemas públicos de ensino e o seu caráter obrigatório e universal. A regulação estatal sobre a educação, conjugada a outras políticas públicas, constitui-se, assim, numa das estratégias para regular e manter a possibilidade e continuidade do trabalho assalariado. A partir dos seus construtos, infere-se, portanto, que a atuação do Estado na oferta da educação básica obrigatória e gratuita não deixa impurezas nos filtros de seletividade a que se submete o direcionamento da sua ação.

Analisa-se que o Estado, ao argumentar que está a favor de interesses gerais e por isso proporciona uma educação gratuita e de qualidade para todos, nada mais está

fazendo do que uma intervenção na educação a favor de uma política que favoreça ao capital, jogando no mercado trabalhadores disciplinados sob à mesma ordem.

Na esfera pública de regulamentação abrem-se brechas para as conquistas sociais, sem deixar de existir conflitos entre capitalismo e democracia, isso em países de capital avançado, o que não é o caso do Brasil, o que viabiliza o “estado do mal-estar social”, devido a trajetória de colonização e autoritarismo imposta ao país.

A abordagem política educacional deve ser entendida como política social. Para compreender melhor a dialética entre a reprodução das sociedades e a reprodução de cada setor específico, é necessário levar em conta os processos que conduzem à definição de uma política no quadro mais amplo no qual as políticas são elaboradas.

Azevedo (2001, p. 59) afirma que,

tomando-se inicialmente a política educacional como exemplo, não se pode esquecer que a escola, e principalmente a sala de aula, são espaços em que se concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projeto ou modelo educativo que se tenta pôr em ação. O cotidiano escolar, portanto, representa o elo final de uma complexa cadeia que se monta para dar concretude a uma política –a uma *policy* – entendida aqui com um programa de ação. Política que, nesta forma de compreensão, diferencia-se do significado de *politics*: das relações políticas, ou da política-domínio. Isto não significa desconhecer que uma *policy* –o programa de ação – seja construída – refletindo, assim, as relações de poder e de dominação que se estabelecem na sociedade.

Assim a política educacional é vista como uma totalidade maior, que se engaja em um planejamento global, realizado como ação do Estado. Tal ação realiza-se através das forças sociais que têm poder de voz e necessitam de desenvolvimento social, uma vez que serão beneficiadas ao promover tal desenvolvimento.

Há uma dialética evidente no processo de ensino quando é possível perceber que, ao mesmo tempo que existe uma elite de poder que recebe educação de qualidade, há também ensino para as outras classes, mas, por mais que se pregue sua qualidade, não consegue desenvolvê-la, impossibilitando-a de ter as mesmas oportunidades dentro da sociedade.

Para entender o processo político da educação, é necessário investigar suas particularidades contextualizadas, sem deixar, é claro, de analisá-la em sua

globalidade: Estado e poder buscam informações também em suas particularidades, que seriam seu universo cultural e simbólico.

O neoliberalismo prega a privatização do setor educacional como forma de dar liberdade ao indivíduo de escolher que tipo de educação ele quer. Assim, o indivíduo receberia um financiamento de órgãos públicos ou privados para sua formação, a ser pago depois que estivesse vendo os frutos da valorização do seu capital humano.

Ao falar sobre os mecanismos de seletividade pelos quais as políticas do Estado se constroem, Azevedo (2001, p. 63), afirma que,

o sistema de normas ideológicas e culturais seria um dos filtros que atuam na seleção do que merece ser alvo da ação estatal. Ao seu juízo, o sistema ideológico e cultural encontra-se em todas as instituições políticas, envolvendo e condicionando as suas estruturas. Apresenta-se como um dos elementos dos mecanismo de seletividade pelos quais se preservam os interesses capitais quando as políticas são definidas.

Segundo este raciocínio, pode-se afirmar que as normas ideológicas e culturais também norteiam a formulação das políticas públicas, tendo referenciais normativos vinculados a três dimensões. A primeira, a cognitiva, é a inculcação de se fazer a leitura da realidade de acordo com os ideais da classe dominante. A segunda, a instrumental, são as normas e os princípios de articulação entre dados técnicos e valores. A terceira, a normativa, é articuladora das políticas ao projeto global, que permite a conclusão das idéias dominantes.

Pode-se então analisar que as políticas não se desgrudam da realidade simbólica e cultural da sociedade em curso e articulam-se ao sistema dominante. Por isso têm o caráter real; pois não se deslocam do ideário que fornece valores e comportamentos.

Quando Saffioti (1997, p.430) afirma que “é difícil perceber a intensidade da exploração do trabalho devido à tecnologia do capital”, e acrescenta que “a implementação de robôs, máquinas, alimenta o desemprego, a miséria, a desnutrição”, está novamente confirmando a mobilidade do desenvolvimento social que interfere em vários setores simultaneamente e em particular na precarização do trabalho da mulher.

Toda esta flexibilização em torno do mercado de trabalho e das mudanças que podem ocorrer em vários setores, no campo das idéias encontra sua

correspondência e reforço numa ofensiva neoliberal que investe na desmoralização de partidos políticos ligados aos trabalhadores e ataca os direitos e as organizações sindicais. Esta política vem enfraquecendo também o sindicato brasileiro e conseqüentemente, também o de Goiás.

Dallari (1984) afirma que as grandes massas, economicamente fracas e dependentes, são mantidas em posição social de inferioridade e não têm possibilidade de participação política real. Milhões de pessoas vivem em situação de absoluta marginalização política, econômica e social, só recebendo o mínimo necessário para continuar fornecendo aos dominadores sua força de trabalho. Para garantir essa situação, a fragilização da luta social é imprescindível. A intensificação da busca de desenvolvimento econômico acentuou exageradamente a degradação dos valores humanos. O aumento da produção de riqueza acarretou o aumento da marginalização social, das angústias, da insegurança, da infelicidade.

O ganho econômico, bem como o processo de trabalho, se faz às custas de grandes perdas humanas e sociais. O mundo foi dominado pelo “materialismo prático”, ou seja, as pessoas perderam a noção de coletivo, de ajuda mútua; os valores morais e espirituais da humanidade foram sufocados pela obsessão do dinheiro e do lucro. E globalização<sup>6</sup> pressupõe não apenas a intensificação das ligações e interlocuções numa dimensão particular, mas ela abrange por igual as relações entre Estado, as sociedades e as economias. Por sua vez a liberalização dos movimentos de capital constitui um dos fatores mais significativos para a globalização econômica, envolvendo a informação, comunicação e transportes. Como formas complementares, os processos de privatização e de regulamentação contribuíram para a liberação dos mercados de capitais e bens, por esse motivo é que cada vez mais um número menor de instituições controla uma percentagem cada vez maior do mercado.

---

<sup>6</sup> Globalização é um conjunto de condições nas quais uma parte crescente do valor da riqueza é produzido e repartido através do mundo, no quadro de um sistema de redes de empresas ligadas entre si. Internacionalização é o conjunto de fluxos de troca de matérias-primas, produtos acabados e semi-acabados, serviços, dinheiro, idéias e pessoas, efetuadas entre dois ou mais estados-nações. (PEREIRA, et. al, 1998). Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho. Florianópolis: UFSC, 2001). Segundo BATISTA JR, há uma construção ideológica do termo “globalização” que na realidade atende somente às grandes empresas, e não a todos os mercados como sugere o próprio termo globalização, no sentido de englobar ou unificar.



A globalização da economia parece ser um processo inexorável, e referido apenas às necessidades da continuidade do processo de acumulação do capital, que possibilita às cadeias mundiais de empresas financeiras e industriais, a concentração de um enorme poder de decisão e de influência no destino de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo. E neste novo contexto as organizações sindicais devem cumprir não mais o papel de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, mas o papel de amainar as contradições entre capital e trabalho.

### **2.3 O Neoliberalismo e sua Repercussão nas Políticas Sindicais: novo papel para os/as trabalhadores / as exige novas e conciliatórias posturas sindicais**

Para um melhor entendimento do discurso neoliberal, neste momento é importante analisar os aspectos da globalização no meio social, político e econômico de maneira crítica, pois existem muitas distorções quando se fala em globalização. Há meias verdades, porém estas meias verdades encobrem grandes mentiras, que são difundidas muito rápido. As verdades seriam o progresso tecnológico nas áreas de comunicação, o crescimento do comércio internacional, o aumento dos investimentos, a expansão dos fluxos financeiros nos mercados de câmbio. Todas estas questões encobrem a não globalização, ou seja, são políticas desiguais, que só excluem cada vez mais os pequenos, dando chances aos grandes detentores de capital. Ou seja, para os países desenvolvidos esta política é forte; para os subdesenvolvidos, é injusta. Para BATISTA JR, (1998, p. 125).

Problemas como o desemprego, o subemprego, a desnacionalização da economia e a dependência de capitais externos, longe de constituírem a consequência irrecorrível de um processo global, resultam essencialmente de políticas adotadas no âmbito nacional, convenientemente dissimuladas pelo apelo à retórica da globalização.

Na globalização não existe novidade; o que ocorre é uma falsa novidade, a continuidade da colonização. O investimento estrangeiro hoje é menor do que nos anos anteriores à década de 1970. A imigração enfrenta restrições que antes não existiam; até uma “estátua da liberdade” foi erguida para os imigrantes que, a seu lado, hoje são recebidos com tiros.

O grau de internacionalização é muito menor do que nos anos anteriores, os mercados de trabalho permanecem altamente segmentados por políticas restritivas de imigração e barreiras lingüísticas e culturais. Há uma integração de mercados reduzindo a intervenção dos estados nacionais. O que se tem é uma economia internacionalizada e não uma economia globalizada.

Não há uma distribuição igualitária do comércio e dos movimentos de capital, pois o estoque mundial de investimentos se concentrado em uma pequena quantidade de grandes firmas com matrizes sediadas nos países desenvolvidos. Portanto, há uma globalização excludente ou centralizadora de mercados.

A globalização mundial mascara decisões dos governos, inibe reflexões sobre alternativas, imobiliza as iniciativas nacionais. A globalização é um hálibi, pois disfarça as camadas dirigentes e camufla interesses internacionais. BATISTA JR, (1998, p. 125), afirma que,

O fascínio com a “globalização\*” é revelador do estado de prostração mental e desarmamento intelectual em que se encontram países como o Brasil. Para supera-lo, poderíamos começar por uma reavaliação do quadro mundial e do papel dos estados nacionais, desenvolvendo, sem inibições, a nossa própria concepção dos rumos que devem tomar a relações internacionais da economia brasileira.

Alguns mitos que giram em torno da globalização são muito bem discutidos por Bastista JR:

- 1 A globalização inaugura nova etapa na história econômica mundial; constitui progresso irreversível, que conduziu a uma integração sem precedentes das economias nacionais.

Se isso é verdade, por que prevalece a impressão de que o progresso da internacionalização das últimas duas ou três décadas constitui fenômeno inédito? A ilusão decorre, segundo o autor, pelo menos em parte, do fato de que a integração alcançada no passado recente é realmente muito significativa quando comparada ao baixo grau de abertura das economias logo após a Segunda Guerra Mundial.

- 2 Nas últimas duas décadas, a globalização produziu um sistema econômico fortemente integrado, de caráter supranacional, que tende

inexoravelmente a unificar o mercado mundial, a dissolver as fronteiras nacionais e a reduzir a relevância dos mercados domésticos.

Esta integração refere-se à localização de 90% das empresas em países desenvolvidos, em oposição à realidade dos países subdesenvolvidos, em que 70% dos trabalhadores estão inseridos direta ou indiretamente na agricultura. Ou seja, no mercado de trabalho dos países de primeiro mundo há maior investimento nas indústrias, enquanto nos países periféricos o maior mercado de trabalho está localizado na zona rural, um trabalho que é visto pelo mercado internacional como desqualificado.

- 3 Em consequência da globalização e do predomínio das políticas neoliberais, os Estados nacionais entraram em processo de inevitável declínio e estão compelidos a reduzir sua presença na economia, intervindo apenas para regular o nível de emprego e o lucro.

Para o setor financeiro, principal setor da economia neste estágio do capitalismo, o Estado continua tendo o papel de intervir no campo regulatório para garantir a acumulação, os lucros e um baixo nível de desemprego.

- 4 A economia global vem sendo crescentemente dominada por empresas transnacionais, livres de identificação e de lealdades nacionais.

Não há dúvidas de que nas últimas décadas aumentou a proporção de empresas que operam em âmbito internacional. As corporações industriais e financeiras dos países desenvolvidos, e mesmo de alguns países em desenvolvimento, ampliaram as suas atividades no exterior e mantêm uma parte dos seus ativos fora de seu país de origem.

- 5 A expansão das transações financeiras internacionais criou um mercado global de capitais extraordinariamente poderoso, diante do qual a autonomia das políticas nacionais e dos bancos centrais, mesmo nos países de maior peso, tende a desaparecer.

Em suma, quando se considera a introversão dos investidores institucionais dos países desenvolvidos e o peso dos mercados financeiros domésticos em comparação com os internacionais, verifica-se que os mercados financeiros tornaram-se crescentemente integrados, mas estão longe de formar um único mercado global.

A globalização não elimina a concorrência entre as empresas e nem a competitividade, envolvendo um número cada vez maior de países produzindo e exportando sofisticados bens e serviços. Tal concorrência não focaliza apenas o baixo custo da produção, mas também o fornecimento de serviços de alto valor, a capacidade de inovação rápida e contínua, grande flexibilidade, domínio de tecnologias estratégicas, redes de acordo e cooperação, capacidade de vender produtos ausentes numa boa relação preço/qualidade. Lamentavelmente, estes benefícios não foram divididos com a classe trabalhadora, ficaram e ficam retidos apenas nas mãos dos donos do capital.

Para tal competição, no entendimento de Pereira (2001) as empresas se desenvolveram no sentido de

- aumento da produtividade,
- maior eficiência de custo,
- flexibilidade e capacidade de inovação,
- racionalidade dos fatores de produção,
- focalização nas atividades de núcleo,
- multiplicação de acordos com cooperação (escala),
- economia de aglomeração (zona urbana),
- favorecimento de redes de empresas como forma organizacional privilegiada,
- sistema tecnológico baseado na microeletrônica
- investimento no capital intelectual da empresa (recursos humanos e suas experiências).

Há uma hegemonia do grande capital que organiza a competitividade, tida como valor supremo globalizante. Junto a essa hegemonia desponta a flexibilidade, ou seja, a supressão dos direitos mínimos dos trabalhadores, perpassando pela

fragmentação das relações de trabalho, com o uso de contratos por tempo determinado, com precarização do trabalho.

A ideologia dominante mascara a angústia, a incerteza, a precariedade, a miséria, a indignação por fatos tidos como “natural” pela sociedade. Estes são os motivos que os sindicatos necessitam se revitalizar, deixar de contemplar, examinar e ir à luta, fazer, realizar, acontecer. É isso que se busca identificar nesta pesquisa: até que ponto o processo de globalização interfere nas atitudes do conjunto dos trabalhadores, das mulheres trabalhadoras, e especificamente da mulher professora no interior do Estado de Goiás.

O tempo e as relações entre os homens esvaziaram, reduziram, dissocializaram os ideais sindicais, perdendo de vista os trabalhadores, bem como seus direitos e sonhos. Por mais que a evolução tecnológica e informacional tenha se disseminado por todo o planeta, esta mesma evolução não significou melhorias na vida dos trabalhadores, foi positivo sim, para uma minoria dominante. Na realidade, não ocorreu a globalização do emprego, da informação entre todos os países do mundo, mas o que na verdade ocorreu foi uma internacionalização dos grandes mercados mundiais, ampliando as oportunidades para o capital.

A fundamentação ideológica das questões sociais é dada pela lógica da exclusão social e, segundo Pereira (2001, p. 150-151),

como ricos a viverem, cada vez mais ricos, em autênticas e cada vez mais protegidas fortalezas ( como os “condomínios fechados”), aterrados com a possibilidade de serem atacados pelo exército dos famintos e excluídos, estes – que já representam pelo menos 1/3 da população dos países mais ricos e mais da metade nos países mais pobres - , por sua vez, cada vez mais atirados para ghetos urbanos e suburbanos, onde a miséria e a marginalidade social se combinam crescentemente.

Há neste contexto, uma lógica da servidão e da angústia que produz trabalhadores sem direitos e sujeitos a tudo, envolvidos em um vínculo vicioso de exploração e opressão, com base na explicação de que só há mercado estável se houver trabalhadores permanentemente instáveis. Para tanto, enfim, a lógica da supremacia absoluta do grande capital financeiro internacional usufrui das tecnologias para angariar lucros num tempo e num espaço curtos.

Foi a partir da década de 1980 que ocorreram essas profundas modificações no mundo do trabalho, que terão conseqüências na organização dos trabalhadores

enquanto força de trabalho e enquanto setores de classe, incluindo-se aí as professoras/trabalhadoras do interior de Goiás.

### *2.3.1 Um novo papel para os/as trabalhadores/as e suas organizações*

Após a década de 1980 a produção em série e de massa foi substituída pela flexibilização da produção, tendo como característica a gestão participativa e o controle de qualidade. Enquanto no taylorismo/fordismo o trabalho era mecânico, de ritmo regular e ininterrupto, subordinado à máquina, não exigindo qualificação dos trabalhadores, sendo apenas uma rotina de ações, após 1980, com a introdução do toyotismo aparece a necessidade de mão-de-obra qualificada com habilidades cognitivas múltiplas. Portanto, a participação dos trabalhadores na produção se modifica.

O toyotismo tem como objetivo produzir o necessário em menos tempo para o mercado, com menos trabalhadores e, se possível, sem vínculos empregatícios, ou seja, utilizando serviços terceirizados. No toyotismo a experiência acumulada não tem valor, pois as coisas mudam muito rápido, exigindo pessoas polivalentes e adaptáveis às mudanças. Para Sennet (2003, p.110),

os trabalhadores mais velhos têm esquemas mentais inflexíveis e são avessos ao risco, além de não terem a simples energia física necessária para enfrentar as exigências da vida no local de trabalho flexível. A imagem de madeira morta expressa essas convicções.

Com o toyotismo, algumas profissões desapareceram e as que continuaram não oferecem estabilidade, pois são organizados por subcontratos, terceirização e reengenharia, sendo um trabalho mais qualificado, executado por menos pessoas e mais máquinas.

É neste mesmo período, após 1980, que a taxa de sindicalização começa a diminuir em relação à população assalariada. Para Antunes (2003, p.69), “a maioria dos países capitalistas ocidentais industrializados, a taxa de sindicalização, isto é, a relação entre o número de sindicalizados e a população assalariada tem decrescido”, bem como tem havido uma queda absoluta no número de membros dos sindicatos.

Antunes(2003) afirma a existência de uma crise acentuada nos sindicatos, que percebida no

- fosso entre trabalhadores estáveis e os temporários;
- acúmulo de taxas de sindicalização;
- universo feminino reduzido ( temporário);
- reduzido número de empregados, porém mais qualificados.

Esta crise atingiu tanto os países de capitalismo avançado no início da década de 1980 como posteriormente, na década de 1990, os países do terceiro mundo, principalmente aqueles de industrialização significativa como Brasil e México. O mesmo autor continua sua reflexão, confirmando estas mudanças no campo do trabalho e no campo sindical enumerando algumas tendências do toyotismo:

- terceirização: trabalho individualizado com custos reduzidos;
- flexibilização: adaptação às mudanças do trabalho;
- sindicalismo de participação, que gera desemprego, pois subordina a ação sindical
- burocratização e institucionalização dos sindicatos, havendo um distanciamento das ações capitalistas e a conseqüente perda de radicalidade social;
- Ideologia manipulatória, dando ênfase à adversidade e à hostilidade.

É nítida a presença dos desafios que vão marcar o movimento sindical nos anos 80. Pode-se dizer que os sindicatos rompem a barreira entre trabalhadores estáveis e temporários, rompendo também o novo corporativismo. Há um sindicalismo horizontal, que se contrapõe ao sindicalismo vertical, quebrando a barreira existente entre instituições sindicais e movimentos sociais autônomos, buscando-se, desta forma, um projeto ambicioso que é deter o controle social da produção. Pensando mais criticamente sobre esta questão, percebe-se o enfraquecimento mundial dos sindicatos e uma tendência de mudança de rumos ideológicos dentro dos sindicatos.

Diante desse novo quadro, cabe ao sindicalismo buscar compreender as profundas modificações ocorridas quer na organização da produção capitalista, quer na própria estrutura de classes, com novos operários, novas tecnologias, novos mercados.

Há a necessidade de os sindicatos organizarem-se como órgãos de luta política e adotarem estratégias de ruptura com a atual situação que, em muitos casos, é pior do que as vivenciadas no início da Revolução Industrial. Por esse motivo é que os sindicatos, segundo Pereira (2001, p. 152-153),

assumiram como órgãos de luta política significando assumir a luta pela defesa dos trabalhadores contra a exploração e a opressão em tudo aquilo que lhes diga direta ou indiretamente respeito, ou seja, em todas – sem exceção – as frentes de luta pela defesa da cidadania.

A sociedade não pode ficar passiva diante de condições e valores apresentados como universais, gerais e, portanto, corretos, ideais de progresso que não têm como objetivo o verdadeiro progresso humano. É preciso ir em frente, lutar de verdade, ir “ às verdadeiras causas dos fenômenos e não aos seus efeitos”. (PEREIRA, 2001, p, 153)

Há uma urgência na “internalização do movimento sindical” e Pereira (2001, p. 156) encorajam os trabalhadores dizendo: “saibamos, pois, traçar, com firmeza e com coragem, o nosso próprio caminho, com destino à sociedade em que a exploração do homem tenha sido, enfim, varrida da face da Terra”.

No Brasil, particularmente a partir da década de 1970, a luta sindical está relacionada à conquista das liberdades democráticas, pois o regime militar aprofundou a exploração do trabalhador, diminuindo a qualidade de vida tanto do trabalhador urbano quanto do trabalhador rural e nesse processo foram retomadas as articulações para a criação de centrais sindicais.

Os trabalhadores em geral, segundo Betto (1991), têm interesses comuns: melhores salários, condições mais dignas de trabalho, seguro-desemprego, direito ao lazer etc. Para defender seus interesses, os trabalhadores necessitam coordenar bem suas lutas para conquistar seus direitos. Por isso é importante que a central sindical coordene todos os trabalhadores do país, estabelecendo uma ligação entre os jornalistas e os professores, os metalúrgicos e os comerciários ou os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos. Para Costa (1995, p 32),



a onda grevista de 1978 atingiu meio milhão de braços cruzados e marca de forma inquestionável a presença definitiva de trabalhadores no cenário político e social brasileiro, na luta contra o regime militar e pela conquista das liberdades democráticas.

Em 1979, após muitas lutas e greves acirradas, o governo decide ceder reajustes e anistia. Neste período, a luta sindical é vinculada e determinada pela luta política. O partido político tem vínculo com o sindicato quando luta pelos direitos dos trabalhadores.

Costa (1995) afirma ainda que a luta sindical é diferente da luta política, portanto, é necessário um partido que lute pelo sindicato com a criação de uma central sindical que levante bandeiras como reforma agrária, emprego, eleições, greve, contrato de trabalho. Por mais que se fale em sindicato como instituição de luta a favor do trabalhador, a presença de dois ideais no sindicato é muito comum: de um lado, tem-se a unidade sindical que luta pelos direitos dos trabalhadores por meio de reivindicações e movimentos e, de outro, os chamados “pelegos”<sup>7</sup>, que são aquelas pessoas que estão no sindicato mas não lutam a favor do trabalhador e sim do Governo.

Em 1983, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores – (CUT) que define seus principais objetivos. Esta central surge da necessidade de unificação das lutas dos trabalhadores, assumindo o socialismo como seu projeto histórico e classista. O sindicato é um instrumento de luta, tem seus princípios; a CUT é aberta a todos os trabalhadores, supera as posições vanguardistas, é democrática, pluralista, unitária e representativa, organizada a partir dos locais de trabalho, independente e autônoma. Todas as lutas da CUT tinham caráter esquerdista, porém ela não era considerada como um partido político. A prática sindical da CUT representou uma ruptura com o populismo, contra os reformistas e os pelegos.

---

<sup>7</sup> Pelego: agente disfarçado do Ministério do Trabalho nos sindicatos operários. Pessoa subserviente: capacho. (Ediouro ,2000), Pelego é um termo depreciativo utilizado no jargão do movimento sindical para se referir aos líderes ou representantes de um sindicato que em vez de lutar pelo interesse dos trabalhadores, defende secretamente os interesses do empregador, ainda que tal atitude seja descoberta, cedo ou tarde. A palavra tem como origem o pelego utilizado pelos cavaleiros gaúchos. Trata-se de um pedaço de lã de carneiro, colocado sobre a sela e preso por uma tira de couro chamada barrigueira, para que não escorregue. Sua função é amaciar o assento do arreio de lida com o gado. Essa postura intermediária, por analogia, passou àquele que deveria representar os trabalhadores, mas os *amacia*, para que estes não lutem por seus interesses. Trata-se de ofensa muito grave no contexto sindical, utilizada pelo menos desde os anos 40. (Wikipédia, a enciclopédia livre, 2004.)

Mesmo passando por problemas de corrupção o sindicato não deixa de lutar pelos direitos das mulheres e da educação. O sindicato é o órgão responsável pelas lutas; é em torno dele que os trabalhadores devem se agregar para conquistar seus direitos.

O nascimento do sindicato se deu na luta contra o despotismo e a dominação do capital. A função primeira do sindicato é impedir que o operário se veja obrigado a aceitar um salário inferior ao mínimo indispensável para o seu sustento e da sua família. É fornecer ao sujeito meios de resistência na sua luta contra os excessos do capitalismo. (ANTUNES, 1994, p. 13)

Para Antunes (1994, p 19), “as associações devem não só lutar contra os ataques do capital, como também devem trabalhar conscientemente como locais de organização de classe operária, em busca do grande objetivo que é sua emancipação radical”.

Mas a emancipação é uma construção ainda mais difícil em tempos neoliberais. Na sociedade regida pelo trabalho, ocorre a desvinculação entre a identidade do indivíduo e o gênero humano, isto porque houve a universalização da produção generalizada de mercadorias, levando o homem a não se voltar para si mesmo e, sem consciência, empobrece seu gênero. Produz mercadorias, mas é “isento de suas próprias necessidades, priva-se de todas as suas necessidades para poder satisfazer uma só, manter-se vivo”. (ANTUNES, 2003, p. 57)

Uma das alavancas possíveis para a busca de identidade entre indivíduo e gênero humano são as ações da conscientização dos sindicatos e partidos, numa busca da consciência de si. Pode-se definir os sindicatos como instituições dotadas de especificidades, mas restritas, ou seja, amarradas, e, ainda que originalmente tenham uma dimensão contingencial, específica, devem superá-la.

Atualmente, há um desmonte do sindicato e dos partidos, devido as ofensivas das idéias neoliberais, como já foi discutido anteriormente. É um ideário que insiste no distanciamento do indivíduo dos movimentos sociais pertinentes à classe que vive do trabalho, havendo subordinação política dos partidos aos valores da sociabilidade regidos pelo mercado.

É importante notar que o indivíduo não tem consciência de que é um ser social e que, portanto, precisa trabalhar em conjunto; é necessário usar o pronome “nós”, mas ocorre o contrário na sociedade atual. As pessoas se tornam cada vez

mais individualistas e isoladas dos sindicatos e partidos, “onde conseguiriam encontrar sua consciência perdida.”(ANTUNES, 2003)

Ao mesmo tempo em que é visto como meio socializador, transformando o homem em um ser social, o trabalho transforma o homem em mero produtor de mercadorias, degradado e alienado. Antunes (2003, p. 76) afirma que “ o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído”. Marx (1991, p.27), constata, em seus estudos que a precariedade e a perversidade do trabalho na sociedade capitalista são evidentes. E no que se refere à banalização do trabalho do homem, sua alienação e sua obrigatoriedade para a sua própria sobrevivência, diz ele

(...) Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.

Os homens desenvolvem a sua consciência no interior do desenvolvimento histórico real, no exercício prático de reprodução da sua vida concreta.

Assim, o trabalho, como atividade vital, verdadeira, desaparece, tornando-se odioso, um suplício, uma imposição, a que o homem é obrigado a realizar por uma força externa e não por uma força, uma vontade interna. O trabalho humano torna-se animal e instintivo para sua própria sobrevivência, e o que é próprio do instinto animal ( comer, beber, procriar) torna-se agora mérito do homem. O ser social torna-se estranho a ele, mesmo não tendo sua identidade de gênero humano.

O trabalho como “coisificação” é um obstáculo à busca da plenitude do ser humano. No capitalismo existe uma liberdade aparente. O trabalho nunca foi tão vigiado e manipulado como agora, havendo uma divisão do trabalho e o indivíduo não tem outras necessidades além de uma única: manter-se vivo e, assim, não privar-se de sua força de trabalho.

No contexto atual, a crescente automação tem acarretado uma diminuição relativa de seguimentos da classe operária. Na Europa, ocorreu a descentralização das grandes unidades fabris, gerando o fracionamento do trabalho. Um exemplo é a General Motors, que emprega 120 mil trabalhadores distribuídos em 39 plantas,

espalhados por 17 países. Antunes (1999) afirma que as empresas inglesas têm implementado várias formas de mudança no trabalho, como a flexibilização e a automação, reduzindo drasticamente a atividade sindical.

Percebe-se o aumento da descentralização do trabalho, que acarreta o enfraquecimento dos sindicatos e dos movimentos partidários. Todas estas transformações ocorridas no mundo do trabalho refletem-se na consciência do trabalhador. Surgiu, então, o sindicalismo de participação no lugar do sindicalismo de classe. “O próprio sindicato vive uma brutal crise de identidade, tornando-se a maior crise do universo do trabalho.” (ANTUNES, 2003, p. 92)

Com o aumento do fosso entre operários estáveis e precários, reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não-estáveis da força de trabalho.

Houve, na década de 1980, uma redução no número de greves em vários países e aumentaram os casos de corporativismo, de xenofobia e de racismo no seio da própria classe trabalhadora. Tudo isso permite constatar que o movimento sindical encontra-se em uma crise de proporções nunca vistas, atingindo com intensidade, na década de 1980, o sindicalismo nos países avançados e, na virada de 1980 para 1990, atingiu diretamente os países periféricos, especificamente aqueles dotados de parques produtivos relevantes, como é o caso do Brasil.

No Brasil, em particular no final dos anos 70 houve um avanço do sindicalismo. Logo após, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário inglês. Como consequência do fim do chamado “bloco socialista” os países capitalistas centrais vêm reduzindo brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores, ocasionando um enorme impacto no movimento operário. Basta somente lembrar a crise que se abateu nos partidos comunistas tradicionais e no sindicalismo a eles vinculado. Nesse mesmo período, ocorreram mutações intensas conseqüentes da evolução das forças produtivas e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar conseqüências muito fortes no interior do movimento operário e em particular no âmbito do movimento sindical.

Percebe-se, com isso, uma maior heterogeneidade e diversidade dos trabalhadores: qualificados, desqualificados, formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros.

Pensando essas mudanças em relação ao trabalho docente, pode-se compreender, segundo Saes (2005), que os capitalistas temem que a escola seja capaz de educar para a qualificação, colocando em perigo o processo precarização do trabalho, já que os trabalhadores não se subordinarão mais à exploração do capital. O capitalismo não quer que a população receba “educação de menos”, porém não quer que receba “educação demais”. Para as famílias de trabalhadores manuais as crianças constituem mão-de-obra a serviço da reprodução material da unidade familiar. Em suma, o fato de o acesso à educação de base permitir a alguns membros individuais das classes trabalhadoras manuais a ascensão na escola não é suficiente para a elevação da renda familiar por um incremento na taxa de escolarização da unidade familiar correspondente aos seus interesses econômicos de curto prazo.

Por esse motivo as classes trabalhadoras não valorizam a escolarização. Em qualquer caso, persiste o fato de que, a cada momento do capitalismo, aqueles que exercem uma atividade predominantemente mental, seja ela de caráter criativo, seja reiterativo, tendem a invocar o prestígio social do trabalho intelectual para reivindicarem uma situação econômica e social diferente das classes trabalhadoras manuais.

Na escola elementar pública, gratuita e obrigatória, as provas, os testes são desiguais dando diferentes padrões de desempenho escolar, porém há uma aparente competição para a classe média se valorizar. O mérito individual ocorre nos espaços de escola pública, dando vitória sempre à classe média, sendo uma defesa dos interesses de classe o mérito individual. Docentes e diretores podem lamentar publicamente que os alunos pobres careçam das condições materiais mínimas necessárias à obtenção de um bom desempenho escolar, mas, para Saes (2005, p. 47),

todavia, eles não podem a menos que queiram praticar um suicídio profissional ao revelar o segredo fundamental da escola pública capitalista: o fato de que a própria estrutura do ensino condena os filhos das classes trabalhadoras manuais ao fracasso escolar, não se pode sequer imaginar uma associação, ordem ou sindicato, ligado a alguma categoria profissional típica da classe média, descartando, em plena ação reivindicatória, a defesa da isonomia e passando a se orientar, na contenda com uma empresa ou com o Estado, por um ideal meritocrático.

Dessa forma, podemos então analisar a sociedade capitalista de maneira global, ao mesmo tempo que a escola é reflexo e reprodução dos ideais capitalistas,

ou seja, da subordinação, da obediência, da manipulação, é, contraditoriamente, locus também da esperança de transformação destas relações.

Fazendo parte desse setor de classe que se dedica ao trabalho mental, questiono-me se as mulheres professoras têm contribuído para a reprodução ou para a transformação. Será que sua posição e seus papéis sociais pré-determinados lhe permitem revolucionar? Mesmo estando à frente e diretamente relacionada com os futuros trabalhadores (alunos), a mulher professora da Regional de Palmeiras de Goiás consegue conscientizar para a libertação? Os rumos do sindicalismo nos últimos anos, no Brasil e em Goiás, possibilitaram a essas trabalhadoras apropriar-se de seu trabalho e de sua realidade, de forma emancipatória?

#### **2.4 Uma referência ao sindicalismo no Brasil e em Goiás na segunda metade do século XX**

No Brasil, com a substituição do trabalho escravo pelo assalariado e os investimentos destinados às indústrias em finais do século XIX, aparecem os primeiros núcleos de sindicato no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1858, tipógrafos do Rio de Janeiro se rebelaram por aumento de salários, influenciados pelos ideais de Marx e Engels.

Para uma melhor compreensão das ações do sindicato no Brasil, Antunes(1994) organiza cronologicamente alguns ações sindicais que foram significativas na história de mobilização dos trabalhadores a partir do século XX. Em 1906, ocorre o Primeiro Congresso de Operários no Brasil, que foi um importante momento de conscientização dos trabalhadores como classe. Em 1922, é fundado o Partido Comunista do Brasil, impulsionando e revigorando os trabalhadores a reivindicarem seus direitos trabalhistas. Em 1930, inicia-se um progresso significativo, pois a revolução industrial dá seus primeiros passos no mercado brasileiro, porém os sindicatos que até então eram dependentes, subordinam-se ao governo de Vargas. Em 1935, cria-se a Aliança Nacional Libertadora, que foi uma organização revolucionária comunista contra o governo e as repressões militaristas. Neste mesmo período inicia-se o peleguismo como forma de apaziguar e diminuir as lutas e reivindicações sindicais.

A estrutura sindical brasileira tem como característica ser vertical e subordinada ao Estado. Em 1945 criou-se a MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores), fruto da luta da classe operária. Em 1950, com Vargas na presidência, a força sindical aumentou, com greves constantes. Em 1960, criou-se a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Em 1963, ocorreu a célebre greve de 700 mil operários. Em 1978, após o golpe militar, as greves enfraqueceram, muitas pessoas foram presas, exiladas e mortas. Em 1978 e 1979 as greves retornaram (maio), conquistando a volta das lideranças sindicais. Nos anos 1980 vários setores aderiram às greves: professores, bancários, médicos, funcionários públicos, agricultores.

A realidade atual da sociedade brasileira tem apresentado de forma crescente, a realidade das classes e de seus conflitos. Entende-se que o movimento da expansão capitalista das últimas décadas resultou na presença de uma pluralidade de categorias de assalariados que se contrapõe. Até meados da década de 1960, é nítido o surgimento de várias organizações; já após a década de 1980, surgem movimentos classistas como o movimento democrático rural, o movimento democrático urbano, o movimento sindical rural e demais setores como o bancário, o médico, o funcionalismo público e os professores. Porém a partir desta mesma década inicia-se um processo de diluição desses movimentos. Este fato é intrigante, necessitando de uma reflexão dos movimentos sociais na conjuntura passada e na atual, ou seja, como eram organizados, suas representações, e como estão hoje, seus movimentos de subtração.

Falando deste período, Canesin (1993, p. 37) afirma:

A emergência do movimento sindical e das diversas categorias de trabalhadores têm revelado o surgimento de sujeitos sociais que não se limitam ao clássico operariado industrial. O aparecimento dessa pluralidade aponta para a necessidade das ciências sociais refletirem sobre os mesmos, procurando captar como se configuram em termos de práticas políticas, como aparecem e publicizam seus interesses e, enfim, qual a natureza das lutas e conflitos que estabelecem o cenário social e político. Nessa perspectiva o movimento sindical é, por excelência, um espaço específico de reflexão sociológica, cujo desafio é procurar captar o significado do mesmo na emaranhada e complexa rede de relações em que se institui.

Neste estudo, buscamos compreender a dinâmica do movimento sindical como um espaço onde o sujeito é determinado como ser coletivo, que se relaciona socialmente em uma rede de mudanças, tecnologia e adaptabilidade, podendo-se

observar que o processo sindical depende exclusivamente dos sujeitos da ação, que no mundo capitalista são aqueles que estão no processo social. Nas palavras de Canesin (1993, 47)

Enquanto componente do Estado, a sociedade civil se constitui num espaço onde os grupos sociais se formam, forjam suas consciências de suas organizações, se digladiam. É o espaço onde os atores modernos ou os diferentes grupos sociais representam, vivem a trama de suas lutas, cimentam ou desfazem as relações de forças em condições conjunturais diversificadas.

O sindicalismo no Brasil vem representar a insatisfação dos trabalhadores em relação às formas da organização do trabalho. O sindicalismo é marcado por greves e manifestações que desde seu início representavam a vontade de se libertar das amarras e da repressão do mundo do trabalho.

Também a categoria de professores/as inicia suas mobilizações na década de 1920, juntamente com várias categorias de trabalhadores que realizam movimentos em prol de seus direitos enquanto classe trabalhadora, fato que foi um grande avanço para nosso país.

Durante todo o século XX, esta categoria terá importante papel na organização das lutas sindicais, sejam as suas, sejam as lutas mais gerais de outras categorias. Composta fundamentalmente por mulheres, a categoria evoluirá ao longo deste tempo conforme o desenvolvimento das forças produtivas, conforme as políticas públicas desenvolvidas pelos diferentes governos e, também, conforme avançam as lutas das mulheres e sua presença objetiva no espaço público e no mundo do trabalho.

Devido às mudanças no mundo do trabalho, a reestruturação da família, o planejamento familiar e a flexibilização de horários, a mulher vai com mais segurança para o mercado de trabalho, por mais que enfrente preconceitos e seja menos valorizada. Fatores sociais, principalmente sexistas, determinam certos papéis para a mulher, enquadrando-a principalmente nas escolas, lócus de trabalho “predeterminado” para a mulher, por ser considerado “ extensão do lar”. A sociedade não esperava que esta mulher se engajasse nas lutas de sua classe, lutando principalmente por melhores salários e respeito às funções do(a) professor/professora. Nos próximos capítulo retomaremos esta discussão com maior profundidade.



Segundo Canesin (1993), estes movimentos de professores/as podem ser identificados em três momentos: 1953 a 1964, 1964 a 1978 e 1978 a 1989. Na primeira fase, caracterizaram-se pela necessidade de representação coletiva dos professores, porém não passavam de solicitações, havendo também uma diferenciação salarial entre professores primários e secundários. Na segunda fase, ocorreu a união dos professores primários e secundários, com um discurso mais despolitizado, ou seja, menos partidário. Na terceira fase, os professores/professoras são responsáveis pelo aumento do número de greves e manifestações em todo o país. Criam-se também lutas pela melhoria da escola pública. Para Canesin (1993, p. 59),

Nos movimentos sociais os sujeitos envolvidos se adaptam e se deixam envolver por concepções variadas que na maioria das vezes não fazem parte do campo real social e político. Nesta perspectiva os agentes movem-se, orientam suas ações de conflito ou cooperam tendo como referência uma estrutura de sentido que possibilita a dissociação de seus propósitos ou objetivos. A experiência social vivenciada possibilita certas representações sociais que na maioria das vezes é pura ilusão, ou seja, basicamente fora da realidade econômica, política e social.

A conjuntura sindical no Brasil a partir dos anos noventa apresentou uma postura diferente do que era, houve um abandono de movimentos combativos da CUT e seus ideais se aproximaram mais da social-democracia do que as propostas de uma sociedade socialista, ou seja, o sindicato que deveria ser combativo, lutando pelos direitos do trabalhador, passou a ser de resultados, reestruturando as formas de organização do trabalho, causando uma melhoria significativa ao capital, defendendo a terceirização, robótica, flexibilização do trabalho, privatização.

Em Goiás nesta mesma década, o PMDB comanda o Estado com uma política de sucateamento dos órgãos públicos, redução dos salários dos funcionários públicos, gestão autoritária nas instituições educacionais. O Sintego na década de 1990 segundo Ataídes (2005) lutava pela questão salarial, implantação do Estatuto do Magistério e eleições diretas para diretor, além de buscar parcerias com outras categorias a fim de romper com o corporativismo.

Ataídes (2005), afirma que a política sindical do país acabou influenciando o rumo de ação do Sintego que no lugar de greves, cedeu às diversas tentativas de acordo com o governo. Em 1995, o Sintego luta por melhorias salariais e mais uma vez o governo inibe seus movimentos por meio de decreto Estadual nº 4.449 de 22

de maio de 1995, proibindo a greve de professores, cortando ponto e demitindo funcionários em greve.

De nada adiantaram as movimentações dos funcionários públicos, em 1996 o governo federal ao fazer a reforma previdenciária, mais uma vez prejudicou a carreira do magistério com a retirada da aposentadoria especial para professores que passaria de 25 para 30 anos para as mulheres e de 30 para 35 para os homens.

O enfraquecimento do Sintego teve um aliado, o PDV (Plano de Demissão Voluntário) que em 1997 em Goiás contribuiu para o aumento do número de contratos temporários, limitando ainda mais as pressões dos movimentos sindicais dos professores. Neste ano 30% dos profissionais da educação entraram no programa do PDV e foram contratados mais de 50% dos seus professores no regime de pró-labore.

Por mais movimentos e reivindicações feitas pelo Sintego, como a luta pelo estatuto do magistério, melhorias salariais e eleições direta para diretor, neste período o governo “engessou” as ações do Sintego ameaçando cortar o ponto do funcionário que estava de greve e dispensa os pró-labores.

Este processo de terceirização dos funcionários públicos causou uma maior precarização do trabalho, o que, ao lado do forte ideário individualista neoliberal, dificultou a atuação do Sintego, pois o pró-labore não tinha vantagens em ser filiado.

Em 1999, Marconi Perillo assumiu o governo de Goiás com a promessa de democratizar a educação, fato que só ocorreu em parte e após muita luta do Sintego. Uma das maiores obras do governo do PSDB no que se refere à educação, foi a ampliação da UEG – Universidade Estadual de Goiás e seus cursos de (LPP) Licenciatura Plena Parcelada, a qual possibilitou mais de 85% dos professores da rede pública e privada concluírem seus estudos a nível superior. Porém o Sintego não ficou muito satisfeito, pois suas reivindicações não foram prioridades, por mais que houvesse um aumento salarial para os professores da (LPP), muitas outras reivindicações passaram despercebidas.

O governo do PSDB no primeiro mandato lidou com as greves de forma autoritária e com pouco diálogo, não diferente do governo anterior, já o Sintego esteve presente e atuante organizando os momentos de lutas e reivindicações. No ano de 2003, Marconi Perillo reelege-se como governador, onde foi possível angariar algumas vitórias provindas de lutas sindicais desde o primeiro mandato que

foi as eleições diretas para diretor, o plano de cargos e salários, a homologação do concurso público de 1999 e um novo concurso em 2006.

O Sintego se revigorou nos últimos anos, ganhou mais confiança e força, dentro de sua própria instituição, porém a própria mídia não possibilitou a divulgação de vitórias, ficando apenas o descrédito por parte dos trabalhadores, principalmente no interior onde estes dados são mais distorcidos e conseqüentemente, mais enfraquecidos.

Com este entendimento, pretendemos discutir o movimento das professoras na Regional de Palmeiras de Goiás, visto que as mobilizações sindicais registram frágil participação da categoria e as professoras acabam por apresentar uma postura pouco crítica e repassar os ideais de uma classe dominante, não forjando a ampliação do espaço político e democrático.

A inexistência de conscientização da luta de classes na sociedade brasileira, e principalmente na Regional de Palmeiras de Goiás, não deu condições mínimas de cidadania, fazendo com que os movimentos sociais, enquanto práticas coletivas orientadas no sentido de superar os fundamentos autoritários da ordem institucional, tendessem a se tornar cada vez mais dependentes do próprio sistema político, do coronelismo ainda muito forte no interior, das políticas públicas insuficientes no que se refere à constituição de um quadro de funcionários/as estável, foram subsumidos sem propostas diferenciadas. Assim o Estado e o poder político no interior implementaram várias ações sociais, visando a absorver e descaracterizar as demandas populares. Na S.R.E. de Palmeiras de Goiás, esta realidade se concretiza cotidianamente.

A sociedade goiana desenvolveu-se no mesmo ritmo do país, com as características do esvaziamento da zona rural e de um intenso crescimento urbano. Este fato resulta em um maior índice de proletarização e, conseqüentemente, da movimentação social em uma sociedade agora capitalista, industrial e urbana. Muda-se o perfil do trabalhador que antes era rural e agora é urbano, criando novas necessidades e metas com o trabalho, porém, o clientelismo e o coronelismo impedem a explosão destes novos movimentos em prol de oportunidades trabalhistas, além de constatar que, no Brasil e como não poderia ser diferente, em Goiás também, na década de 1970, a maioria dos trabalhadores urbanos ganhava um salário mínimo.

Ainda segundo Canesin (1993), no final da década de 1980, dos trabalhadores do Estado de Goiás apenas 15% eram funcionários públicos, sendo a Secretaria de Educação o principal órgão empregador no Estado. Quanto ao interior do Estado, o emprego mais comum é o de professor, já que não requeria muita qualificação, podendo ser um trabalho de “meio período”, ideal para as donas de casa, e ainda uma relação perfeita de clientelismo, “uma relação de dependência e domínio, mas antes de tudo uma relação de troca, que regula as relações sociais” Canesin (1993, p. 56). A autora afirma ainda que neste caso, dá-se então um sistema de nomeação para cargos públicos entre os membros das famílias mais tradicionais do interior (filhos e netos de fazendeiros, de políticos) que contribuíram nas últimas eleições.

Esta situação dificultou a ação dos sindicatos e das associações. Para Carneiro (1984, p. 68),

as práticas clientelistas eram preservadas e amplamente utilizadas nas áreas e funções em que a sua manutenção era na forma eficaz de adaptação e composição de lealdade. A educação é um desses setores, provavelmente em Goiás, o mais importante, sua posição tradicionalmente eleitoreira na política goiana e a abrangência de seus serviços a todos os municípios, vilas e povoados do Estado, conforme o privilegiado papel.

Ao longo da história de Goiás, a Secretaria de Educação privilegiou a formação de quadros de funcionários para um alinhamento das bases eleitorais, tanto no interior como na capital. A dimensão da atuação da Secretaria de Educação, segundo Canesin (1993), na forma de recrutamento do pessoal para o sistema de ensino, pode ser verificado no fato de que, enquanto a grosso modo o número de docentes expandiu-se em torno de 490% (5.250) professores na década de 1960 para (25.595) na década de 1980. Em 1968 foi realizado um único concurso público, assim, a maioria destes profissionais eram leigos. Segundo Canesin (1993, p. 77),

essa expansão do pessoal docente no decorrer das duas décadas 60/70 foi mantida pela incorporação significativa de leigos. Os dados referentes ao professores da rede estadual 1976 são os seguinte; os professores considerados qualificados, que se referem aos graduados somados aos que ainda cursavam o magistério atingiam um percentual de 65.8%, restando, portanto, 34,7% de leigos. No quadro de leigos 60.6% não possuíam sequer o curso primário completo.

Analisando alguns documentos da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás em 2007, podemos constatar que não temos professores/as leigos atuando em sala de aula, devido principalmente aos programas de formação de professores como o Proformação<sup>8</sup>, organizados em parceria com município, estado e unidade federativa e as Licenciaturas Plena Parcelada (LPP)<sup>9</sup> exclusiva do Governo do Estado de Goiás, como já foi mencionado.

Segundo Canesin (1993), além de serem mal-pagos, na década de 1960, a educação correspondia a 21,03% do orçamento. Na década de 1980, mesmo aumentando o número de professores, o orçamento era de apenas 10,25% que eram gastos, fato que comprova a desvalorização do profissional da educação. Outra curiosidade é sobre a folha da Secretaria da Fazenda, que possuía menor número de funcionários, porém seus valores eram muito superiores ao da Secretaria da Educação.

Analisando alguns documentos na Subsecretaria Regional de Palmeiras de Goiás, referentes ao ano de 2005, pudemos perceber que as condições não mudaram muito, pois atualmente os concursos públicos na área da educação oferecem um mínimo de vagas, que não são suficientes para cobrir a metade dos contratos especiais. O que ocorre é que, quanto mais concursos são realizados, mais aumenta o número de contratos especiais. Já ocorreram três concursos públicos na última década, porém ainda continuam realizando contratos temporários.

Em 1997, a região centro-oeste tinha 42,8% de contratos temporários e 55,3% de concursados. Já no início da primeira década do século XXI, devido aos concursos para professores/as no Estado de Goiás, este quadro mudou;. Segundo dados fornecidos Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás, em 2003, de um total de 37.066 professores/as, 75,21% eram concursados e 24,79% eram contratos temporários. Em 2005 de um total de 36.298 professores/as 82,41% eram concursados e 17,59% eram contratos temporários. Neste ano de 2007, até o mês de junho, de um total de 36.643 professores/as, temos 85,24% de concursados e 14,76% de contratos temporários. Diante destes dados podemos analisar de um

---

<sup>8</sup> Proformação – programa de formação de professores em exercício, ensino médio -habilitação em magistério. Guia de estudo. Brasília, afundescola-seed/mec,2000.

<sup>9</sup> Licenciatura Plena Parcelada é um programa do Governo Estadual de Goiás, para a formação de professores em exercício. Durante três, anos os professores estudam nos finais de semana e férias, plena parcelada. O curso é gratuito aos professores do estado e para professores da rede municipal há uma parceria.

lado, que houve uma diminuição gradativa do número de contratos temporários, isso indica possibilidades de um maior engajamento dos professores na luta sindical; porém no interior de Goiás, mais especificamente na S.R.E. de Palmeiras de Goiás, o aumento do número de concursados não alterou os movimentos em prol da luta da classe. Do outro, se pensarmos nos concursos que ocorreram, não deveria ter contratos temporários, já que os concursos possibilitariam a organização e legalização do trabalhador.

Percebe-se que o clientelismo ainda está muito presente em Goiás, quando se verifica a quantidade de contratos especiais na área de educação, empregando as professoras em escolas, creches, secretarias e subsecretarias. Para se ter uma idéia de absurdos que acontecem, no último concurso público para a educação ocorrido em dezembro de 2005, o governo ofereceu dezessete mil vagas em todo o Estado, na Regional de Palmeiras de Goiás, foram oferecidas 38 vagas. Todos os que passaram neste último concurso foram convocados para trabalhar em agosto de 2006, porém como contratos temporários. Além de perderem seus direitos enquanto concursados, tornam-se mais uma forma de clientelismo. Após o término do concurso e efetivados todos os concursados na Regional de Palmeiras de Goiás, o número de profissionais atuais em sala de aula em 2007, registra-se da seguinte forma: efetivados via concurso 789 professores/as que corresponde a 82,11%, contratos especiais, 172 professores/as no total de 17,89% não diferenciando mundo do Estado que tem em 2007 pouco mais de 14% de professores com contratos temporários.

No governo de Ary Valadão em abril de 1979, ocorre a primeira greve dos professores, mas o Secretário de Educação, Adjair Lima, anunciou várias medidas de melhoria para o setor educacional, desmobilizando um novo movimento. Já a segunda greve conseguiu mobilizar um número maior de professores. Foram de grande importância todas essas movimentações no campo educacional ocorridas em Goiás. Por mais que não tenham conseguido resolver todos os problemas, ao menos alguns foram de certa forma amenizados. Para Canesin (1993, p. 94), estas evidências tiveram implicações políticas e sociais:

beneficiava diretamente, os professores na categoria de assistentes em sua grande maioria leigos, e atuando no interior do estado, o que constituía uma forma de resposta dos deputados estaduais as pressões de suas bases eleitorais, b) discriminava os professores licenciados,( graduados) em sua grande maioria alocados na capital, o que traduzia a pretensão de penalizar

uma parcela da categoria com maior grau de movimento, a medida que as duas greves indicavam Goiânia como locus de articulação de movimento grevista. C) prorrogava para 31 de dezembro de 1980 a questão do enquadramento dos professores no estatuto do magistério, um item de significação na pauta de reivindicação.

Em 1982, a CPG (Centro de Professores de Goiás) organizou uma terceira greve dos professores. Canesin (1993, p. 95) afirma que,

No final da greve até as eleições de novembro de 1982, o CPG orientou a mobilização em torno dos seguintes eixos: redirecionar o encaminhamento para a assembléia legislativa das mensagens de aumento salarial e o estatuto do magistério; suspender as portarias que exoneravam e removiam 130 professores, participar da participação do sindicalismo em Goiás e promover debates sobre as eleições de 1982.

Em termos de articulação de sindicalismo em Goiás, o CPG, juntamente com outros representantes de sindicatos e associações profissionais e representantes de movimento populares, participou do encontro para a criação da CUT. O novo sindicalismo em Goiás tinha como principal protagonista o CPG. Durante o governo de Ary Valadão 1979/1982, apenas em 1981 não houve greve com participação ampliada de várias categorias, sob a direção do CPG. Tais mobilizações “tiveram como resultados a Lei de 9240, de 30 de agosto de 1982, que concedeu reajuste salarial, por etapas de 100% do salário no período de quatro meses” (CANESIN, 1993, p. 98) . Nesta época, as mobilizações do movimento de professores da rede estadual conseguiram impor a necessidade de diálogo e até mesmo o reconhecimento e um certo grau de legitimidade.

Em Goiás, estas lutas ocorreram da mesma forma que no âmbito nacional. Da década de 1980 em diante, não se aceitavam mais os pelegos impostos pela ditadura, formando associações de professores para que continuassem suas lutas, porém de forma justa e igualitária. Vale ressaltar que em Goiás como no restante do país, os motivos de greves estavam sempre em torno de reajustes salariais e de democratização das escolas.

O CPG sempre foi a maior entidade responsável pelas greves ocorridas no Estado que tiveram muita expressão durante o mandato de Íris Rezende, que cortou o repasse de verbas para o CPG. Diante das lutas travadas entre Estado e professores, o CPG transforma-se em Sintego - o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás, no final do ano de 1988, durante Congresso Unificado dos

Trabalhadores da Educação de Goiás, nos dias 25, 26 e 27 de novembro, realizado na cidade de Itumbiara, legalizando as atividades já desenvolvidas pelo CPG.

Antunes (1994, p 32) afirma que “durante cada greve cresce e desenvolve-se nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para a luta contra ele e pelos seus direitos”. O autor continua ainda dizendo que há divergências na luta entre o sindicalismo que originou a CGT, que representa o capital, os pelegos, e a CUT, a favor do trabalhador e com maior tradição de luta. “não basta a autonomia política dos sindicatos frente ao Estado, é necessário também a independência ideológica dos trabalhadores frente ao capital”. (ANTUNES, 1994, p. 75)

Antunes (1994, p. 79) deixa uma incógnita e que nos faz refletir muito sobre nossa postura diante de ideais que surgem: teremos que seguir aqui os rumos adotados lá fora ou devemos buscar em nossas especificidades as reais saídas para a crise que atinge o mundo do trabalho?

Analisando alguns documentos do Sintego nos anos de 2005, 2006 e 2007 podemos observar as lutas, os movimentos e reivindicações realizados por este órgão em defesa da classe dos trabalhadores/as em educação.

O ano de 2005 foi marcado por vários movimentos em prol do trabalhador da educação no que se refere aos direitos à educação discutidos na Semana de ação mundial e nas várias assembleias que marcaram a insatisfação com o governo estadual sobre as promessas em dar prioridade à educação, fato este que não ocorreu.

No ano de 2006 o Sintego participou e organizou vários eventos para conscientização do trabalhador, dentre eles pode-se destacar: VII semana nacional em defesa e promoção da educação com a bandeira de melhores condições de trabalho, valorização do magistério e democratização da gestão e dos mecanismos de controle social. Luta pela aprovação da Lei nº 11.301 que estende a função de magistério aos professores/as que deixam a sala de aula para assumir direção e coordenação da escola. Assembleia em 20/06 exigindo reajuste salarial para os professores/as de 16,67%, correção da tabela do plano de cargos e salários dos administrativos. E a greve no município de Goiânia no mês de agosto para reajuste salarial.

Neste ano, o primeiro semestre foi marcado por várias lutas e algumas conquistas realizadas em assembleias, encontros, reuniões, seminários, debates e greve, cuja luta maior se refere à reposição de perdas salariais calculadas em 20,31%, no mais, são ações como recuperação de escolas danificadas e a



nomeação de concursados, além do pagamento dentro do mês trabalhado, assinaturas das promoções verticais e horizontais e repasse dos recursos da merenda escolar para o ensino médio. Estas foram reivindicações discutidas principalmente durante a greve estadual que durou 44 dias entre os meses de maio e junho deste ano.

Segundo Domingos Pereira da Silva atual presidente da entidade, em entrevista cedida à Revista Hoje (2007, p. 5 a 7), o Sintego tem 25 mil filiados, sua sede é em Goiânia com representações em 38 regiões do Estado. Oficialmente representa cerca de um terço dos trabalhadores da rede pública, pois entre inativos e em atividade eles somam cerca de 74 mil. Fato interessante ocorreu nesta greve, onde na S.R.E. de Palmeiras de Goiás, uma parte significativa das escolas não aderiu a greve, principalmente alegando quantidade elevada de contratos temporários, fato que a lei nº 13.909 da constituição federal artigo 5º, incisos IV e XVI garantem o direito de manifestação a qualquer trabalhador.

Atualmente o Sintego luta pela democratização e financiamento, pleiteia-se educação pública, gratuita de qualidade e para todos, com uma política educacional voltada para os setores tradicionalmente excluídos do direito à educação, implementando conteúdos e metodologias voltados para a formação de sujeitos críticos, contemplando especificidades regionais, étnico-raciais e de gênero.

Diante das intenções do Sintego e falando mais especificamente das ações da mulher professora, questionamos se esta mulher tem contribuído ou se engajado nesta luta sindical, será discutido e analisado nos próximos capítulos como as professoras da S.R.E. Palmeiras de Goiás se posicionam diante destas lutas.

Para compreendê-las melhor é necessário situá-las frente ao conjunto das mulheres presentes no mercado de trabalho.

Será que sua posição e seus papéis sociais predeterminados e sua localização no interior de Goiás, lhe permitem revolucionar? Mesmo estando à frente e diretamente relacionada com os futuros trabalhadores (alunos), ela consegue conscientizar para a libertação, se nem ela mesma está consciente disto?

### **CAPÍTULO 3 AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO E A PROFISSÃO DE PROFESSORA**

Antes mesmo de situar a mulher no mercado de trabalho, é preciso entender que o mercado é determinado pela forma como os bens e serviços são produzidos, e, em cada formação histórico-social, pela forma como o trabalho excedente é apropriado. A apropriação privada dos meios de produção configura as relações existentes entre as classes sociais. Nesta sociedade de classes, existe uma alta limitação das potencialidades humanas, que se dá excepcionalmente na ausência das possibilidades de determinadas categorias sociais, determinando certa organização social do trabalho. Saffioti (1979, p. 30) afirma que,

sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui a via por excelência através da qual se procede ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética da sociedade capitalista e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social no qual se inserem. Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada.

Quando Saffioti (1979) afirma existir a marginalização do trabalho de acordo com a raça ou o sexo, busca uma compreensão da dependência e da submissão da própria mulher no contexto do mundo do trabalho, lembrando que esta mulher sempre esteve ligada à produção. Na época medieval, na Inglaterra, na França e demais países europeus a mulher marcou presença nas nascentes atividades industriais e comerciais.

Entretanto, ainda que a mulher tivesse funções no mundo do trabalho, isso não significava autonomia; continuava obrigatória sua submissão e obediência ao

marido, isso em qualquer camada social. No que se refere às oportunidades de trabalho, Saffioti (1979, p. 36) afirma que,

as barreiras que a sociedade de classes coloca à integração social da mulher, todavia, não apresentam, no processo de seu aparecimento e vigência, muita uniformidade. Na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades da ordem imperante nas sociedades competitivas e não pela necessidade que porventura tenham as mulheres de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função das fases de desenvolvimento, do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas.

Sabe-se que pela lei do capital, segundo Saffioti (1979), quanto menor o número de trabalhadores assalariados, maior será o salário dos que têm emprego. Tal lei justifica, em parte, os baixos salários pagos às mulheres que, mesmo com menor qualificação, sempre estiveram presente no processo produtivo.

Os homens tornam-se, assim, atores da dominação do processo produtivo, mistificando-os a si próprios, mas não percebem que, mistificando-os a si próprios, estão se prejudicando, pois são incapazes de analisar a situação da mulher como sendo determinada pela configuração histórico-social capitalista. Quando na Inglaterra e na França, ao substituírem o trabalho masculino pelo feminino, houve, conseqüentemente, a redução dos salários, de imediato os homens culpavam as mulheres e não o próprio sistema capitalista. Não foram capazes de compreender que não é a mulher a usurpadora do trabalho masculino; ao contrário, ela também é explorada pelo sistema.

A medida que os países europeus se industrializavam, a força de trabalho feminina ia sendo absorvida. Em meados da década de 1950, quase 50% dos trabalhadores eram do sexo feminino, geralmente ocupando cargos dos setores terciário, subalternos e mal-remunerados. Uma das justificativas para esta posição são os fatores naturais e sociais discutidos por Saffioti. A autora, no que se refere aos fatores naturais, diz que a mulher, ao se casar, e ao ter seus filhos e, deixa de ter certas responsabilidades no emprego, e muitas vezes por ficar de licença-maternidade, não pode ocupar cargos importantes. Já os fatores sociais que implicam nas faltas constantes das mulheres no emprego por motivo de doença dos filhos, do marido e dos demais familiares, fato que não ocorre com a maioria dos homens. Saffioti (1979, p. 53) afirma que,

evidentemente, as funções que a mulher desempenha na família (sexualidade, reprodução e socialização dos filhos) se vincula quer à sua condição de trabalhadora, quer à sua condição de inativa. Em qualquer dos casos, aquelas funções operam no sentido da discriminação social a partir do sexo, expulsando as mulheres da estrutura de classes ou permitindo-lhes uma integração

Ainda segundo a autora, a mulher, por trazer em sua história a submissão, tem um medo inconsciente do fracasso, e este é mais um fator que a faz ocupar cargos de pouco prestígio e baixos salários, justificando o seu não engajamento em cargos de direção. Até mesmo suas reivindicações sindicais aparecem como menos significativas. Isso se dá por estarem divididas entre o lar e o trabalho. Nem mesmo a atuação dos sindicatos proporcionou às mulheres o fim do trabalho marginal e inseguro. Por esse motivo, Saffioti (1979, p. 66) afirma que “a emancipação da mulher exige uma emancipação do homem”. E é nessa perspectiva que a situação da mulher brasileira e sua relação com o mundo do trabalho é aqui abordada.

### **3.1 A mulher trabalhadora no Brasil**

A histórica negação dos direitos civis da mulher limitava e limita sua atuação e obstrui o progresso social. A formação econômica brasileira passou por transformações ao longo do tempo, possibilitando e exigindo a inserção da mulher nesta economia. Saffioti (1979, p. 159) diz que,

a consciência da dependência em que, desde seu início, a formação econômico-social capitalista vem-se constituindo no Brasil e dos limites que a estrutura internacional de poder impõe à sua realização nos níveis alcançados pelas sociedades de consumo de massa, constitui o ponto inicial para a compreensão dos papéis sociais que homens e mulheres vêm desempenhando na sociedade brasileira desde os seus primórdios.

É nesta sociedade, inserida de forma subordinada na divisão internacional do trabalho, que se concretiza a exploração da mulher no Brasil, de forma diferenciada entre brancas e negras.

A família patriarcal se formava nestas condições: a socialização da mulher branca era o desempenho de papéis de dona-de-casa e mãe de família legalmente constituída, devendo ser obediente e submissa. A mulher negra serviu à força de

trabalho, à perpetuação da espécie e aos prazeres sexuais de seus senhores. Também a mulher branca e pobre servia de instrumento sexual aos senhores.

A mulher não tinha consciência de suas possibilidades de ação e atuação para transformar esta postura da família patriarcal. Os tabus sexuais que cercavam a mulher no período colonial, eram imensos: se ela se casasse uma segunda vez, perderia o direito da herança, ela e seus filhos. Com o processo de urbanização ocorrido no século XIX, a mulher começou a integrar mais a vida social, participando de festas, igrejas e teatros, não ficando mais somente na casa grande. Mas, embora seja do começo deste século a primeira lei que permite o acesso das mulheres aos estudos, na prática isso ainda não se realizava. Nos meados do século XIX, a industrialização dá outra repercussão à família patriarcal. A família brasileira urbana ajustou-se aos novos papéis frutos das profundas transformações econômicas, definiu um novo universo social, tanto dos homens quanto das mulheres.

No que se refere ao lar, nasce uma nova mulher na família burguesa, marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Houve uma preocupação com a organização da família burguesa, que mantinha vivências domésticas acolhedoras, tranquilas, com filhos educados e esposas dedicadas ao lar.

Este modelo de família civilizada tinha por base a cultura européia, trazendo mudanças na vida familiar dos brasileiros. A modernização das cidades desencadeou um processo de constituição do Estado moderno, mudando a economia e a vida familiar. Esta característica afirma uma nova feição para os espaços público e privado na família burguesa, que agora banuiu algumas ou ajustou novas ordens sociais e econômicas. Segundo Piori, (1997, p. 228),

nas casas domínios privados e públicos estavam presentes. Nos públicos, como as salas de jantar e os salões, lugar das máscaras sociais, impunham-se regras para bem-receber e bem representar diante das visitas.

O interior das residências sofreu modificações para atender às novas necessidades sociais, tornando-se mais aconchegantes, valorizando a intimidade familiar. As salas de visitas eram abertas às festas e a mulher era avaliada pela sociedade segundo seu comportamento nestes eventos.

A imagem da mulher dedicada à família e ao lar toma formas mais espessas, exigindo dela maiores cuidados na educação dos filhos e na imagem do esposo.

Segundo Piori (1997, p. 229), os homens eram dependentes da imagem de suas mulheres pois “significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas”.

As mulheres das classes mais baixas não eram tão cobradas, pois suas escolhas amorosas não comprometiam a economia nem a política; já as mulheres burguesas sofriam com a vigilância, pois sua virgindade era um objeto de valor econômico e político, dava-lhes status e garantia uma herança. Com o passar do tempo as próprias mulheres aprenderam a se comportar socialmente, não sendo preciso tanta vigilância. Piori ( 1997, p. 237) afirma, quanto a santificação da mulher:

A crescente santificação da mulher como mãe, através do sofrimento, enquanto todos os deveres do pai apontam na direção de ganhar dinheiro para o sustento da família. Pode-se sentir, por parte da mulher, o cultivo da domesticidade e dos deveres de ser esposa. Toda fragilidade e, ao mesmo tempo, fortaleza de mãe é sublinhada.

Essa situação vai-se alterando na medida em que a constituição histórica da formação econômica social capitalista vai absorvendo um crescente número de mulheres no sistema de produção de bens e serviços. Mesmo a mulher indo para o mercado de trabalho, não estava alheia às funções domésticas e não detinha independência econômica, ao contrário do homem. Para Saffioti (1979, p. 243),

o desenvolvimento da indústria no Brasil não acarretou, como não provocou também em outros países, maior participação da mulher na força de trabalho efetiva da nação. Pelo contrário, tem sido crescente o número de mulheres que se dedicam exclusivamente às atividades domésticas, não diretamente remuneradas

A concepção do trabalho da mulher como um trabalho subsidiário favoreceu a oferta de aceitação de salários mais baixos que os homens. As pesquisas realizadas durante a segunda metade do século XX o comprovam.

Dados levantados por Saffioti mostram que, além dos salários serem mais baixos, as melhores posições trabalhistas também se diferenciavam em relação ao sexo, conforme ilustra a tabela a seguir.

Tabela 1 - Rendimento médio mensal por sexo e atividade entre 1900 e 1960

<b>Rendimento mensal</b>	<b>H %</b>	<b>M %</b>	<b>H %</b>	<b>M %</b>	<b>H %</b>	<b>M%</b>
Até 2.100	24,8	24,0	6,3	29,1	7,8	46,5
2.101 a 3.300	19,8	9,8	9,0	12,7	7,2	11,6
3.301 a 4.500	13,9	4,0	11,2	8,9	8,5	7,0
4.501 a 6.000	9,1	2,2	4,7	21,1	17,7	10,2
6.001 a 10.000	6,1	1,1	29,4	17,8	27,0	12,2
10.1001 a 20.000	2,3	0,5	13,1	2,6	19,1	7,1
20.001 a mais	0,7	0,1	4,4	0,1	8,4	1,2
Sem rendimento	22,2	57,8	0,5	5,6	1,2	2,0
Sem declaração	1,1	0,5	1,4	2,1	3,1	2,2

Fonte: VENTURI et al. ( 2004)

Nos dias atuais esta realidade não é muito diferente, pesquisa realizada no DIEESE-GO referente à 2006, temos os seguintes dados:

Tabela 2 - Rendimento por hora trabalhada – 1999 – 2006

<b>Local</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
Belo Horizonte	4,30	5,66	4,58	5,99
Distrito Federal	7,79	10,39	6,53	8,67
Porto Alegre	4,89	6,23	4,54	5,56
Recife	3,38	4,52	2,83	3,46
Salvador	3,87	5,20	3,72	4,61
São Paulo	6,67	78,76	5,21	6,70

Fonte; DIEESE-GO, 2006.

O jornal Diário da Manhã do dia 17 de maio de 2005 ano 2, cujo editor geral é Batista Custódio, na sua reportagem sob o título: “Brasil é 51º em igualdade de tratamento entre gêneros” trouxe as seguintes informações: O Brasil ocupa a 51º posição entre 58 países estudados por causa da grande diferença de tratamento dado a mulheres e a homens. 57º poder político, 53º saúde e bem estar 46º participação econômica. Para Custódio, (2005, p. 9).

A sociedade brasileira está longe da igualdade entre gêneros em questões como educação, participação política e econômica, oportunidades de trabalho, saúde e bem estar, segundo estudo do Fórum Econômico Mundial, apresentado ontem em Londres. O Brasil tem poucos motivos para se orgulhar: é o penúltimo da lista (57°) na hora de dar poder político às mulheres, está em 53° lugar em saúde e bem estar, em 46° em relação à participação econômica. No entanto, as brasileiras ocupam melhores colocações em oportunidades econômicas (21°) e educação (27°).

Observando-se a renda individual mensal, constata-se que as mulheres brasileiras têm salários diferenciados, segundo Venture et al. (2004), constataram em pesquisa realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo.

Tabela 3 - Renda individual mensal

Até 2 salários mínimos	41%
Mais de 2 salários mínimos	34%
Mais de 5 salários mínimos	12%
De 10 a 20 salários mínimos	6%
Mais de 20 salários mínimos	2%
Não tem renda	1%
Não sabe/não responde	5%

Fonte: VENTURI et al. ( 2004)

Destas mulheres, 42% estão no mercado de trabalho formal e 57% no mercado informal. Estes dados apontam que a mulher continua sendo desvalorizada no que se refere ao trabalho fora do lar, não sendo reconhecida como trabalhadora, sobrando para ela atividades desqualificadas, menos remuneradas, que ocupam geralmente o mercado informal. O trabalho da mulher na sociedade atual ainda é uma extensão das atividades domésticas, ficando basicamente no setor terciário.

Quando faz-se uma seleção por setores de trabalho, evidencia-se maior ou menor inserção de mulheres goianas no mercado. Se o setor é ligado a atividades domésticas e culturalmente femininas, o número será maior de mulheres do que de homens, porém no que se refere ao salário, o da mulher ainda continua menor, independente do setor de atuação como mostram as tabelas a seguir.



Tabela 4 – renda média e setores economicamente selecionados – predominância masculina

Setor	% masculina	média mensal	% feminina	Média mensal
Extrativismo mineral	91,88	1.298,68	8,12	982,99
Industria de transformação	69,63	735,6	30,37	525,89
Serviços industrial de utilidade pública	87,48	2.333,17	12,52	2.198,49
Construção civil	93,76	735,75	6,24	807,61
Comercio	63,21	625,29	36,79	520,81
Serviços	55,53	939,73	44,47	743,37
Administração pública	39,75	1.332,48	60,25	980,58
Agropecuária extrativismo vegetal, caça e pesca	87,90	599,15	12,10	457,06
Total	58,84	892,81	91,16	777,27

Fonte: IBGE- DIEESE-GO, 2005

Mesmos nos setores onde a predominância é feminina, os homens continuam ganhando mais, como está na tabela a seguir.

Tabela 5 - Renda média dos setores econômicos selecionados – predominância feminina – 2005

Setor	% de homens	Renda média	% de mulheres	Renda média
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	31,84	440,86	68,16	417,67
Alojamento e alimentação	48,48	507,84	51,52	419,25
Seguros e previdência completa	41,68	1.879,51	58,32	1.139,49
Atividades auxiliares da intermediação financeira	37,56	789,71	62,44	701,79
Pesquisa e desenvolvimento	35,70	1.014,56	64,30	583,6
Administração pública, defesa e seguridade social	39,78	1.332,32	60,24	980,53
educação	35,09	1.242,31	64,91	822,16
Saúde e serviços sociais	29,97	1.004,62	70,03	744,19
Serviços domésticos	35,36	417,85	64,64	333,05
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	42,86	471,19	57,14	328,68
Total	58,84	892,81	41,16	845,25

Fonte: IBGE, DIEESE-GO, 2005

A maior participação da mulher no setor terciário baixou seu salário e a fixou nos piores postos de trabalho e remuneração. Neste âmbito, para as mulheres ainda é incipiente a formação de uma consciência enquanto classe operária, embora isso tenha sido abordada de forma inicial pelo sindicalismo socialista no início do século. Para Saffioti (1979, p. 254),

a consciência de que o desenvolvimento econômico e social do país se faz parcialmente às expensas do enorme contingente feminino de padrão doméstico não chegou, entretanto, a formar -se no cenário nacional. Ao contrário, as próprias associações femininas, de ideologia não negadora do status quo capitalista, viam, na expansão estrutural da sociedade brasileira, enquanto sociedade de economia capitalista, a via através da qual se processaria a profissionalização feminina em larga escala e, portanto, a modernização da atuação social da mulher.

Há hierarquia específica nos postos de trabalho, o lugar que cada indivíduo ocupa no espaço é um lugar hierárquico. Há um modo diferenciado de organizar-se coletivamente no trabalho feminino e masculino. Segundo Hirata (2002, p 248),

no Brasil, houve uma crise econômica durante os anos de 1981 a 1984, em seguida uma retomada econômica, importante entre 1984 a 1986. Durante esse segundo período, 90% dos operários homens voltaram para a empresa, enquanto somente 40% das mulheres o fizeram. Sobraram, portanto, 60% das mulheres que não mais voltaram para a empresa no momento da retomada econômica, mas que exerciam trabalho doméstico remunerado ou permaneciam no setor informal para o qual haviam entrado no momento da demissão, no entanto, uma parte significativa das mulheres casadas tornou-se inativa.

Para Hirata, há uma brutal opressão do homem sobre a mulher no que se refere ao trabalho e à sociedade, pelas necessidades do capital e devido à ordem, os ideais das mulheres acabam sendo desestruturados, por mais que apresentem potencial e capacidade.

### **3.2 Passos rumo às mudanças – do Mundo para Goiás**

O mundo do trabalho trouxe para o século XXI muitos problemas de gênero, que não foram resolvidos no século passado. Falando do Japão, Hirata (2002), afirma que a formação da classe trabalhadora se faz desde que a menina e o menino nascem. Nas festas das meninas, são dadas a elas caixas de costura; aos

meninos, calculadoras. Essa formação dará às mulheres preparação para o trabalho produtivo, direcionando-as a seus papéis e funções sociais predeterminados. As mulheres recebem preparação para a vida doméstica e para o trabalho subalterno. A ideologia e as práticas de patriarcado estão presentes no modelo de mão-de-obra dos setores industriais japoneses. As filiais brasileiras destas empresas trazem consigo estes modelos, agravando a situação das trabalhadoras.

Na América Latina, nos fins dos anos 1970, a mundialização da economia foi o cenário de várias transformações no mundo do trabalho. Para Delgado et al. (2002, p. 13),

os últimos indicadores sociais a respeito dos espaços sócio-profissionais e dos trabalhadores evidenciam que há profundas disparidades na universalização ao acesso aos direitos de cidadania social. Podemos dizer que, se há um movimento em direção à inclusão, também se aguçam as formas de precarização e de exclusão. Vários estudos na América Latina têm mostrado as taxas de atividades feminina, como também crescem as taxas de desemprego.

Pensando historicamente sobre o papel da mulher na sociedade, pode-se afirmar que ela “foi à luta”, escolarizou-se mais que os homens, não deixou de ser mulher, nem mãe. Entretanto, as mulheres ainda estão pouco representadas nos espaços de poder e com maior presença nos empregos que necessitam de poucas responsabilidades de comando e pouca qualificação técnica. As designações dos papéis sexuais continuam orientando as oportunidades de acesso ao emprego e estabelecendo parâmetros de responsabilidade no que se refere ao público e ao privado, no mundo familiar e no produtivo.

Os princípios constitucionais de 1988 garantiram muitos direitos às mulheres e, segundo Delgado et al. (2002, p. 15), possibilitaram direitos inovadores,

a isonomia salarial entre todos os trabalhadores no território urbano e rural; a proibição de uma remuneração inferior ao salário mínimo e a inclusão dos itens de educação, tempo livre, vestuário e calçado em seu cálculo; jornada de 44 horas de trabalho; a proibição do trabalho para jovens até 14 anos; a definição de penosidade entre as condições de trabalho insalubre; a licença maternidade de 120 dias e paternidade de 5 dias; a proteção aos trabalhadores nos processos de automação nos estabelecimentos industriais; e a criação de incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho das mulheres.

Mas, observando para a realidade pode-se constatar que, para se concretizar a igualdade de oportunidades, são necessárias mudanças no cotidiano do trabalho e

nas modalidades organizativas do processo produtivo. No Brasil, nas últimas décadas, é possível notar algumas mudanças, entretanto tais mudanças ainda têm em suas raízes características do passado. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001, houve a incorporação maciça das mulheres ao mercado de trabalho entre as décadas de 1960 e 1990, que passou de 18 para 57 milhões. Para a América Latina, esta proporção está ilustrado na tabela a seguir.

Tabela 6 - Percentual de homens e mulheres no mercado de trabalho

	Mulheres	Homens
América Latina	27,2	70,3
Argentina	26,1	69,7
Brasil	29,8	70,2
Chile	27,0	66,9
Paraguai	25,6	77,3
Uruguai	39,5	66,7

Fonte: VENTURI, et al. (2004)

Os dados comprovam o crescimento do número de mulheres nas atividades econômicas, entretanto as desigualdades profissionais permanecem, com concentração em determinados setores de atividade. A mulher chegou e não deixou de estar na atividade econômica também por necessitar da remuneração para auxiliar nas despesas do lar.

De acordo com IBGE em 2005, de um total de 184.388,620 brasileiros, 51,3% que corresponde a 94.536.935 são mulheres, contudo sua participação no mercado de trabalho sempre foi inferior. Por mais que nas últimas décadas tenha ocorrido um crescimento na taxa de participação da mulher no mercado de trabalho, os números nos mostram a disparidade entre a inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho. No Brasil somos 43,5% do participação economicamente ativa (PEA). Em todas as regiões do Brasil, há uma homogeniedade no que se refere a inserção das mulheres no mercado de trabalho, tendo um total de 42% do PEA. Na tabela a seguir isso é bem evidente.

Tabela 7 - População economicamente ativa total e de mulheres no Brasil e Regiões e Goiás -2005

<b>Regiões</b>	<b>Total</b>	<b>mulheres</b>	<b>%</b>
Norte	7.150.702	2.921.576	40,86
Nordeste	25.472.294	10.824.323	42,49
Sudeste	41.634.821	18.267.181	44,16
Sul	15.137.954	6.755.075	44,62
Centro-oeste	6.906.200	2.972.989	43,05
Goiás	26.946.70	1.249.928	42,42
Brasil	96.031.971	41.741.144	43,47

Fonte: IBGE – DIEESE , 2005

O aumento do nível de escolaridade das mulheres não significou seu reconhecimento e melhorias no seu salário. A mesma pesquisa aponta que a população urbana ocupada com 13 ou mais anos de estudo, por volta de 1990, distribuía-se da seguinte maneira:

Tabela 8- População com 13 ou mais anos de estudo

	<b>Mulheres(%)</b>	<b>Homens (%)</b>
Argentina	24,3	17,1
Brasil	12,9	9,1
Chile	17,6	13,9
Paraguai	15,5	14,3
Uruguai	18,3	10,8

Fonte: VENTURI et al. (2004)

Este novo mundo do trabalho, com seu modelo de flexibilização, em especial para as mulheres, passa a concretizar a precariedade do seu trabalho, com contratos de curta duração, empregos de tempo parcial e trabalho em domicílio. A organização da produção em cadeias produtivas implicará diferenças na forma de estruturação e de contratação a mão-de-obra. Sobre este assunto, Abramo (2002, p. 122) afirma que,

a grande empresa se articula em redes de subcontratação que, ao longo da cadeia produtiva, inclui desde empresas formais, de grande e médio porte, e com um desenvolvimento tecnológico próximo ao da empresa-mãe, passando por empresas menores, tecnologicamente menos desenvolvidas e com maiores graus de informalidade incorporando taller de distintas

dimensões. Até chegar muitas vezes às formas de trabalho em domicílio que se produzem nesses contextos.

Esta subcontratação é responsável pela precarização do trabalho afetando todos os ramos da produção e serviços, assim como a educação. Ao longo dessa cadeia, estão a mão-de-obra mal remunerada, os equipamentos obsoletos, a informalidade, ausência de contratos, a pouca qualificação e a gestão centralizadora. Esta forma de trabalho afeta diretamente a inserção feminina no mercado de trabalho, gerando sua expulsão ou a precarização do trabalho dessas mulheres. E é neste quadro de precarização, fruto das políticas neoliberais, que o sistema educacional se insere.

Há a exclusão das mulheres das experiências organizacionais mais inovadoras, o que comprova a tendência à masculinização de alguns tipos de empregos, que requerem mais mão-de-obra qualificada, ficando a mulher à margem deste processo.

Por mais que o quadro seja de desigualdade, quando se discute gênero, pode-se dizer que ocorreram, no geral, melhorias no trabalho das mulheres, especificamente nos quesitos oportunidade, capacitação e promoção. Entretanto, nos países da América Latina, ao pesquisar nas indústrias de metal e de alimentação, Abramo (2002) encontra entre os empresários afirmações de que não vale a pena investir na mão-de-obra feminina, reafirmando uma fundamentação forte nas imagens dos papéis sociais de gênero. Segundo Abramo (2002, p. 130), entende-se por “imagens de gênero”

as configurações das identidades masculinas e feminina, produzidas social e culturalmente, que determinam em grande parte as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho. Essas imagens são prévias a essa inserção, ou seja, são produzidas e reproduzidas desde as etapas iniciais da socialização dos indivíduos e estão baseadas, entre outras coisas, na separação entre o privado e o público, o mundo familiar e o mundo produtivo, e a definição de uns como territórios de mulheres e outros como territórios de homens.

Esta postura condiciona as formas de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho, dando ou não oportunidades e condições dignas para seu exercício. Nesta pesquisa, as mulheres se manifestam a respeito das prioridades para a conquista de condições de igualdade de oportunidades, apontando o fim das

discriminações no mercado de trabalho (47%), a igualdade de direitos (10%), o combate à violência contra as mulheres (9%), maior liberdade (6%) e mais reconhecimento por parte dos homens (4%). Essas posições constituem uma pauta específica de preocupações, trazendo uma combinação de demandas que a visão masculina hegemônica, vinda de outro lugar, tem dificuldade de enxergar, que só a experiência concreta do universo feminino, que cotidianamente se entrelaça com o mundo público restrito e um mundo privado opressor. (VENTURE et al. 2004, p. 28)

Em pleno século XXI, as mulheres conseguiram ocupar o espaço público: nos postos de gasolina, restaurantes, bares, cinemas, lojas, bancos, empresas, escolas, universidades, delegacias e demais instituições, elas estão lutando por sua independência econômica, tomando decisões, enfim, agindo. Ser mulher, no século XXI, não é só “parir” e tomar conta da casa. Hoje há a valorização da mulher também no espaço público, sendo muito significativa sua presença.

As mulheres do século XXI desconstruíram os abismos criados nos séculos passados. Para Rago ( 2002, p. 37),

as inúmeras inovações éticas, estéticas e políticas que vêm sendo construídas pelas mulheres em suas múltiplas áreas de atuação - nas universidades, na ciência, na educação, nas artes, na saúde, no trabalho e na casa - têm revelado a emergência de novos modos de ver, de novas possibilidades de interpretação, de ressignificação e de problematização que, sem dúvida, não beneficiam apenas as mulheres, como afirma a feminista Sandra Harding, já que forçam também os homens a se perceberem como sujeitos particulares e socialmente localizados.

As mulheres, por terem seus direitos tão restritos, hoje conseguem se sobressair, pois aprenderam a usar estratégias de ação mais integradas e humanizadas. Por terem sido tão “massacradas” há séculos, hoje buscam sua própria linguagem e apresentam uma força inigualável, novos estilos de vida e novas formas de produção de subjetividade. Entretanto, esta nova postura exige da mulher novos encargos e atribuições, duplicando sua jornada de trabalho, com mais exigências em suas funções. Além de continuarem sendo as “rainhas do lar”, estudam, são chefes de família, mães.

A pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo já citada anteriormente revela que a violência sexual em relação às mulheres aumentou bastante, ao mesmo tempo que a mulher conquistou o direito de usufruir do prazer sexual, conhecer seu corpo e ter liberdade de escolher seu companheiro. Estes fatos,

entretanto, não provocaram as mudanças esperadas, pois as mulheres continuam sendo vítimas de violência.

Tabela 9 - Violência contra a mulher

Violência psíquica	27%
Ameaça/cerceamento	24%
Agressão	22%
Estupro/abuso sexual	13%
Assédio sexual	12%

Fonte: VENTURI et al. 2004.

É inegável todas as conquistas, tanto no campo profissional como pessoal. Entretanto, a mulher ainda sofre com preconceitos que atribuem problemas familiares como oriundos do seu afastamento do lar, da educação dos filhos, das suas funções de esposa. A mulher continua sendo submetida e submissa, subalternizada e subalterna e sofrendo pressões devido aos papéis sociais predeterminados pela sociedade. Rago ( 2002, p. 41) confirma esta realidade ao afirmar que,

se, de um lado, as mulheres se fortalecem, se passam a construir uma auto-estima positiva, se é visível que a sociedade se feminiliza cada vez mais, de outro não há garantias de que os homens mudarão no sentido de se tornarem mais sensíveis, muito embora seja notória a diferença entre os homens nascidos antes e depois do feminismo. Aqui também os efeitos do movimento feminista devem ser notados. A invenção da masculinidade tornou-se um tema cada vez mais presente nas pesquisas acadêmicas ou nas revistas comerciais, para não dizer nas próprias práticas sociais e individuais, revelando o desconforto dos mais jovens com as definições de virilidade construídas com base na figura do guerreiro ou na de Tarzan.

A mudança deste imaginário é um processo em construção, no qual a educação e as próprias professoras têm importante papel a desempenhar, ainda que elas próprias inseridas em condições de trabalho precárias e vivendo sob este mesmo imaginário. É este profissional que procuraremos conhecer melhor no item 3.3 a seguir.



### 3.3 A escola e o ser mulher/professora: profissão desvalorizada no espaço público

Como abordado no item anterior, o trabalho feminino está verticalizado rumo à proletarização muito mais que o masculino. Isso se explica, segundo Apple (1995) pelo aumento de posições com pouca autonomia e controle ligadas ao trabalho feminino. À medida que cresce este setor, a tendência é controlar tanto o conteúdo como os processos destes empregos, empobrecendo certas funções. O trabalho docente segue à mesma coisa, por não necessitar de boa qualificação para cuidar de crianças, tem menos valor que outros trabalhos.

No que se refere às estatísticas dos professores/as da rede pública, de acordo com o senso de 2006, podemos organizar a quantidade de professores por modalidade e por localização na rede pública estadual e municipal como mostra na tabela a seguir.

Tabela 10 - Quantidade de professores/as por modalidade

<b>Modalidade</b>	<b>Brasil</b>	<b>Centro-oeste</b>	<b>Goiás</b>
Educação básica	2.589.688	177.766	71.490
Educação infantil - creche	86.332	5.145	2.161
Pré-escola	309.344	18.090	6.980
Ensino fundamental	1.634.562	115.639	48.615
1ª a 4ª série	821.562	58.553	23.839
5ª a 8ª série	848.819	64.501	27.366
Ensino médio	508.423	36.500	15.140
Educação especial	51.009	5.566	1.054
Educação de jovens e adultos	247.983	16.832	7.749

Fonte: MEC- INEP, 2006.

Tabela construída pela autora com base nos documentos do MEC - INEP.

No caso de Goiás podemos observar no que se refere à diferença salarial entre homens e mulheres no setor da educação em 2005:

Tabela 11 – Diferença salarial

Setor de serviço	Rendimento médio homens	Rendimento médio mulheres
Educação Infantil - creche	419,96	377,98
Educação infantil e ensino fundamental	550,57	541,19
Ensino médio	735,65	678,11
Educação profissional e outras atividades de ensino	1.388,92	872,28
Atividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	339,78	347,55
Diretores e gerentes em empresas de serviços de saúde, da educação	1.716,12	1.355,50
Inspetores de alunos e afins	521,52	459,04
Outras atividades de ensino	759,25	647,92

Fonte: DIEESE-GO, 2005

Tabela construída pela autora com base nos documentos do DIEESE-GO.

Revivemos assim a hierarquia patriarcal e as divisões do trabalho. É difícil para a mulher ter reconhecimento das qualificações necessárias à sua atividade pois além de lutar contra uma construção ideológica, luta também contra os padrões de autonomia e controle. Para Apple (1995, p. 58),

tendo em vista as conexões históricas entre o magistério e as ideologias acerca da domesticidade e da definição do lugar próprio da mulher, em que o magistério foi entendido como extensão do trabalho produtivo e reprodutivo que as mulheres faziam em casa, não devemos nos surpreender que tais mudanças tenham ocorrido na composição de gênero da força de trabalho docente. Porém, se há claras conexões entre a ideologia patriarcal e o fato de o magistério passar a ser encarado como “trabalho de mulher”, a questão não fica totalmente explicada por aí.

Um fator que contribuiu para a proletarização do magistério e conseqüentemente, para o crescimento do número de mulheres/professoras foi a necessidade do aumento do nível de escolaridade. Os homens permaneceram no magistério até o momento em que não havia muitas exigências quanto a carga horária, qualificação e período letivo.

Enguita aponta quatro fatores para a feminização da escola: primeiro porque a escola é extensão do trabalho doméstico, seguindo ações estritamente femininas; segundo é um trabalho barato, elas não lutam por melhores salários, porque são

empregos temporários; em terceiro, as mulheres são mais passivas e menos ativas; em quarto, a escola é o único lugar em que as mulheres têm recebido salários compatíveis aos dos homens. Entretanto, é preciso destacar que as mulheres/professoras continuam acumulando a dupla jornada e trabalhando “meio período”, ganhando menos e não ocupando postos de poder. Os homens que permaneceram na educação, preferem o serviço público, que lhes dá poder, não necessariamente a sala de aula.

Para Scott (Apud Guacira, 1998, p. 34), no que se refere ao poder, “os homens teriam o poder do Estado, o poder político, o poder das decisões do espaço público, e as mulheres, os poderes informais, os poderes domésticos, dos bastidores, das influências.”

Há uma disputa de poder entre homens/mulheres e sua superação só se dará nas construções históricas e sociais, nas práticas de interpretação das diferenças entre homens/mulheres, ocorrendo, assim, uma desmistificação, que desmonta a institucionalização das categorias, desestabilizando a aparente e falsa identidade das oposições entre homens/mulheres, levando-os a considerar as distinções de raça, de classe, de idade, de religião que as subdividem. Quando estas oposições são desconstruídas somos capazes de desconstruir outras oposições existentes na sociedade. Assim, pode-se perceber com mais facilidade comportamentos, valores, espaços e funções atribuídas a homens e mulheres. Para Guacira, (1998, p. 35),

o que estas concepções têm a ver com a educação? Tudo. Pois este tipo de pensamento é transmitido na escola, acreditado por professores que vivem neste mundo e não sabem lidar na maioria das vezes com idéias e pensamentos forjados por uma classe detentora de poder. Os educadores não foram “treinados” a fazer rupturas nos esquemas de pensamento para desnaturalizar e historizar as características e atributos usualmente associados ao feminismo/masculino. “sem dúvida são proposições perturbadoras, mas que podem nos desafiar a pensar a educação de homens e mulheres, meninos e meninas para muito além dos limites que a temos pensado.

As práticas educativas de poder que se desenvolvem na sociedade se dão também entre sujeitos adultos e crianças, jovens e velhos de diferentes gêneros, classes e raças. Nestas relações, é imprescindível a observação e a indagação sobre os interesses políticos envolvidos nas ações. Por esse motivo, entende-se que em sociedades diferentes, não idênticas, que buscam ser politicamente iguais, suas múltiplas diferenças devem servir como trocas, negociações e disputas.

Assim, uma abordagem importante para a compreensão das relações sociais de gênero na sociedade é analisar as relações de gênero que se estabelecem na educação e situar a escola como um local organizado para a liderança masculina e o trabalho docente feminino. Nela, é o homem quem lidera, dá ordens e a mulher, reproduzindo a “mãe”, a “dona de casa”, é quem educa, quem está com as crianças. Segundo Enguita (1998), gera-se, assim, um círculo vicioso no qual as ocupações normalmente apontadas como femininas são aquelas que, de um modo ou de outro, podem considerar-se extensões das funções domésticas. Enguita, (1999, p. 127) afirma que

por trás da professora, que cada vez apresenta mais probabilidade de ser mulher, está o diretor e outras autoridades, que apresentam as mesmas de sempre, de serem homens. As hierarquias da profissão docente lembram as crianças e os jovens que o mundo está distante de ser igual para homens e mulheres. É muito pouco provável encontrar uma mulher ensinando língua de ciências sociais que praticando matemática ou dirigindo um “Taller” de metal. A divisão do trabalho docente discorre por linhas similares e a divisão do trabalho é geral e por ele mesmo, a antecipa e legitima toda a força do fato de que simplesmente é assim.

Assim, Apple (1995) entende que, dentro da escola, as relações de gênero estão permeadas de preconceitos e tabus e as relações patriarcais ainda estão muito evidentes. O Estado e as indústrias, da mesma forma, buscam um maior controle do que acontece em sala de aula, justamente para que os indivíduos que saem deste ensino estejam exatamente do modo que se espera: adaptados. Entretanto, segundo Apple (1995,p.39),

as tentativas prévias feitas pelos burocratas estatais, industriais e outros para obter o controle da operação do dia-a-dia da sala de aula e seu “ resultado” não se extinguíram. Elas tiveram mais que uma década para crescerem, experimentarem e ficarem mais sofisticadas. Embora o gênero seja menos visível nas estratégias atuais (de forma muito similar àquela pela qual o crescimento das estratégias de gênero na indústria, lentamente, encobriram a base real do poder em fábricas e escritórios) ele ainda está presente, como veremos, desde que nos disponhamos a ir além da superfície para examinar as mudanças no processo de trabalho do ensino, a forma como algumas professoras reagem às atuais estratégias e o modo como interpretam seu próprio trabalho.

Nesta perspectiva, a escola é uma instituição que pode contribuir para a reprodução de conceitos ou para a transformação da sociedade, ou seja, a escola pode ser compreendida como reprodutora ou produtora de seres sociais. Na década de 1960, as teorias sociológicas no campo da educação mostraram que a escola na

sociedade capitalista cumpre duas tarefas fundamentais: disseminar a ideologia dominante, contribuindo para manter a sociedade dividida em classes, e favorecer a trajetória escolar de quem domina os conteúdos lingüísticos e culturais socialmente valorizados.

Além disso, segundo Apple (1995), os estudos sobre a política educacional mostram que o acesso à escola brasileira vem, desde o Império, (época em que a mulher não tinha acesso aos bancos escolares), favorecendo sistematicamente as camadas sociais que são privilegiadas economicamente, por meio do estabelecimento de um sistema educacional dual, que proporciona a existência de dois tipos de escola, uma para a classe popular e outra para a elite.

A escola auxilia na construção de sujeitos concretos, reais, homens e mulheres que podem referendar as relações de poder que refletem as vias históricas da exclusão social, ou que, por outro lado, podem ser auxiliares na elaboração de uma sociedade democrática e de uma escola inclusiva.

Desde a sua concepção, a escola tornou-se lugar de diferenças: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações, símbolos, códigos, procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didáticos. A diferença está implícita e explicitadamente nestes lugares.

Na escola, as relações estabelecidas são reflexos de interesse e compromissos relativos a “contra o quê” e “a favor de quem” estamos desenvolvendo nossa práxis. Vários estudos realizados por Apple (1995) denunciam que as condições de escolaridade, de trabalho e de formação da mulher durante muito tempo foram esquecidas.

Tornar-se homem ou mulher representa a interiorização de significados culturais válidos para uma determinada sociedade, com todos os seus valores agregados, no sentido de composição social das identidades de gênero. É no processo de formação educacional mais amplo que as crianças vão aprendendo os significados de ser mulher e ser homem em nossa sociedade. As crianças podem aprender que o homem manda e a mulher obedece, ou podem aprender que ambos têm o mesmo poder de decisão.

O androcentrismo está muito presente nas escolas, pois na linguagem, nos modos, nas ações, nos textos, nos livros, nas figuras didáticas sempre os meninos estão sendo privilegiados. O adjetivo masculino tem prioridade em todas as ações

escolares. As crianças aprendem direta e indiretamente papéis sociais de homem e de mulher e não fazem críticas à leitura de tais informações.

A escola hierarquiza, quando na verdade masculino e feminino são produtos da sociedade, construções sociais e, como tais, poderiam ser “desconstruídos”, para dar lugar a relações democráticas e solidárias entre todos os indivíduos, resguardando suas diferenças e não transformando-as em desigualdades.

E fazer ciência é descobrir, desvelar verdades em torno do mundo, dos seres vivos, das coisas que repousam a espera do desnudamento. É dar sentido objetivo a algo que novas necessidades emergentes da prática social colocam às mulheres e aos homens. Uma grande contribuição à compreensão da construção da diferença de gênero é dada por Bourdieu (2005, p. 70-71), quando coloca a formação dos diferentes papéis sociais desde a infância,

A masculinização do corpo masculino e a feminilização do corpo feminino, tarefas enormes e, em certo sentido, intermináveis que, sem dúvida, hoje mais do que nunca, exigem quase sempre um gasto de tempo, determina uma somatização da relação de dominação, assim naturaliza. Assim a educação primária estimula desigualmente meninos e meninas a se engajarem nesses jogos a favorecer mais nos meninos as diferentes formas da libido dominandi, que pode encontrar expressões sublinhadas nas formas mais puras da libido social, como a libido sciendi.

Encontramos ainda em Bourdieu (2005, p. 103) mais algumas contribuições quanto a reprodução da dominação do masculino que se faz na família, na igreja e na escola,

O trabalho de reprodução da dominação masculina esteve garantido, até época recente, por três instancias principais, a família, a igreja e a escola, que objetivamente orquestradas tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É sem duvida a família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina, é na família que se impõe a experiência precoce da divisão do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita a linguagem. Quanto a igreja, ela inculca uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. A escola mesmo livre da tutela da igreja continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal, entre as maneiras de ser e as maneiras de ver, de se ver e de representarem as próprias aptidões e inclinações e imagens de si mesmas.

No processo educacional, dentro e fora da escola, dizemos à menina que ela pode chorar porque é frágil e ao menino que não, mesmo que tenha caído e se machucado, porque é forte, e assim estamos contribuindo para formar pela

linguagem, posturas concretas de dominação e submissão. Esta delimitação está presente na educação de meninas e meninos brasileiros, de modo que ser do gênero masculino leva a perceber o mundo diferentemente, a estar no mundo de modos diferentes – e em tudo isso, há diferenças quanto à distribuição de poder.

A escola deve considerar que existem também diferentes orientações da sexualidade e trabalhar, no seu cotidiano, a análise crítica dos modelos que engessam as expressões humanas, que pretendem estabelecer o quê e como cada indivíduo pode fazer ou deve ser e, ao mesmo tempo, desenvolver a tolerância como princípio básico das relações sociais na escola entre diferentes. Para Louro (1997, p.103),

os sujeitos se fazem homens e mulheres num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminilizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade) ; como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade apreendida, é uma categoria imersa que durante muito tempo, foi velada, ignorada e esquecida pelas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc, são genericadas, ou seja, expressam as relações de gênero). Em todas estas afirmações está presente, sem dúvida, a idéia de formação, socialização ou educação dos sujeitos.

Já para Enguita (1998), há dois fatores que contribuem para a reprodução dessas práticas sociais e do machismo na escola: primeiro, as meninas por serem mais dóceis, tiram melhores notas que os meninos, tendo fama de inteligentes e aceitando a imposição de papéis sociais, cristalizando a cultura patriarcal na escola; em segundo, no lócus educativo, os cargos de poder e liderança são masculinos; o homem na escola é o diretor, o supervisor, é quem dá ordens, ficando as mulheres com a docência, com o trabalho em sala de aula, com as crianças. Este fato fixa mais ainda seu papel de mãe, dona de casa, que cuida das crianças, que as educa e, principalmente, que exerce o papel de submissão ao sexo masculino.

A análise histórica da educação brasileira mostra que as instituições escolares ainda exercem funções de agências reprodutoras das diferenças de gênero no acesso e nas oportunidades educacionais e de formação para o trabalho. Portanto, torna-se imprescindível a criação de sistemas não discriminatórios de educação para a superação da desigualdade de formação entre gêneros.

Desde pequena, a mulher é educada para ter comportamento de mulher e o homem para ter comportamento de homem. A orientação escolar tem um grande peso na formação sexista. Para Enguita (1998,p.126),

a escola é a única instituição que reúne a dupla condição de organizar de maneira sistemática a experiência prática das pessoas e trata de maneira basicamente igualitária a ambos os sexos, todo ele em uma elevada dose de legitimidade.

Enguita questiona: será que a escola é para todos independente de classe, gênero e etnia? A escola foi criada para a burguesia; as mulheres, a priori, foram, excluídas desse processo. Na história da evolução, as mulheres trabalhadoras são as mais discriminadas, são minoria no poder e nos cargos de direção. A escola foi fundada para difundir e legitimar as classes média e alta. De acordo com as reformas realizadas na sociedade e nas políticas públicas, as mulheres apresentam taxas de maior rendimento escolar que os homens, e vêm despontando no mercado, por mais que continuem sendo discriminadas.

No senso comum, ser professora é melhor do que ser trabalhadora do lar, ser professora dá mais status, trabalhar fora de casa é melhor do que ficar no lar, cumprindo obrigações domésticas, além de não receber pelo seu trabalho. A maioria das mulheres são mal-remuneradas pelo fato de a sociedade achar que seu trabalho é simples, não necessitando de preparação especial. A escola faz a mulher invisível diante da sociedade, dos conteúdos, reduzindo-as a meras executoras de papéis.

Assim, as professoras sofrem maior desgaste profissional inclusive devido à sobrecarga de funções, na maioria das vezes aumentando sua carga horária, trabalhando mais tempo na escola e executando os trabalhos da casa, sem remuneração. As mulheres tendem a aceitar esta sobrecarga naturalmente, que atinge toda a categoria. A própria ideologia capitalista prega que o profissional eficiente é aquele polivalente, que consegue conciliar todas as suas obrigações. Na realidade, a mulher/ professora tem se desgastado muito para corresponder aos modelos capitalistas.

Entretanto, têm ocorrido algumas resistências por parte das professoras. A mulher/professora, como as demais mulheres, lutou constantemente no século XX para ser reconhecida e respeitada pelo seu trabalho, para mudar as relações de



opressão, ter controle do próprio trabalho e da própria vida. Estas foram lutas significativas e em grande parte vitoriosas. Apple (1995, p. 45 e 70) afirma que,

a indignação quanto à diferenciação dos salários, a interferência em suas decisões, ou a própria forma com que eram tão estritamente controladas, muitas, vezes levaram a seu interesse pelas idéias feministas. (...) A resistência à racionalização e à perda de formas historicamente importante de autocontrole do próprio trabalho tem efeitos muito contrários, parcialmente como um resultado das divisões sexuais na sociedade.

Particularmente nos níveis de ensino, em que se concentra a maioria dessas mulheres/professoras é bastante ressaltada, como fator primordial para o trabalho educativo, a preocupação com os problemas emocionais e os sentimentos dos alunos, e não com a divisão e a intensificação do trabalho, nem com as relações patriarcais evidentes nos processos sociais. Por mais que as professoras apresentem alguma resistência às normas impostas, não percebem tais relações de dominação de classe, gênero e raça. Estes problemas, para sua resolução devem estar na pauta de discussão na escola, fato que não ocorre, principalmente pela falta de tempo em meio à burocracia escolar, acrescida dos afazeres domésticos.

Pensando nestas questões, buscamos uma compreensão de quem é essa mulher/professora, como vive, quais seus problemas e até que ponto as questões de gênero, em sua própria formação, atrapalham ou contribuem para sua profissionalização e para a conscientização sobre suas reais condições de trabalho. Para Apple (1995, p. 48),

a ideologia da profissionalização levará a uma aceitação parcial da intensificação pelo professorado e gerará um tipo diferente de resistência, específico das circunstâncias reais de trabalho nas quais ele tem estado historicamente envolvido. O fato de que essas mudanças no processo de trabalho do ensino ocorram num terreno que tem sido um local de relações patriarcais, desempenha um papel importante aqui.

Pode-se afirmar que a ideologia mais inculcada na cabeça das mulheres é o fato de o magistério as preparar para serem mães. Segundo Apple (1995, p. 60),

quando isso se soma aos interesses sociais, estruturas econômicas e relações patriarcais vigentes, as quais davam lastro à dominação de uma ideologia da domesticidade na sociedade mais ampla, podemos começar a perceber as condições que levaram àquela situação.

Na construção de sua imagem, o magistério era visto como uma ocupação transitória, e por esse motivo de um lado não se justificava a luta sindical e, de outro, justificava-se plenamente a aceitação dos baixos salários. Para Apple (1995, p. 63),

o fato de que a ideologia dominante argumentava que o lugar da mulher era em casa permitiu, de forma conveniente, que o magistério elementar fosse visto em teoria (se não na prática) como uma profissão para a qual as mulheres poderiam ser treinadas e trabalhar por um tempo limitado.

Nas escolas, conseqüentemente, as professoras tinham de ensinar às meninas, além dos conteúdos normais, o corte e costura. Aos meninos, no lugar de corte e costura, ensinava-se álgebra e geometria.

Sobre esta realidade, Freire (2000) diz que são “problemas oriundos dessa postura da professora a ideologia que permeia sua vida enquanto professora boazinha, recatada, que não pode fazer greve, não pode brigar, rebelar-se, pois deve ter compostura”. A tentativa de reduzi-la à condição de “tia” é uma inocente armadilha ideológica amaciando sua capacidade de luta. “O discurso é um, a prática é outra”. (FREIRE, 2000, p. 25)

As políticas neoliberais induzem posturas passivas na classe de professores/as. Ora, não é possível ser professora e lutar pelos seus direitos, para que seus deveres sejam mais bem cumpridos? Uma das maiores lutas da mulher/professora é a diferença salarial entre a categoria e outros profissionais. Esta luta está na modalidade política; portanto, o professor é um ser político, tem ideais e sonhos. Para Freire (2000, p. 64), “não há vida nem humana nem existência sem briga e sem conflito”. “Fugir a ele é ajudar a preservar o status quo.”

Um dos saberes indispensáveis à luta das professoras é a consciência que devem forjar a dignidade e a importância de sua tarefa. Sem essa convicção, as professoras estão quase vencidas na luta.

Tanto o líder operário, como o sindicalista no portão da fábrica e o professor na sua escola têm muito o que fazer, mas a ideologia dominante não permite que se pensem assim, induzindo a pensar que lugar de professora é na sala, dando sua aula, nada mais do que isso. A educação é um ato político. A sua não-neutralidade exige que a educadora que se assuma como pessoa política, viva, coerente como sua opção progressista, democrática, reacionária, passadista ou também espontaneísta, que se defina por ser democrática ou autoritária.

Quando Freire (2000, p.91) afirma que “é difícil, realmente, fazer democracia. É que a democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática”, ele tenta fazer uma relação entre realidade e sonho, na qual os sonhos só poderão se tornar reais se realmente forem praticados e sair do mundo das idéias. Assim, é necessário uma mobilidade em torno das lutas e dos desejos de mudança e desenvolvimento, para Freire (2000,p. 117)

não vale dizer que professor ou professora, não importa o grau em que trabalhe, pouca importância terá o que faça ou não faça, pouca importância terá em vista do que os poderosos fazem em favor de si mesmos e contra os interesses nacionais. Pior é que, se acomodado, minha imobilidade se converte em motor de mais desvergonha. Minhas imobilidades produzida ou não por motivos fatalistas, funcionam como eficaz ação em favor das injustiças que se perpetuam, dos descabros que nos afligem, do retardamento de soluções urgentes.

O professor/professora consciente do seu papel de mediador do processo do conhecimento e de emancipação trabalha para que o saber de minorias dominantes não asfixie nem castre as possibilidades de libertação das imensas maiorias dominadas. Para isso, a escola deve ser como meio de emancipação a todas as pessoas, principalmente às classes menos privilegiadas.

A tarefa de ensinar não transforma a professora em tia de seus alunos, da mesma forma como uma tia qualquer não se converte em professora de seus sobrinhos só por ser tia deles. A professora tem uma responsabilidade profissional de que faz parte a exigência política de sua formação permanente. É necessário que esta profissional tenha consciência crítica de sua responsabilidade social e política.

A professora participa ativamente da formação do seu aluno, por isso não pode ver sua profissão como um “bico”. É necessário que ela esteja alerta à questão da compreensão do mundo, enquanto produto histórico. A prática educativa em que inexistente uma relação coerente o que a educadora diz e o que ela faz é, enquanto prática educativa, um desastre. O que se pode esperar para a formação dos educandos de uma professora que protesta contra as restrições à sua liberdade por parte da direção da escola, mas, ao mesmo tempo, cerceia a liberdade dos educandos afrontosamente? Ao analisar os papéis sociais que as professoras exercem, Freire (2000, p. 93) afirma que, “no fundo, nem somos só o que herdamos nem apenas o que adquirimos, mas a relação dinâmica processual do que herdamos e do que adquirimos”. Portanto, percebe-se que faz a mulher/professora se construir

na dialética da sua própria função e do seu ser como sujeito. É essa dinâmica que será apresentada no próximo capítulo através da análise da pesquisa realizada com as mulheres/professoras que vivem nas cidades jurisdicionadas pela S. R. E. de Palmeiras de Goiás.

## **CAPITULO 4 A MULHER / PROFESSORA NO INTERIOR DE GOIÁS: SUA DIFÍCIL REALIZAÇÃO ENQUANTO SUJEITO**

Neste quarto capítulo será discutido o resultado da pesquisa de campo realizada na S.R.E. de Palmeiras de Goiás. Numa interlocução com o embasamento teórico apresentado nos capítulos anteriores, procuraremos configurar a realidade da mulher/professora interiorana dentro do quadro das políticas neoliberais, da sua postura quanto à sindicalização, o mundo do trabalho feminino, da mulher/professora e das mudanças ocorridas nos papéis sociais de gênero.

A pesquisa realizada possibilitou conhecer mais detalhadamente o perfil dos/as professores/as da S.R.E. de Palmeiras de Goiás. Tal pesquisa envolveu análise de documentos cedidos pela Subsecretaria Regional de Educação de Palmeiras de Goiás no qual retrata dados dos/as professores/as, diário de campo realizado durante as visitas para entrega e recebimento dos questionários, o qual possibilitou ouvir as professoras em conversa informal e questionários distribuídos para 10% do total das mulheres / professoras da S.R.E. de Palmeiras de Goiás.

Quanto à escolaridade, as políticas públicas das últimas décadas têm contribuído para a formação dos professores/as em exercício. A Universidade Estadual de Goiás, com seus cursos de Licenciatura Plena Parcelada (LPP) possibilitou e tem possibilitado uma grande quantidade de professores/as a oportunidade de se graduarem. Na Regional de Palmeiras, 15,04% dos professores/as tem curso superior, 37,17% estão cursando e 32,74% tem pós-graduação completa. Dados fornecidos pela Subsecretaria Regional de Palmeiras de Goiás apontam que em, 2005, os 11% dos que possuem magistério e 3,54% dos que tem apenas o ensino médio são contratos temporários e não entraram no

programa de formação porque o compromisso do Governo do Estado de Goiás é apenas com os concursados.

De acordo com os documentos da Subsecretaria Regional de Palmeiras de Goiás, os/as professores/as das redes públicas estadual e municipal da Regional, no ano de 2006, totalizavam 1.005 profissionais, nas nove cidades: Palmeiras, Palminópolis, Jandaia, Edéia, Varjão, Cezarina, Indiara, Nazário e Paraúna,

A tabela a seguir mostra a proporção de professores/as da S.R.E. de Palmeiras de Goiás dedicados à docência por cidade.

Tabela 12 – Homens e mulheres da S.R.E. de Palmeiras de Goiás

<b>Cidade</b>	<b>Homens (%)</b>	<b>Mulheres (%)</b>
Cezarina	11,42	88,57
Palminópolis	8,00	92,00
Nazário	6,60	93,39
Paraúna	11,26	88,73
Palmeiras	11,71	88,28
Edéia	9,85	90,14
Jandaia	5,10	94,89
Indiara	8,69	91,30
Varjão	8,57	91,42

Fonte: Documentos da S.R.E. de Palmeiras de Goiás

Tabela construída pela autora com base nos documentos da S.R.E. de Palmeiras de Goiás.

Observando a tabela podemos constatar a feminilização do magistério, fato já discutido no terceiro capítulo deste trabalho e respaldado principalmente por Assunção (1996) principalmente quando se aborda a inserção da mulher/professora nas primeiras séries do ensino fundamental. Do total de professores/as da S.R.E., 76% atuam no ensino fundamental e médio e apenas 24% na educação infantil. Quando fazemos o recorte somente das mulheres, estas estão divididas da seguinte forma:

Tabela 13 - Divisão dos/as professores/as por modalidade de ensino

<b>Educação infantil</b>	<b>1ª a 4ª série</b>	<b>5ª a 8ª série</b>	<b>Ensino médio</b>
22,7%	48,9%	17,3%	11,1%

Fonte: Documentos da S.R.E. de Palmeiras de Goiás

Tabela construída pela autora com base nos documentos da S.R.E. de Palmeiras de Goiás.

Com frequência essas mulheres/professoras associam o ser professora a diversas habilidades e áreas do conhecimento, pois acreditam que, para exercer tal profissão, é preciso ser um pouco psicóloga, doutora, médica, enfermeira, artista. Compondo esse quadro, as mulheres/professoras, relacionam o ser professora ao ser mãe, uma vez que as duas funções agregam o doar-se, o carinho, a abnegação e o amor. Junto a isso, falam do desgaste da profissão e acrescentam que as professoras, ao chegarem no final de suas carreiras, encontram-se “*frustradas*” e “*meio loucas*”, nas palavras registradas nas falas das professoras no diário de campo.

Outra questão interessante de se analisar é a distribuição das professoras por modalidade de ensino. Enquanto 66,2% estão no ensino fundamental, apenas 11% estão no ensino médio, segundo os documentos analisados pela S.R.E. de Palmeiras de Goiás, no qual geralmente há mais homens, pois as matérias são mais difíceis, exigindo maior “*inteligência*”. Estes dados confirmam a pesquisa realizada por Assunção (1996, p. 87).

O que fazer para mudar a qualificação das professoras é certamente uma questão importante, mas é preciso também refletir sobre as representações e valores que orientam o cotidiano da escola primária.

Sobre sua área de formação, os/as professores/as da S.R.E. estavam distribuídos/as da seguinte forma:

Tabela 14 – Divisão de professores/as por área de formação

<b>Formação dos professores da S.E.R., 2006</b>	<b>%</b>
Pedagogia	53,14
Magistério ( ensino médio)	11,50
Matemática	4,15
Letras	11,07
Geografia	5,96
Biologia	2,76
Direito	0,63
História	4,68
Educação Física	1,17
Ensino médio ( técnico)	2,66
Psicologia	0,10

<b>Formação dos professores da S.E.R., 2006</b>	<b>%</b>
Ciências Sociais	0,21
Química	0,74
Contabilidade	0,21
Artes	0,10
Ciências da Computação	0,10
Odontologia	0,10
Administração	0,21
Filosofia	0,10
Física	0,10
Biomedicina	0,21

Fonte: Documentos da S.R.E. de Palmeiras de Goiás

Tabela construída pela autora com base nos documentos da S.R.E. de Palmeiras de Goiás.

Observa-se que a formação nas áreas de ciências exatas e biológicas - biologia, física, computação, matemática, química, contabilidade, odontologia e biomedicina - concentra 14,33% do professores enquanto a formação nas áreas de ciências humanas - direito, economia, artes, filosofia, letras, história, geografia, pedagogia e psicologia - totaliza 85,67%. Esta é também, grosso modo, a distribuição por área de formação encontrada entre as mulheres/professoras pesquisadas.

Nos capítulos anteriores foi discutido que o magistério e principalmente, o ensino fundamental, são espaços reconhecidamente de atuação da profissionalização feminina. A ideologia dominante, vem conseguindo silenciar as diferenças salariais, os empecilhos para o acesso a cargos de chefia, a aceitação de postos de trabalho subalternos, submissão por parte das mulheres, jornada dupla de trabalho, falta de apoio social/cultural, como creches e escolas de período integral para mulheres trabalhadoras. Visto apenas se atende a % da população de crianças e na região.

Esta realidade nos remete a retomar que, como vimos em capítulos anteriores, tanto Enguita(1998), quanto Costa e Bruschini( 1992) concordam em que a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho nos últimos 30 anos tornou a mulher e sua especificidade enquanto trabalhadora invisível, provocando um grande número de estudos tanto por autores que privilegiam, a questão das relações de gênero como por sociólogos que, preocupados com outros temas ligados às relações de trabalho, não podem se furtar considerar a presença da mulher. Para



estes pesquisadores, a indústria de vestuário, e outros ramos como a indústria farmacêutica e de cosméticos e o setor eletroeletrônico tem em comum a participação maciça das mulheres. Muitos buscam integrar estas duas dimensões do social e o enfoque da articulação entre as esferas da produção e da reprodução, que recusa prioridades e defende a integração entre sociologia do trabalho e da família.

O empobrecimento generalizado da população daria a dinâmica a esse processo. Assim ratifica-se a hipótese já enunciada no capítulo anterior, de que a luta pela sobrevivência seria a razão essencial para entender a feminização da classe trabalhadora, o que mostrará o gráfico 17, neste capítulo.

A maioria das mulheres são mal remuneradas pelo fato da sociedade achar que seu trabalho é simples não precisando de preparação especial, em especial o trabalho de professora.

Com este quadro delimitamos a aplicação do questionário a 15% das professoras de cada cidade da S.R.E. de Palmeiras de Goiás, totalizando 113 professoras. O resultado obtido permite caracterizá-las sob diferentes prismas, o que está discutido nas páginas seguintes.

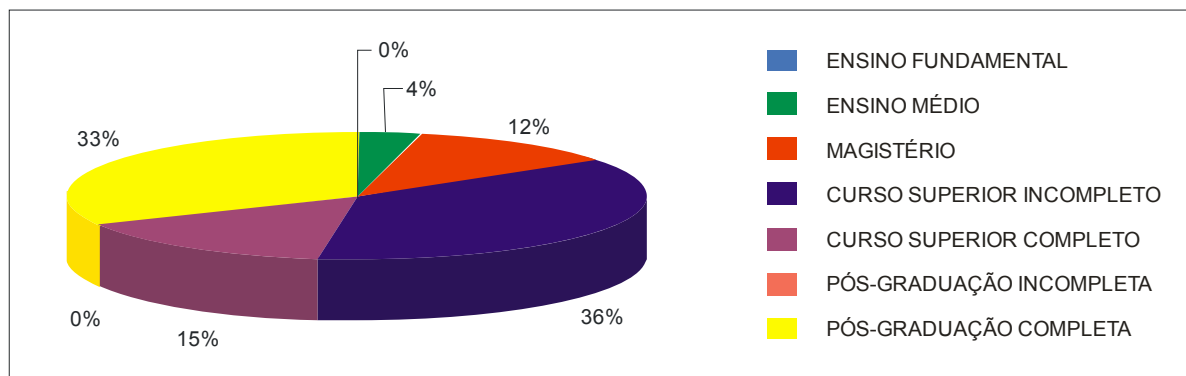
#### **4.1 Identificando o universo pesquisado**

A ideologia dominante afirma que os homens têm mais capacidade para dar aulas no ensino médio, principalmente na área de ciências exatas, o que seria mais difícil para as mulheres. A constatação de uma concentração maior de mulheres nos cursos de pedagogia confirma o que já foi discutido anteriormente. Como já vimos, Assunção (1996), já reafirma que as mulheres se sentem mais seguras ao trabalhar com crianças, pois estão no seu “habitat natural”, além de satisfazer os esposos com uma profissão que é uma extensão do trabalho no lar, e não prejudica os afazeres domésticos.

Na S.R.E. de Palmeiras de Goiás, trabalhando nas áreas de ciências exatas e biológicas, 34,48% dos docentes são homens e 65,51% são mulheres. Nas ciências humanas, há 6,92% de homens e 93,08% de mulheres atuando em sala de aula. Isso se explica pelo fato de as mulheres se identificarem com o trabalho com crianças e, no ensino médio, além do fato de as disciplinas serem consideradas mais complexas, as mulheres “teriam” de lidar com adolescentes e adultos, o que não é exatamente sua área.

Observando o gráfico abaixo, pode-se constatar que a maioria das professoras está fazendo graduação e uma outra parcela significativa já concluiu curso de especialização.

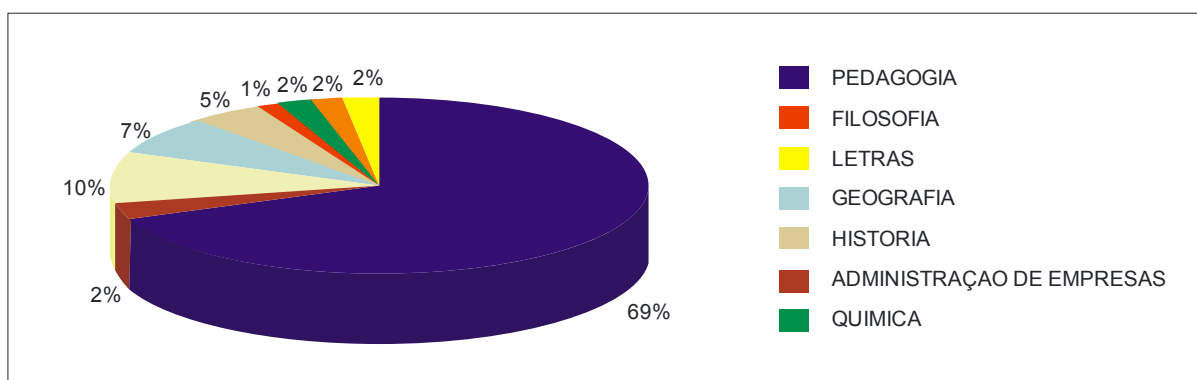
Gráfico 1 – Escolaridade das professoras



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Observa-se que a porcentagem de mulheres pedagogas nas escolas corresponde a 69%. O curso que mais se aproxima é o de letras, com 10% de professoras. Estes dados são compatíveis quando se pensa em toda a ideologia inculcada na mente das mulheres sobre suas habilidades e facilidades. A mulher deve trabalhar com crianças, pois está em seu “habitat natural”, por isso faz pedagogia, para lecionar nas escolas, como Assunção (1996) discute em seu livro **Magistério primário e cotidiano escolar**.

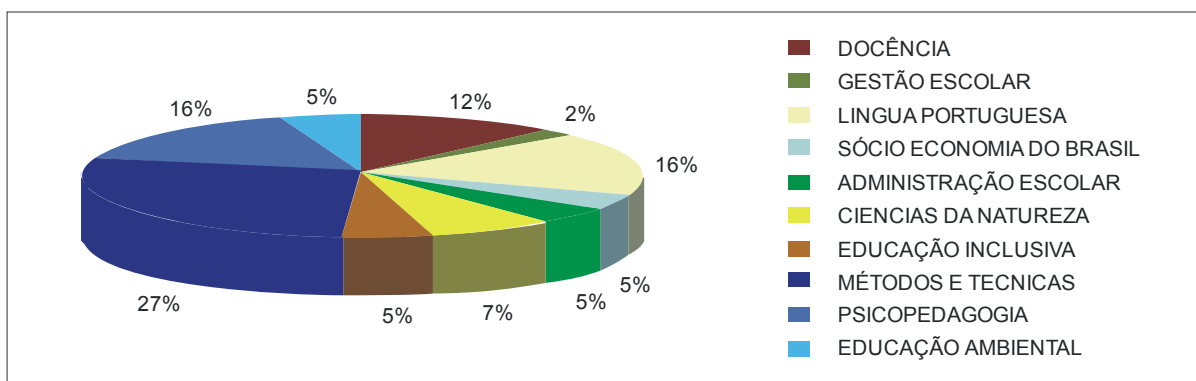
Gráfico 2 – Área de formação das professoras da S.R.E. de Palmeiras de Goiás, 2006.



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora em 2006.

Na Regional pesquisada, constatou-se que 32,74% das professoras possuem pós-graduação completa, distribuídas nas seguintes áreas:

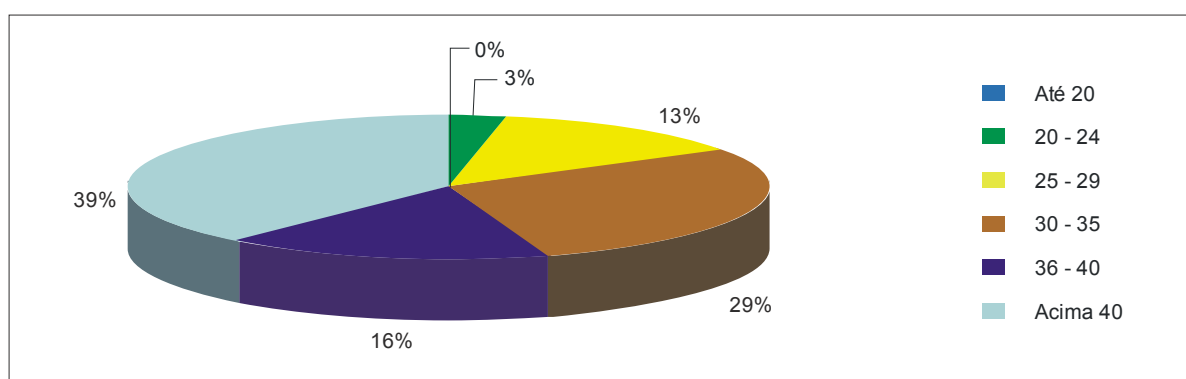
Gráfico 3 – Área de pós-graduação das professoras



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006

Quanto à faixa etária, de acordo com pesquisa, 39% das professoras têm acima de 40 anos e 29% estão entre 30 e 35 anos.

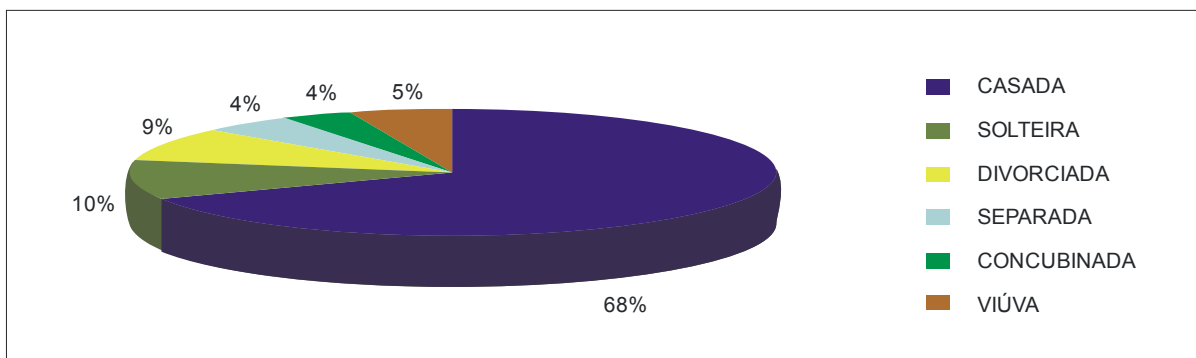
Gráfico 4 – Faixa etária das professoras



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Destas professoras, 68% são casadas e têm filhos.

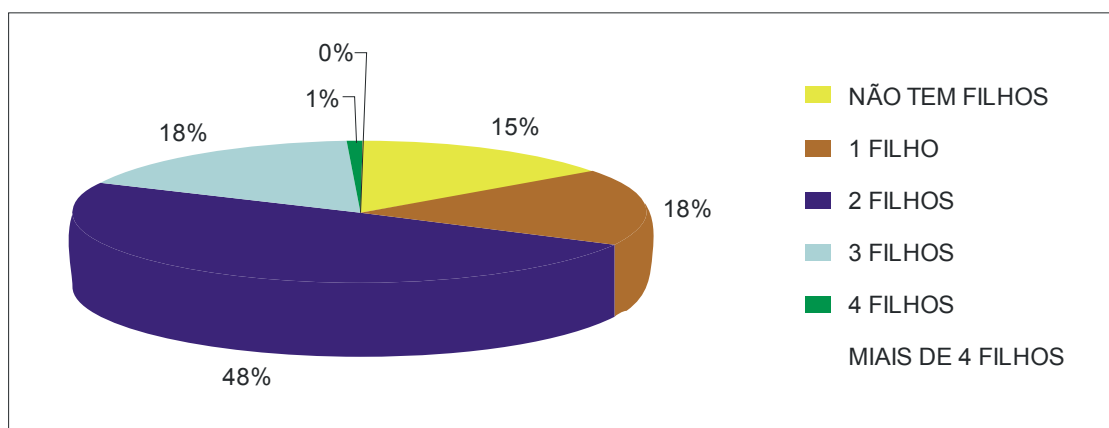
Gráfico 5 – Estado civil das professoras



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

A maioria das professoras, 48% têm dois filhos, sendo que 18% tem um filho; 18%, três filhos; 15% não possuem filhos, 1% quatro filhos 1%.

Gráfico 6 – Quantidade de filhos das professoras

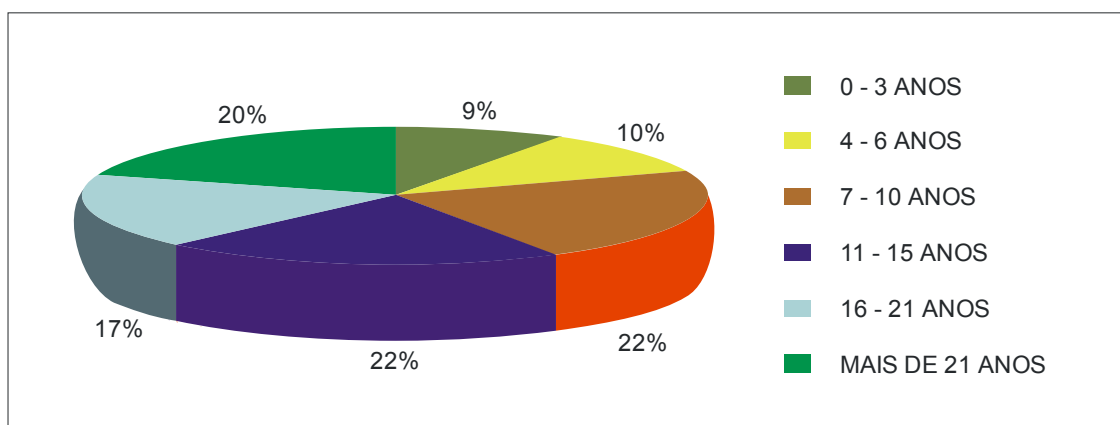


Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Já a idade dos filhos é bem diversificada, sendo que, ainda que se constate que a maioria das professoras esteja acima dos 40 anos, contrariando as expectativas sociais quanto à época de uma mulher ter seus filhos, registra-se que apenas 20% de seus filhos são maiores de idade, o que nos permite inferir que estas mulheres tiveram acesso a alguma reflexão sobre os pressupostos de um planejamento familiar responsável.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Ainda que instigada a aprofundar esta discussão, o tempo exíguo para a realização de um trabalho de mestrado não possibilitou propor a realização de entrevistas e leituras que permitiriam o aprofundamento desta análise.

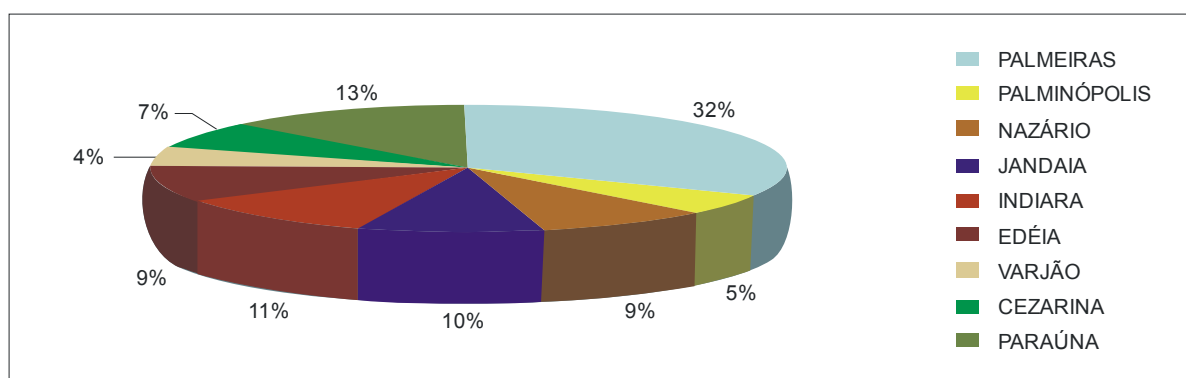
Gráfico 7 – Idade dos filhos das professoras



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

No quadro a seguir é apresentada a distribuição das pesquisadas por município, lembrando que os questionários foram aplicados em 15% do total das professoras de cada cidade, portanto a percentagem que aparece no gráfico é de acordo com o número de professoras por município.

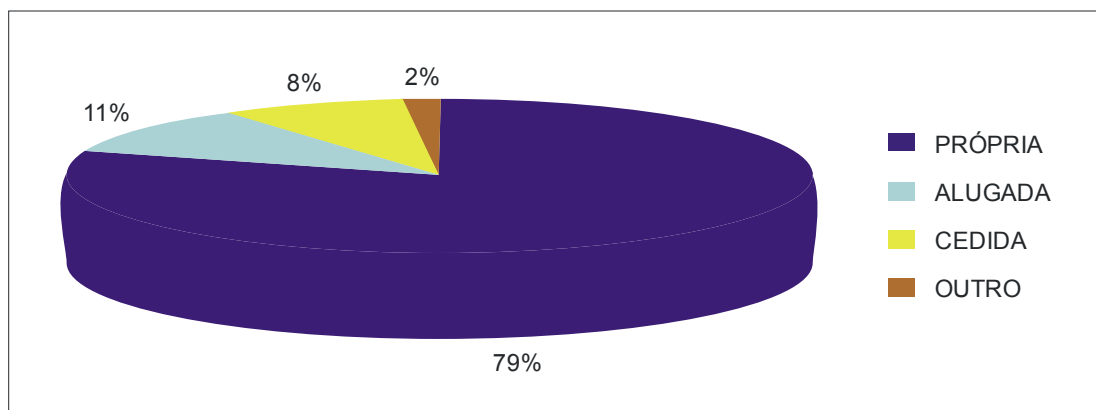
Gráfico 8 – Cidade onde reside as professoras



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

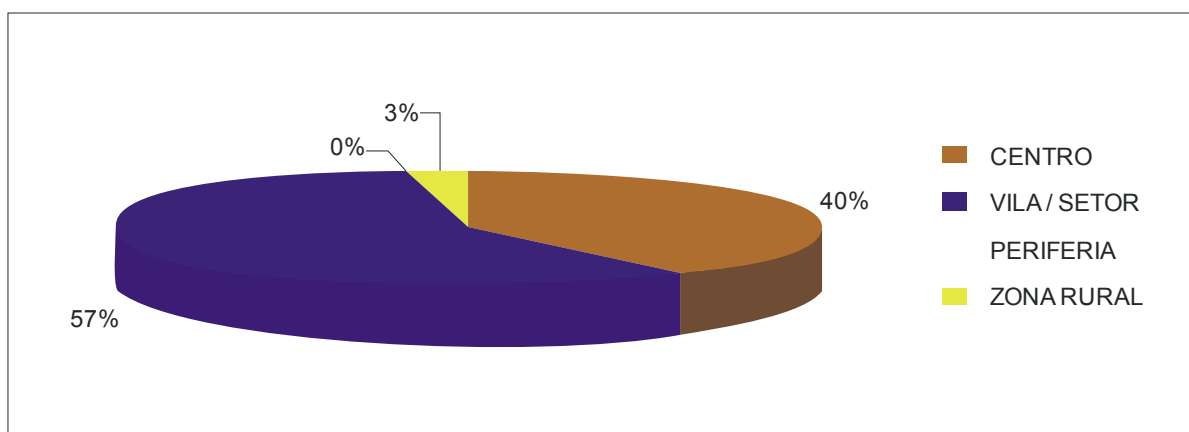
Quanto à moradia, 79% das professoras possuem casa própria, isso significa uma boa qualidade de vida das professoras da regional, ainda que 57% das residências esteja localizadas em vilas ou setores periféricos, indicando, dentro dos critérios de identificação do nível de classe social, uma maior dificuldade de recursos.

Gráfico 9 – Tipo de casa das professoras



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

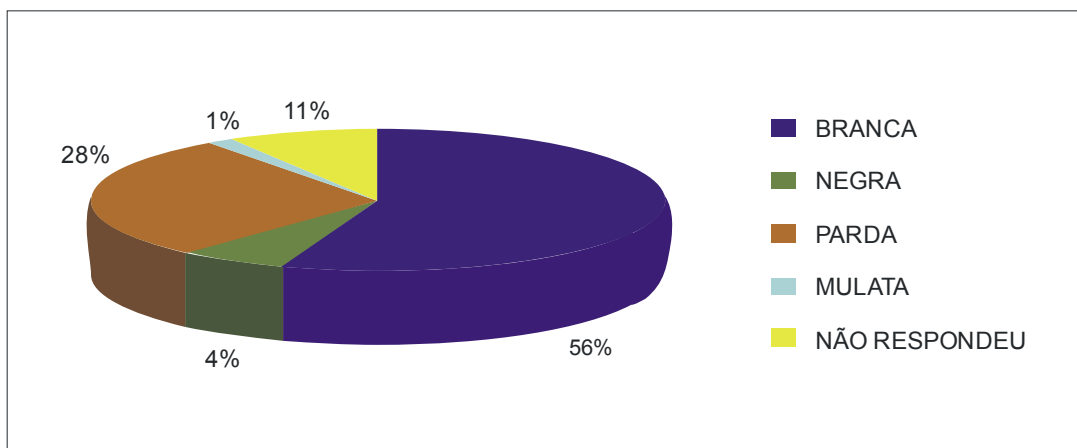
Gráfico 10 – Setor em que moram as professoras



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Quando se discute a etnia, nem todas as entrevistadas estão dispostas a pensar ou aceitar sua identidade étnica, pois 11% disseram não saber a que etnia pertencem.

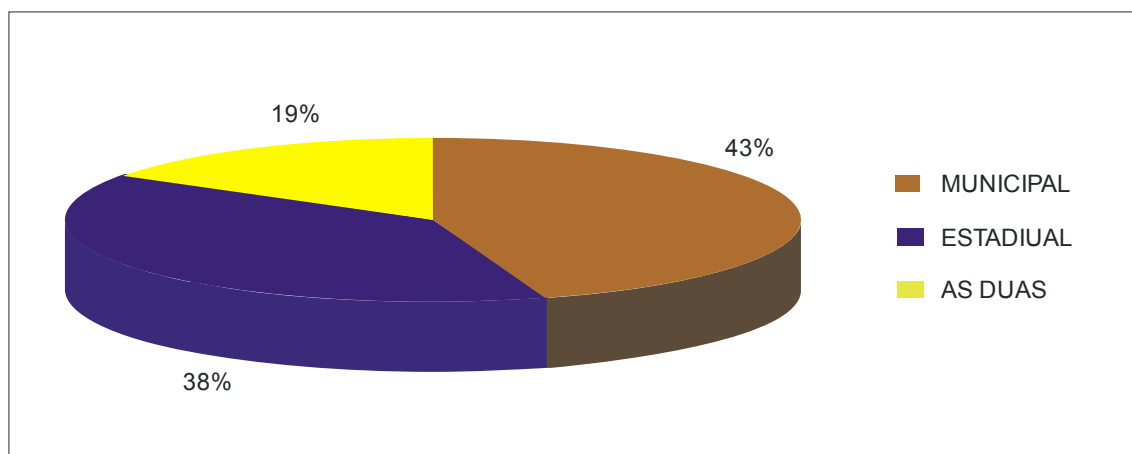
Gráfico 11 – Etnia das Professoras



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Quanto à atuação nas redes de ensino, os questionários foram divididos na mesma quantidade para os professores das redes estadual e municipal. Porém, a rede estadual foi a que menos devolveu os questionários respondidos. Observa-se, também, que há um número significativo de professoras atuando nas duas redes, indicando jornada dupla de trabalho.

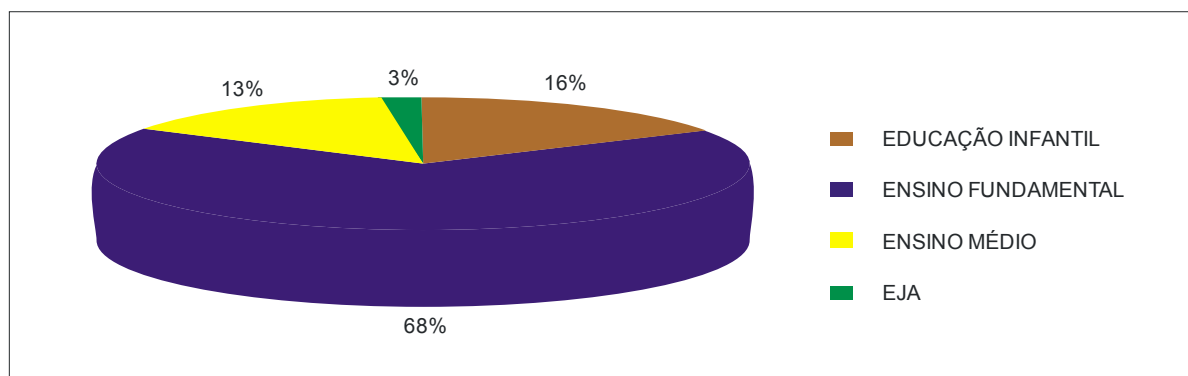
Gráfico 12 – Rede que atua as professoras



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

A maioria das mulheres da S.R.E. de Palmeiras de Goiás, 68%, está trabalhando no ensino fundamental, principalmente de 1ª a 4ª série, como mostra o gráfico a seguir.

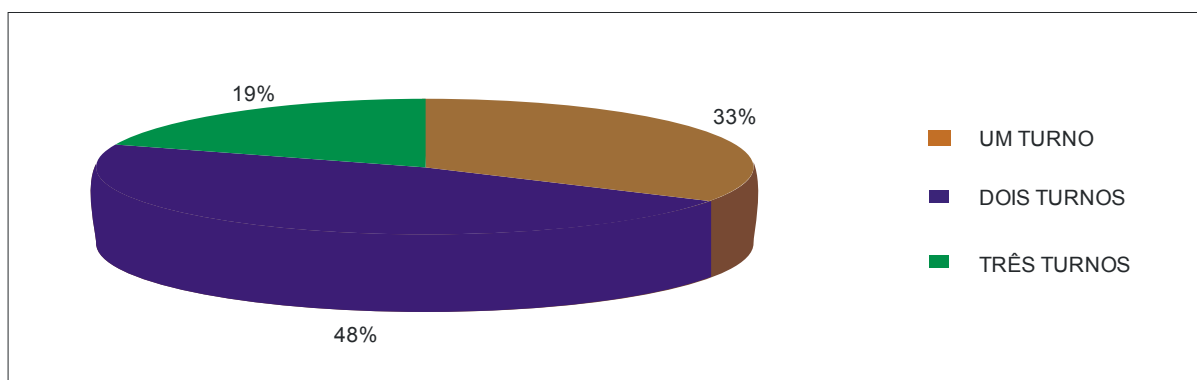
Gráfico 13 – Modalidade de atuação das professoras



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Das professoras pesquisadas, 48% trabalham dois turnos, sendo que 19% trabalham em três turnos e 33% em apenas um turno, estas últimas afirmam que seus maridos só as deixam trabalhar fora se conseguirem ao mesmo tempo, cuidar dos filhos, do marido e da casa. Esta realidade vivenciada pelas mulheres/professoras da S.R.E. de Palmeiras de Goiás nada mais revela do que a transposição da realidade neoliberal do mundo do trabalho já discutido no capítulo dois, particularmente com Azevedo (2001).

Gráfico 14 – Número de turnos em que trabalha

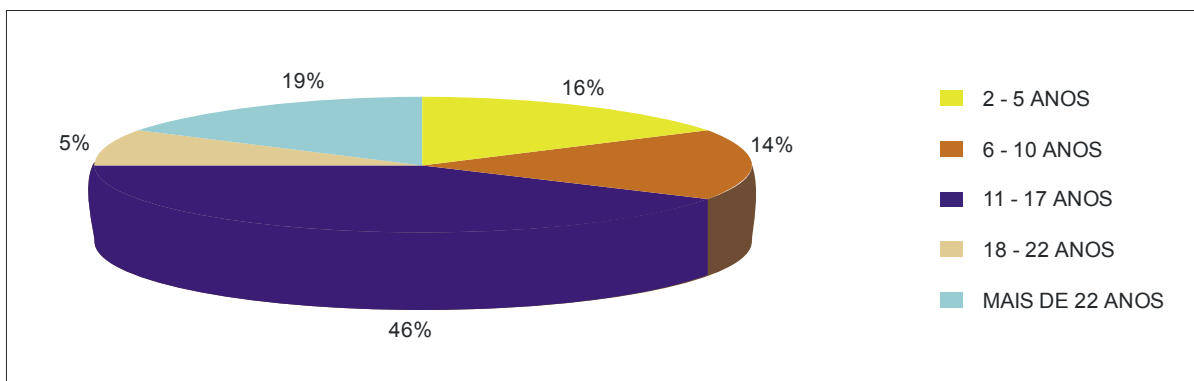


Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

As professoras entrevistadas têm muito tempo de magistério, a maioria, 46%, tem entre 11 e 17 anos de atuação na educação.



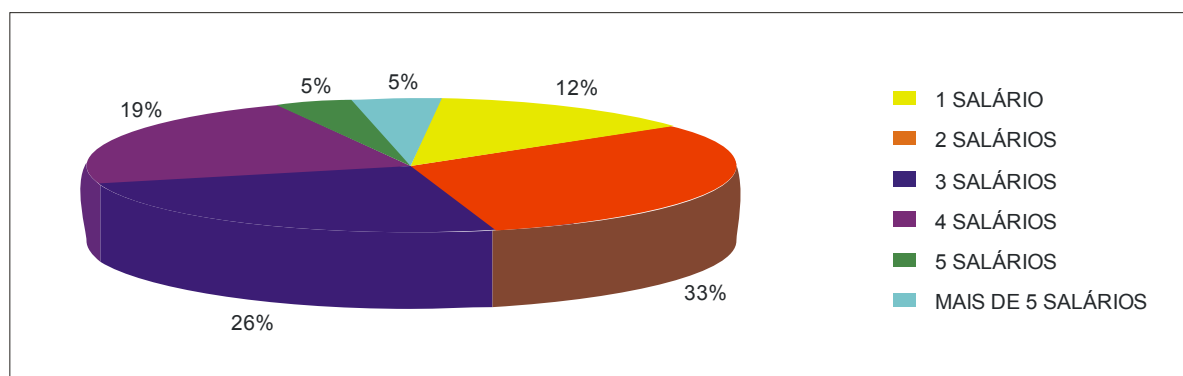
Gráfico 15 – Tempo de magistério



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

O fato de terem tanto tempo de magistério, possuírem pós-graduação, trabalharem em mais de uma rede de ensino, em dois turnos contribui pouco para a melhoria de seus salários, o que pode ser constatado na baixa renda individual mensal declarada à pesquisa.

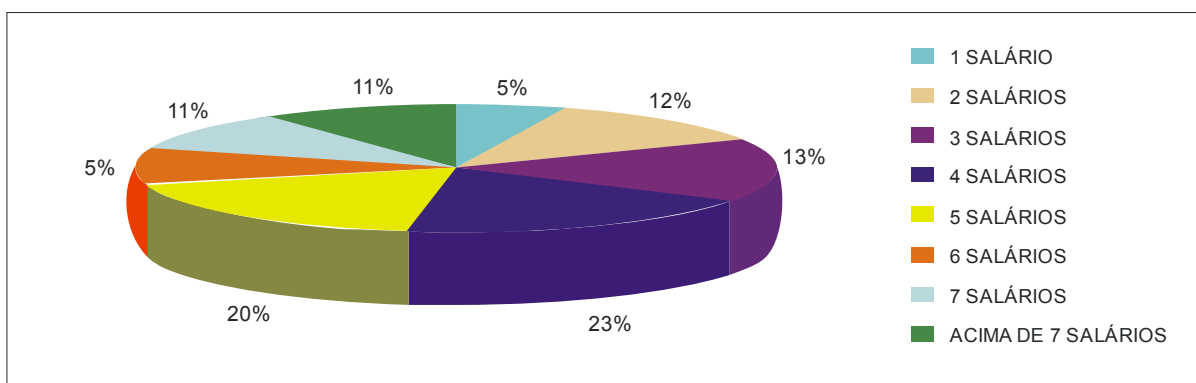
Gráfico 16 – Renda individual mensal



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

A maior discriminação para com as mulheres é o fato de os salários serem sempre inferiores aos dos homens, mesmo entre as mulheres professoras, como vimos nas tabelas apresentados no terceiro capítulo. Um dado muito interessante e que desmente toda a ideologia de que o salário da mulher/professora é apenas um “trocadinho”, uma “intera”, é o fato de que ao juntar o salário da mulher com o do resto da família, a renda aumenta significativamente, como demonstra o gráfico a seguir.

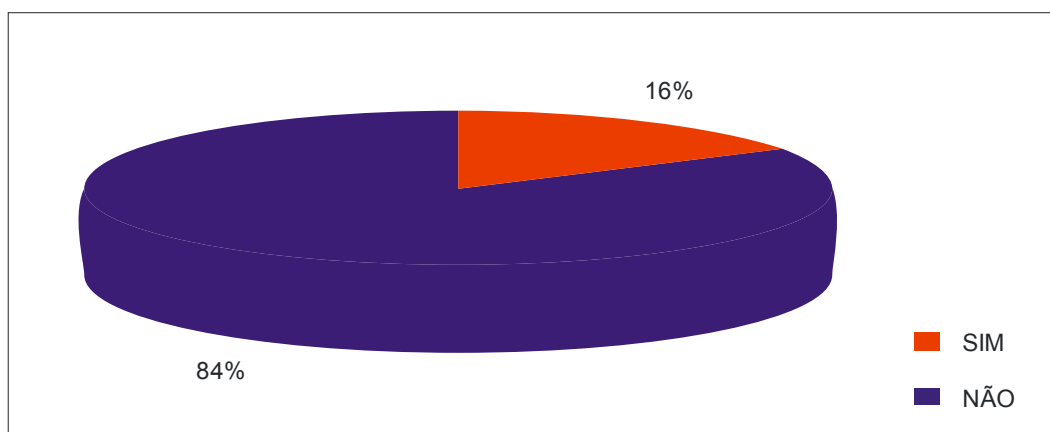
Gráfico 17 – Renda mensal familiar em salários mínimos



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Na S.R.E. de Palmeiras Goiás, identifica-se que 84,07% das professoras trabalham somente nas escolas e como donas de casa, sendo que apenas 15,93% exercem outras atividades, que geralmente são consideradas como femininas: costura, comércio, vendedora de produtos de beleza, turismo, feirante, artesã. Uma minoria, cerca de 1%, tem alguma profissão fora dos padrões considerados normais para mulher: motorista, criadora de gado, e proprietária de pit dog.

Gráfico 18 – Exerce outra atividade econômica

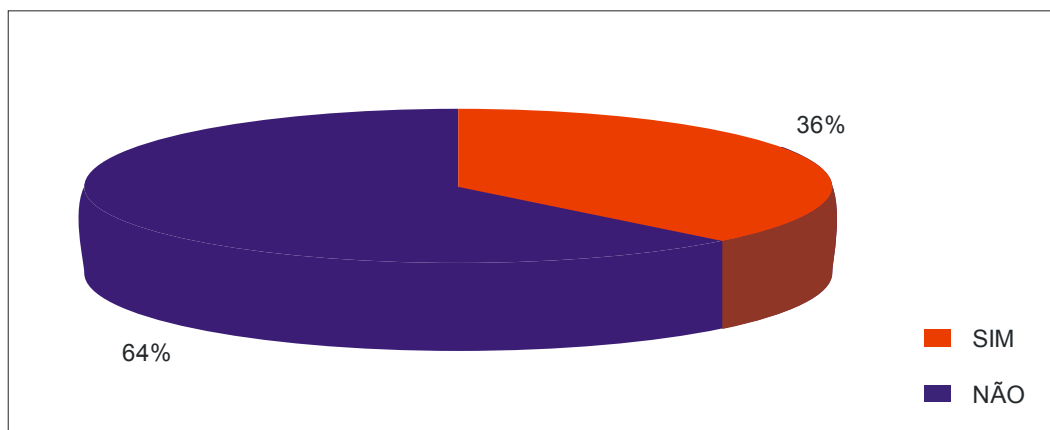


Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Perguntadas se gostariam de exercer outra profissão, 64% responderam que não e 36% que sim. Das que disseram sim, a maioria optaria por advocacia, psicologia, comércio e outras atividades que estejam “*bem longe da sala de aula*”.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Os textos que aparecerem entre aspas e em itálico estão reproduzindo literalmente as falas das pesquisadas registradas em diário de campo.

Gráfico 19 – Tem vontade de exercer outra profissão



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Realmente, a desvalorização do magistério é um fator de desestímulo às educadoras. Na pesquisa, detectou-se que, na maioria dos municípios da Regional de Palmeiras de Goiás, os/as professores/as não possuem plano de carreira, comprovando as perspectivas discutidas no capítulo dois e três no que se refere à desvalorização do magistério. Nas últimas anotações feitas no diário de campo, realizadas em agosto de 2006, ao passar pelos municípios recolhendo alguns questionários que ficaram para trás, registrou-se a informação de que no município de Varjão e Nazário estavam sendo feitos planos de carreira, fato que poderá contribuir decisivamente para a melhoria salarial dos/das professoras/professores. Nos demais municípios, apenas Palmeiras e Indiara já possuem plano de carreira, porém pouco significativo no que se refere a aumento de salário.

#### 4.2 Discutindo as condições de vida das professoras pesquisadas

É forte componente simbólico existente na sociedade patriarcal e também na sociedade goiana, na região da S.R.E. de Palmeiras de Goiás que, se a mulher for boazinha, vai casar e ter filhos com um homem que a possa sustentar, ficando sua carreira e profissão como um “quebra galho”. O trabalho da mulher na sociedade como já foi discutido no capítulo três, é visto como uma extensão do trabalho em casa e este fato justificam salários tão baixos e o não engajamento em lutas

---

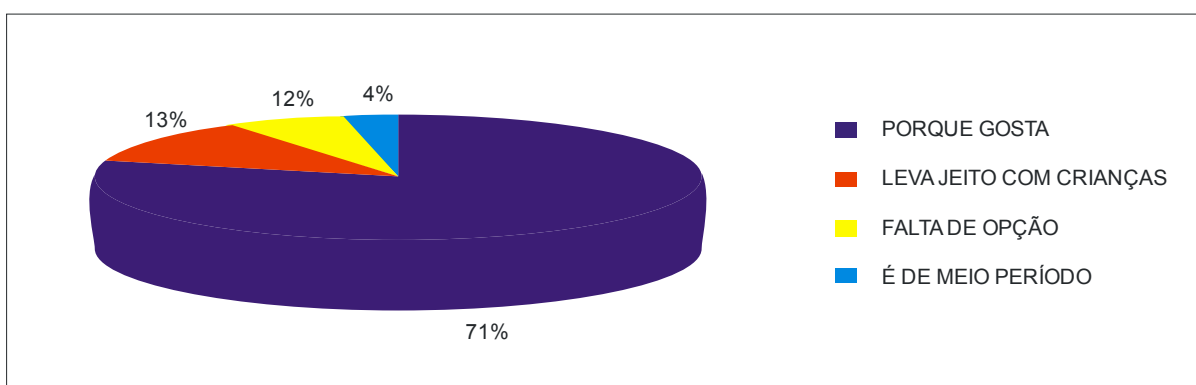
sindicais, pois elas não se percebem que fazem parte de uma categoria, é uma carreira transitória; as mulheres ficam na educação até arrumam algo melhor ou ficar em casa definitivamente cuidando dos filhos. Freire (2000, p. 76) retrata perfeitamente esta postura como a causadora de inúmeros problemas de gênero e educação.

Tal ideologia prega que a professora não deve agir, ora, não é possível ser professora sem lutar pelos seus direitos para que seus deveres sejam melhores cumpridos? Um dos saberes indispensáveis à luta das professoras é o saber que devem forjar da dignidade e da importância de nossa tarefa. Sem essa convicção entramos quase vencidos na luta por nosso salário e contra o deS.R.É.speito.

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas sexuadas, em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, estes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (Bourdieu,2005)

Isso pode ser percebido na pesquisa realizada quando se pergunta às pesquisadas por que escolheram ser professoras, 71% afirmam que gostam muito, por isso optaram pelo magistério, conforme se pode constatar no gráfico a seguir.

Gráfico 20 – Escolha da profissão



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Assunção (1996), Bourdieu (2005), Enguita (1989) e Louro (1995) apontam, conforme vimos nos capítulos anteriores, que é possível compreender que a mulher

nem sempre está no magistério porque gosta, mas porque foi induzida a gostar e acreditar fielmente nesta perspectiva. Quando realizou-se a pesquisa, 13% das professoras dizem que levam jeito com crianças, por isso estão na profissão. O restante é mais consciente ainda do seu lugar na sociedade, afirmando que é por ser trabalho de meio período, que facilita o trabalho doméstico.

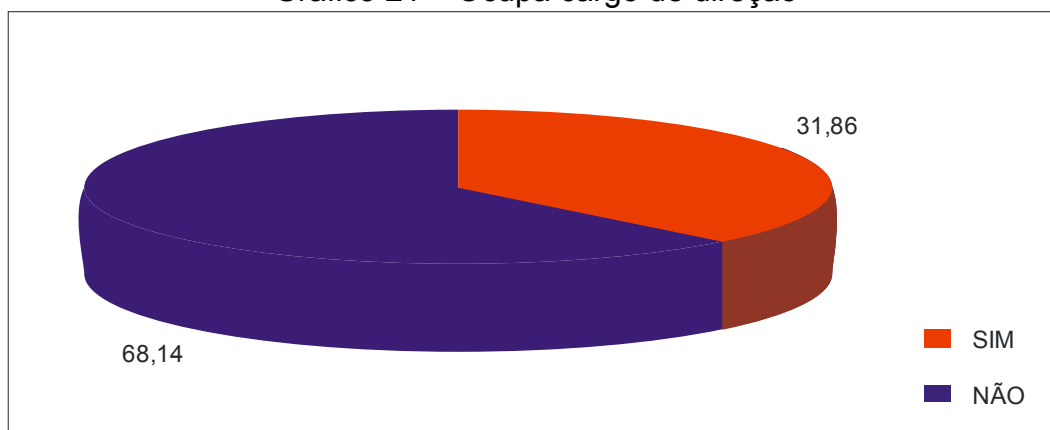
Quando no capítulo três, trabalhamos a análise de Bourdieu sobre a dominação masculina vimos ser perceptível tal dominação na sociedade, na própria escolha da profissão, como predeterminação masculina, ou seja, a mulher pensa que é escolha própria, mas, na verdade, esta “escolha” é determinada pela sociedade.

Com base em sua pesquisa sobre os Cabila, Bourdieu (2005, p. 34) nos indica que

as regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres (conduzir a charrua, por exemplo), assinalando-lhes lugares inferiores (a parte baixa da estrada ou do talude), ensinando-lhes a postura correta do corpo (por exemplo, curvadas, com os braços fechados sobre o peito, diante de homens respeitáveis), atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas (são elas que carregam o estrume, e, na colheita das azeitonas, são elas que as juntam no chão, com as crianças, enquanto os homens manejam a vara para fazê-las cair das árvores), enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar na base das diferenças sociais.

Esta postura de dominação masculina impregnada na sociedade dificulta que a mulher ocupe um simples cargo de direção, tornando-se uma grande ameaça para os homens. A pesquisa confirma que o número de mulheres que ocupam postos de direção, mesmo na educação, é pequeno.

Gráfico 21 – Ocupa cargo de direção

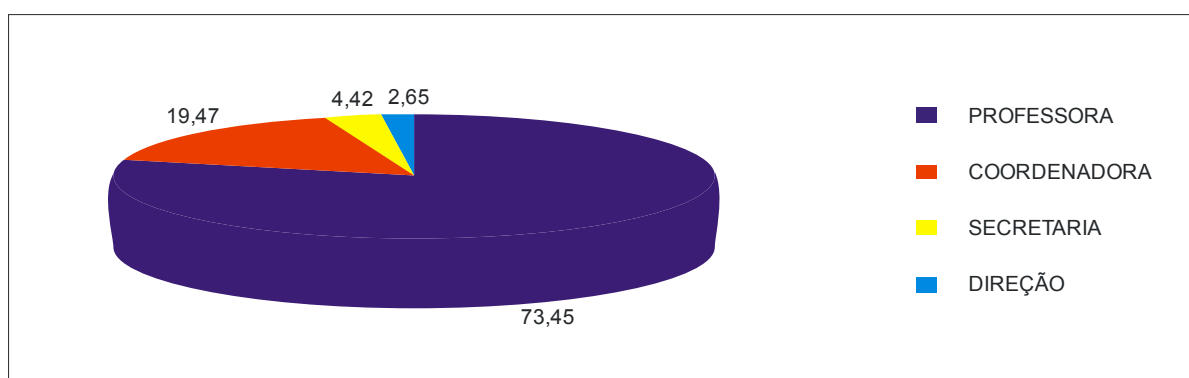


Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

A verdade é que as relações estruturais de dominação sexual, segundo Bourdieu (2005), se deixam entrever a partir do momento em que se observa que as mulheres que atingem cargos mais altos (chefia, diretoria de um ministério) têm de pagar, de certo modo, por este sucesso profissional com um menor sucesso no âmbito doméstico (divórcio, casamento tardio, celibato, dificuldades ou fracassos com os filhos) e na economia de bens simbólicos ou, ao contrário, que o sucesso na empresa doméstica tem muitas vezes por contrapartida uma renúncia parcial ou total de maior sucesso profissional.

Estas concepções refletem-se quotidianamente na escola, como mostra o gráfico anterior, e confirmam-se em nossa pesquisa, que apresenta 73,45 das professoras em sala de aula atualmente, em contrapartida de 19,47 na coordenação, 4,42% na secretaria e 2,65% na direção. É bom lembrar que a concorrência ao cargo de direção é muito maior entre os homens, já para o cargo de coordenação pedagógica, raramente se tem homens.

Gráfico 22 – Função atual da professora



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Dessa forma, as mulheres estão duplamente condenadas a permanecer ignoradas enquanto possibilidade de exercício do poder, pois seus atos, familiares, contínuos, rotineiros, repetitivos e monótonos, humildes e fáceis, são em sua maior parte realizados fora de vista, na obscuridade da casa, e se repetem no mundo do trabalho.

Refletindo sobre esta realidade, ainda segundo Bourdieu (2005, p. 74), vê-se que a conscientização inconsciente dos atos de discriminação, de autoritarismo está evidente nesta sociedade.

Seria necessário enumerar todos os casos em que os homens mais bem intencionados (a violência simbólica, como se sabe, não opera na ordem das intenções conscientes) realizam atos discriminatórios, excluindo as mulheres, sem nem se colorar a questão, de posições de autoridade, reduzindo suas reivindicações a caprichos, merecedores de uma palavra de apaziguamento (...) todos os momentos os homens contribuem para construir a situação diminuída das mulheres e cujos efeitos cumulativos estão registrados nas estatísticas da diminuta representação das mulheres nas posições de poder, sobretudo econômicos e político.

Segundo Bourdieu (2005), das mulheres espera-se que sejam femininas, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa feminilidade muitas vezes não é mais que uma forma de consentir na relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser.

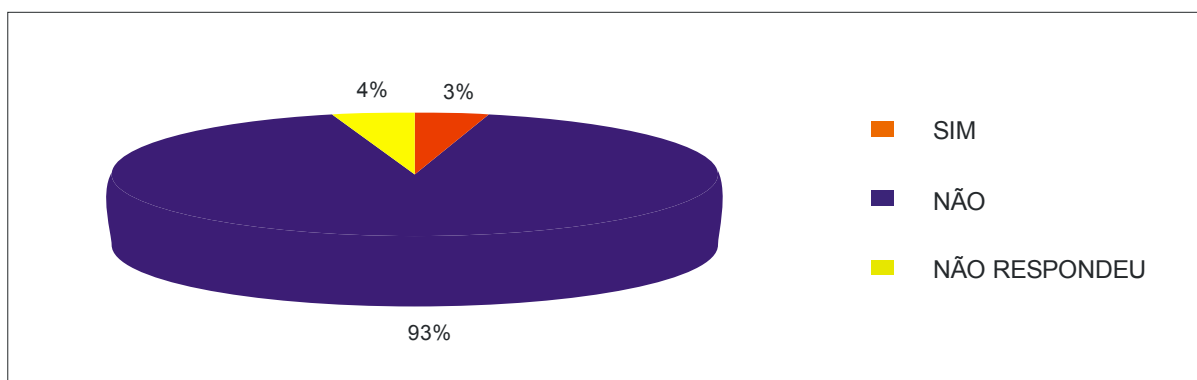
As próprias mudanças da condição feminina obedecem sempre a lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder, ao passo que as mulheres ficam destinadas predominantemente ao espaço privado, doméstico, lugar de reprodução, em que se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos, ou às extensões deste espaço, que são os serviços sociais e educativos, ou ainda aos universos da produção simbólica (literária, artística e jornalística).

Segundo pesquisas do IBGE, constantemente e comprovadamente as mulheres, mesmo trabalhando com a mesma carga horária, executando o mesmo serviço e tendo mais escolaridade que os homens, recebem menos pela sua força de trabalho. Esta desigualdade salarial é típica das relações sociais estabelecidas pelo gênero e pela discriminação do trabalho feminino. O processo de globalização da economia como foi discutido no capítulo dois com Batista Jr. (1998), causou uma precariedade no trabalho assalariado e afetou principalmente a mulher, que foi reduzida à mão-de-obra precária, terceirizada e descartável.

Enquanto os negócios de menor valor e sem importância são administrados pelas mulheres, os grandes negócios e importantes são administrados por aqueles que detêm as decisões, é o dinheiro daqueles que tem o poder em suas mãos. O dinheiro grande é o poder público dirigido pelos homens, e nas atitudes cotidianas de mulheres e homens vamos encontrar as ressonâncias dessa prática sexuada quanto ao dinheiro.

Ao perguntar às professoras pesquisadas se sofrem algum tipo de preconceito no trabalho, 93,8% afirma que não. Entretanto, no diário de campo, foram registradas quase o tempo todo falas das mesmas entrevistadas afirmando que, “*se não fossem as desigualdades sociais, elas estariam bem melhores enquanto profissionais*”, “*ganhamos uma miséria*”; “*se eu fosse homem ganharia bem mais*”; “*meu marido e meu filho não têm o segundo grau e ganham três vezes mais que eu*”; “*sou humilhada constantemente no trabalho, pelo meu chefe, porque meus filhos são pequenos e tenho que faltar ao serviço algumas vezes*”.

Gráfico 23 – Sofre preconceito no trabalho

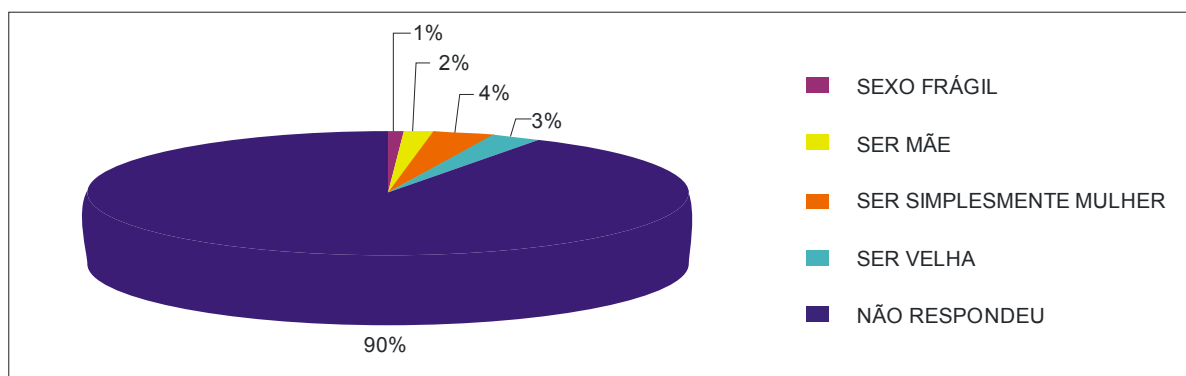


Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

As mulheres geralmente escondem os preconceitos vividos ou nem os percebem. Quando pergunto se sofrem preconceito, 93,8% respondem que não, porém como se pode ver no próximo gráfico, isso não é bem assim. Quando pergunto o tipo de preconceito sofrido, 8,9% afirmam sofrer algum tipo de preconceito e as que omitiram suas respostas podem indicar o medo de afirmar uma verdade difícil de ser assumida.



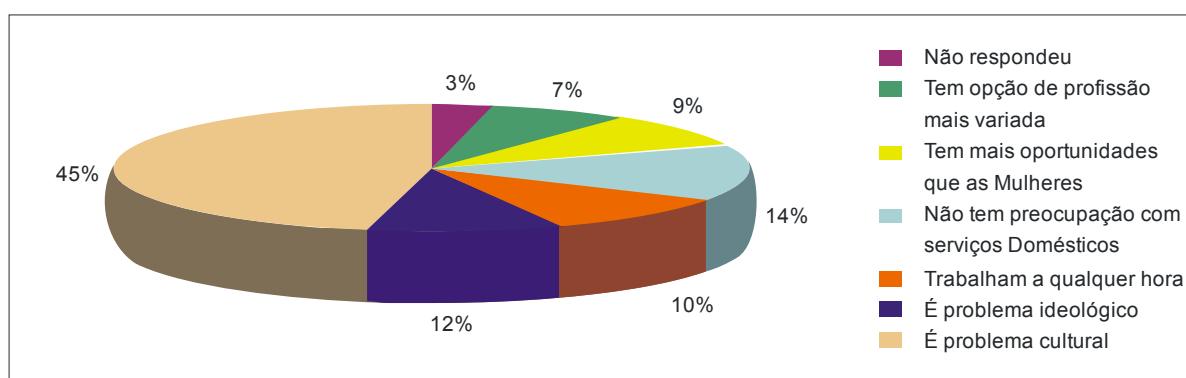
Gráfico 24 – Tipo de preconceito vivido



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

A trabalhadora doméstica é vítima da desvalorização do seu trabalho, do preconceito, etc. e da relação de subordinação a qual é submetida. Da mesma forma a mulher professora carrega consigo estes preconceitos que são culturais e históricos na sociedade capitalista. Como discutimos com Viana (2006) e Saffioti (1992) no capítulo três desta dissertação. Na pesquisa realizada este fato ficou evidente, até mesmo quando perguntadas sobre o porquê de os homens ganharem mais, as entrevistadas não têm consciência de que o problema cultural e ideológico que apontam majoritariamente está sedimentado pelas discriminações que as mulheres sofrem com base na divisão de papéis orientada pela sociedade patriarcal.

Gráfico 25 – Por que os homens ganham mais?



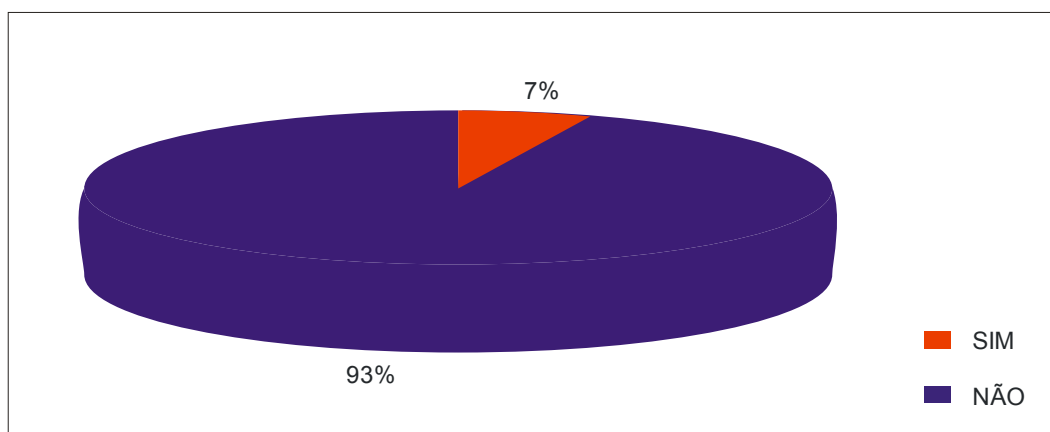
Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Como se vê, do total, 45% afirmam que é problema cultural e o restante por trabalharem a qualquer hora, pois os homens não tem responsabilidades com o lar,

com os filhos e, por isso trabalham a qualquer hora, tendo mais variedade de serviços.

Tratando-se de gênero, no aspecto do trabalho, a mulher é excluída de certos tipos de trabalho simplesmente por ser do sexo feminino e ter obrigações domésticas e familiares a serem cumpridas. Um exemplo típico é o fato de ter de levar o filho ao médico, de ter quatro meses de licença maternidade, de ir à reunião de “ pais” na escola do filho. Todos estes fatores diminuem as chances de as mulheres arrumarem emprego ou de terem seu salário diminuído em função destes fatores. Apesar de as professoras não verbalizarem isso, a pesquisa o revela. Ao perguntar se a condição de mulher atrapalha o desempenho profissional, 93% afirmaram que não, conforme ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 26 – A condição da mulher atrapalha?



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Em suas próprias palavras, as mulheres afirmam: *”procuro exercer com dinamismo”; “consigo conciliar os dois”; “é privilégio para a mulheres”; “muito bem”; “não interfere”; “é qualidade de trabalho”; “trabalho na educação não atrapalha, faz é ajudar”; “sou mais respeitada”; “melhora meu trabalho na escola ,pois sou mãe”; “a competência é diferente de sexo”; “sou bem-sucedida”; “ser mulher ajuda, temos muitos privilégios”; “não me acho melhor ou pior que os homens”; “sou dedicada”; “sou realista”; “acho que a mulher é mais acessível, mais maternal, por isso é mais fácil transmitir conhecimento”.*

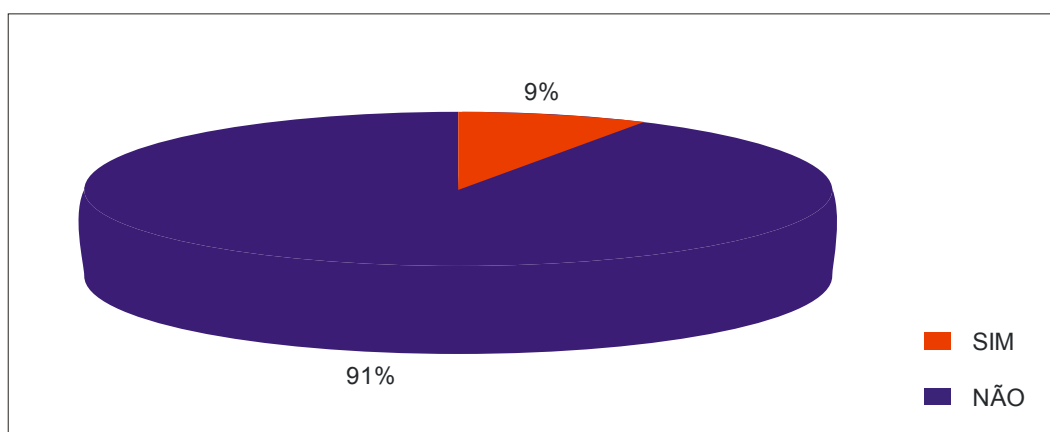
As que responderam afirmativamente - 7% - afirmam que *”as famílias ainda são muito patriarcais, dificultando o trabalho da mulher”; “a mulher não é respeitada pelo aluno”; “o marido acha que lugar de mulher é em casa”; “faz parte da vida a*

*mulher ser menos privilegiada”; “o instinto maternal fala mais alto nos impossibilitando de ir mais longe, abrimos mão das coisas pelos filhos”.*

O capital continua sendo a evidência e não a mulher em si. Podemos exemplificar citando uma mulher que exerce ou faz um trabalho de faxina, que se torna menos valorizada em relação a uma mulher que exerce ou faz um trabalho de advocacia. Assim como um homem camponês em relação a um industrial. Quanto mais próximo o trabalho está das mediações valorizadas pelo capital, mais valor moral tem a pessoa. Por isso a mulher se sente tão desvalorizada, pois a maioria trabalha de domésticas e ou nas escolas que na realidade é extensão do lar , como se discute no terceiro capítulo desta dissertação.

Assim, vê-se nitidamente que reconhecem na própria vida que o fato de terem filhos interfere em sua capacidade de exercício profissional e na sua carreira. Entretanto, não o admitem, como se pode comprovar no gráfico a seguir.

Gráfico 27 – Filhos atrapalha a mulher trabalhadora?



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Ao serem questionadas sobre se os filhos atrapalham seu trabalho, 91% das mulheres afirma que não: “saber dividir o trabalho”; “filhos são presentes de deus”; “não é problema”; “faz parte da vida da mulher”; “temos direitos que facilitam nosso trabalho”; “ser mãe ajuda”; “somos mulheres de fibra”; “a nossa função nos ajuda a ser mãe”.

Já as 9% que alegam que as crianças atrapalham justificam que: “o que mais me preocupa é com quem deixar as crianças enquanto trabalho”; “o problema é ter tempo para educá-los”; “pagar babá, com o quê? “salários baixos atrapalham a vida da mulher, pois nos submetemos a baixos salários, pois não temos outra opção, e

com isso meus filhos ficam prejudicados”; “deixamos a desejar com nossos filhos”. Carelli (2003, p. 25) manifesta-se sobre esta realidade da seguinte forma:

Ter um filho pode significar para a mulher uma redução nas possibilidades de ascensão no emprego. Quando os donos de empresas empregam mulheres em cargos executivos, querem alguém que pense e trabalhe como homem, não há nada pior para eles que saber que essa mulher terá outras prioridades que não seja o trabalho, mesmo que seja nos finais de semana, feriados e em horários extras.

Pesquisa realizada por Carelli (2004) constatou que a maioria das mulheres decidiu dar um tempo na carreira nos dois primeiros anos após o nascimento de filhos e que, destas mulheres, 37% voltaram a trabalhar, 27% não trabalham desde o nascimento do bebê, mas agora querem voltar e 36% não trabalham desde o nascimento do filho nem têm planos de retornar à carreira.

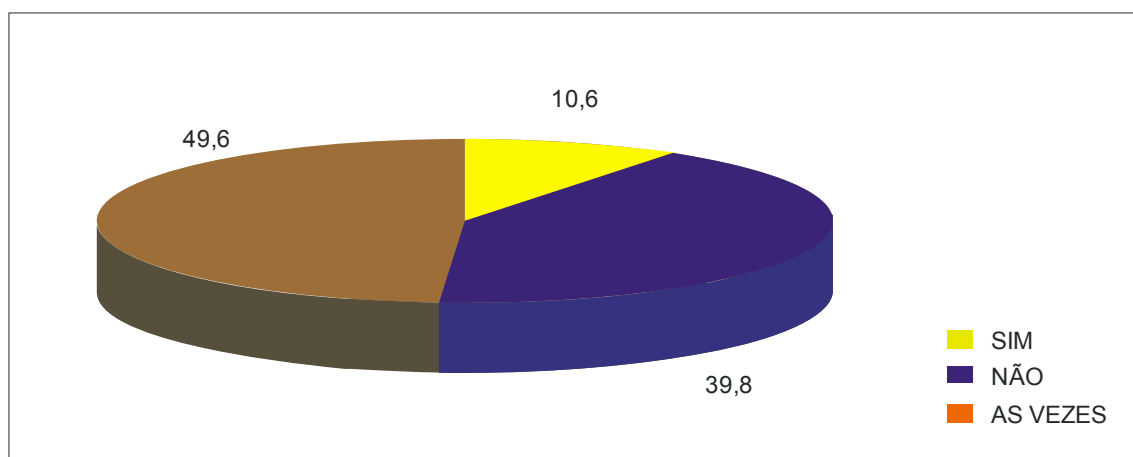
Nesta situação, um outro fator determinante da perpetuação das diferenças apontadas por Bourdieu é a permanência que a economia dos bens simbólicos (do qual o casamento é uma peça central) deve a sua autonomia relativa, que permite à dominação masculina nela perpetuar-se, estando acima das transformações dos modos de produção econômicos.

No diário de campo, foram coletadas alguns desabaços de professoras, ao reproduzirem as falas dos maridos, retratando a postura do homem da Regional de Palmeiras de Goiás que não vê sua esposa como trabalhadora e principalmente pertencente a uma categoria, acreditando que ela está na escola apenas prestando uma assistência: “não cozinhe porque sua comida é deliciosa”; “ eu é quem mando, afinal de contas, quem bota mais dinheiro nesta casa sou eu e o meu trabalho”; “ você está cansada, porque não fez nada o dia todo!”. Nestas frases, pode-se perceber o que diz Saffioti (1992, p. 57):

Não basta indicar o lugar onde estão as mulheres, o que fazem , ou o que não fazem, é preciso aprender a alquimia das relações sociais que são também constitutivas das relações de gênero e vice-versa. Um dos desafios que nos aguardam é pensar em como fazê-lo. Trabalhar o processo de formação das identidades sociais à luz das relações sociais de gênero permite interpretar a dinâmica da construção dos sujeitos sociais sexuados. Dinâmica que incorpora necessariamente outros registros, além do gênero, mas que não pode prescindir deste, sob pena de fragmentar o real.

As mulheres temem ser tomadas como pouco femininas incapazes de amar, se forem empreendedoras e bem-sucedidas. No questionário as mulheres, para não assumirem que o homem atrapalha seu desempenho, preferiram optar por “às vezes”, entretanto que se registrou através das observações e diálogos registrados no diário de campo foi o contrário da pesquisa; a maioria assume que os homens têm atrapalhado muito sua vida profissional, principalmente com cobranças quanto ao não cumprimento dos afazeres domésticos.

Gráfico 28 – O homem atrapalha a mulher a ter uma posição melhor no mercado de trabalho



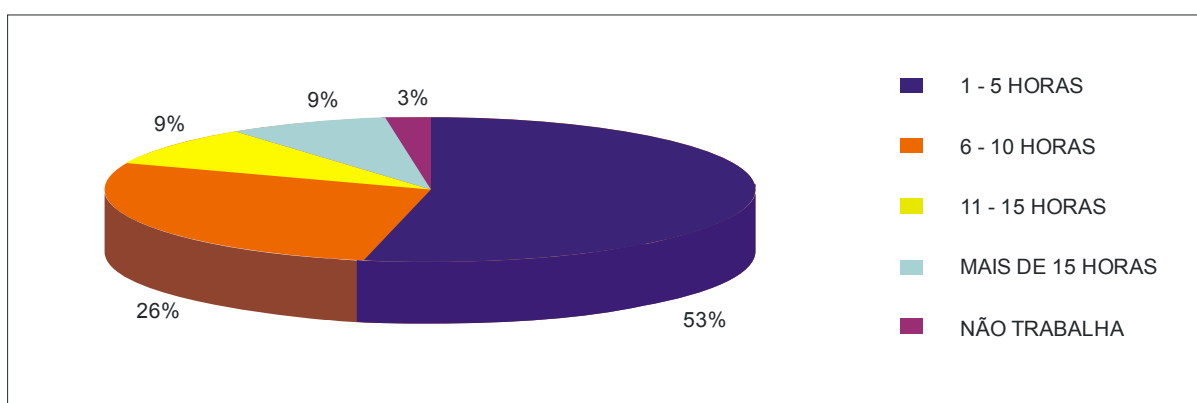
Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Quando perguntada se os homens atrapalham na obtenção de uma posição melhor no mercado de trabalho, 49,6% afirmam que “as vezes”. Esse fato confirma uma realidade cheia de preconceitos. Porém, 39,8% dizem que o homem não atrapalha: *“a capacidade é individual”; “a culpa é da mulher por se deixar abater”; “realização profissional”; “o homem não atrapalha em nada”; “não é problema”; “não acontece comigo”; “não há disputa de sexo, é tudo uma grande ilusão”.*

Os 10,6% que afirmam que os homens atrapalham relatam que *“o preconceito ainda existe”; “não tem as mesmas oportunidades”; “aspectos culturais”; cobrança do homem para ficar em casa com os filhos; “o homem não tem responsabilidade com o lar”; “medo de ser substituído por mulher”; “ciúmes”; “mostram mais firmeza em suas atitudes”; “eles tem mais lábia”; “os homens não acreditam na potencialidade das mulheres”.*

Uma forma de analisar o quanto a mulher está sobrecarregada é pensar que, além de trabalhar na escola, de levar serviço para casa, ela também realiza muitos trabalhos domésticos. Venturi, Recamán e Oliveira (2004) discutem, como já abordamos no capítulo dois, que até então prevalecia a noção de que a produção para o mercado e o trabalho doméstico seria regida por diferentes princípios, isto é, as regras do mercado se aplicariam a produção enquanto o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dote natural que as mulheres aportam ao casamento em troca do seu sustento. Por essa razão, o trabalho doméstico ficou muito tempo invisível. Carente de um conceito que lhe conferisse existência social, só nas últimas décadas do século XX passou a ser problematizado e integrado aos estudos do trabalho.

Gráfico 29 – Horas de serviços domésticos semanais



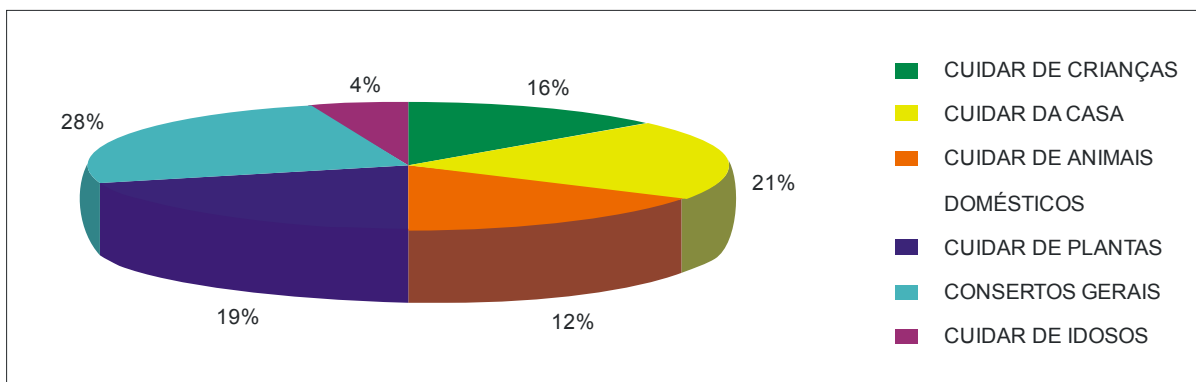
Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

No gráfico vemos que nossas pesquisadas também sofrem a dupla jornada como a maioria das mulheres brasileiras que segundo, Castro (1997) convivem bem com suas condições femininas, tem consciência das conquistas obtidas, mas reclamam do peso da dupla jornada e reivindicam o fim das discriminações, seja no mercado de trabalho, seja sob forma da violência, e a divisão de responsabilidade no cuidado dos filhos e da casa. Recordemos que a maternidade é uma responsabilidade de toda a sociedade e não somente das mulheres: assim é necessário discutir as tarefas que competem ao Estado, aos empresários e ao casal com respeito ao nascimento e a educação das gerações que virão.

No gráfico a seguir, é nítida a impregnação do machismo na sociedade, uma vez que se pode perceber que, quando o parceiro ajuda, é somente com afazeres

que são considerados masculinos como consertar coisas. No que se refere ao trabalho propriamente doméstico, como lavar, passar, cozinhar e cuidar de crianças são poucos que se arriscam a realizar este tipo de trabalho.

Gráfico 30 – Trabalho doméstico masculino



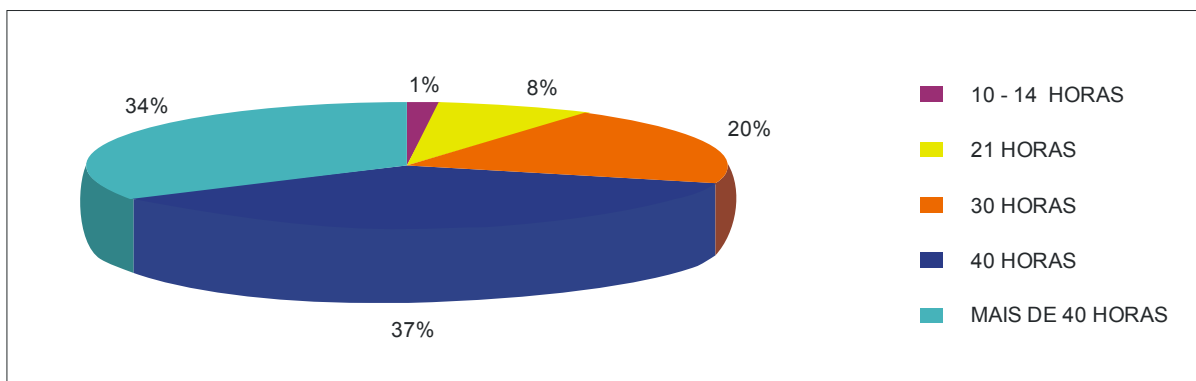
Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Lembre-se que este trabalho doméstico não é remunerado. Aqui cabe registrar que, na pesquisa apresentada pelo Fantástico em maio de 2006 (programa dominical da Rede Globo de Televisão), constatou-se que, se o trabalho de dona de casa fosse remunerado, ela receberia R\$ 2.345,00 por prestar serviços de babá, cozinheira, faxineira, arrumadeira, passadeira, lavadeira e motorista, além de seus direitos de férias e de décimo terceiro salário.

Venturi et al. (2004) discutidos no capítulo dois entendem que prevaleceu durante um bom tempo a noção de que a produção para o mercado e o trabalho doméstico seriam regidos por diferentes princípios, isto é, as regras do mercado se aplicariam à produção enquanto o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dote natural que as mulheres aportam ao casamento em troca do seu sustento. Por essa razão, o trabalho doméstico ficou muito tempo invisível. Carente de um conceito que lhe conferisse existência social, e só nas últimas décadas do século XX passou a ser problematizado e integrado aos estudos do trabalho.

As mulheres têm trabalhado muito na escola o que lhes possibilita algum tempo para a jornada de trabalho exigida como condição para a “autorização” para o trabalho no espaço público, como demonstra o gráfico a seguir.

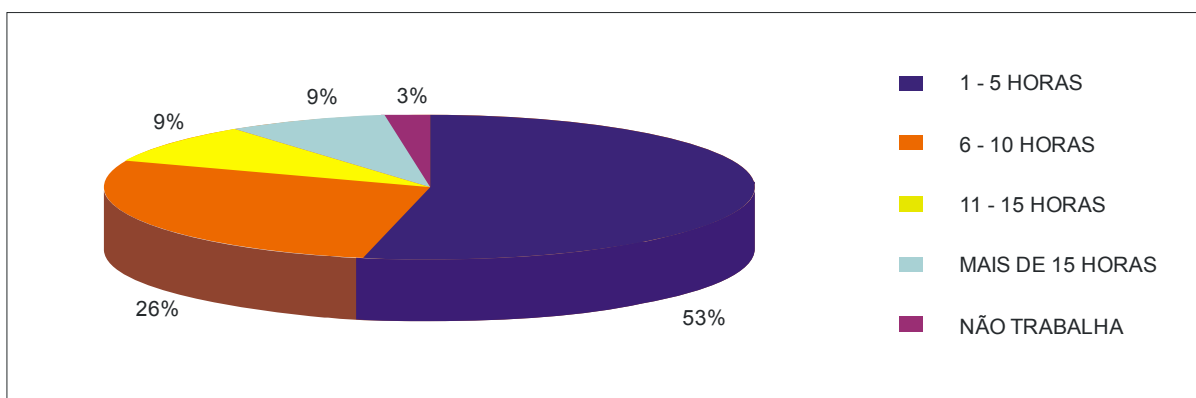
Gráfico 31 – Horas semanais trabalhadas na escola



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Entretanto por mais que dediquem muitas horas de trabalho à escola, as mulheres ainda levam muito serviço para casa, conforme podemos constatar no próximo gráfico.

Gráfico 32 – Horas de trabalho escolar realizado em casa

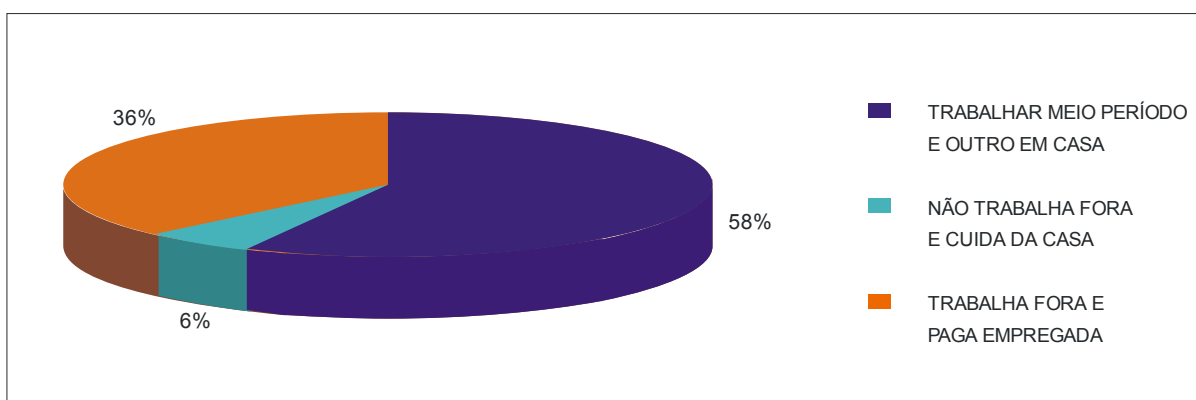


Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Embora a constituição de 1988 foi a que mais respeitou os direitos da mulher na família e no trabalho, ainda nos dias atuais não se vê concretamente esta lei sendo cumprida. SCHPUN (1997) em seus escritos teóricos relata que historicamente as mulheres pobres sempre trabalharam, ainda que intermitentemente. Por sua localização como classe social, são trabalhadoras. O considerável aumento da participação feminina no mercado de trabalho nas duas última décadas no Brasil não teve assim, o mesmo impacto para todas as mulheres que nele ingressaram aumentando muito a Jornada de trabalho para alguns setores de trabalhadores, provocando insatisfações e perspectivas de mudança.



Gráfico 33 – Se pudesse escolher

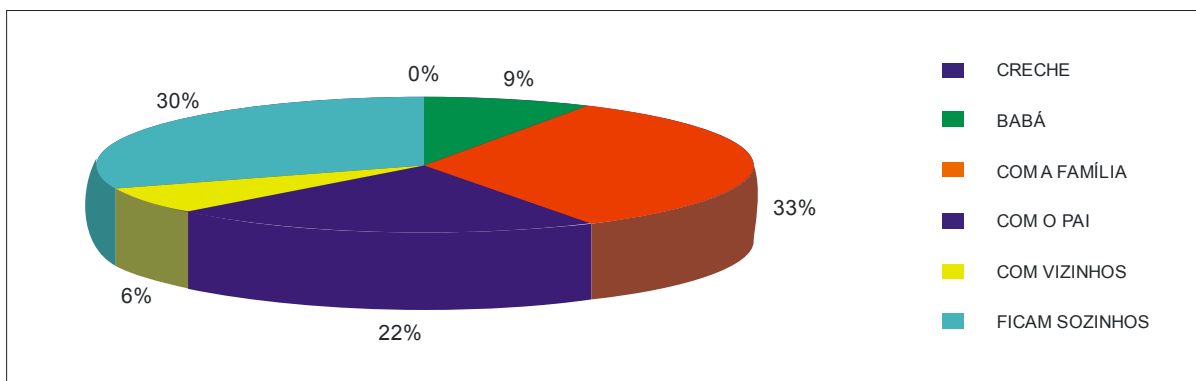


Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

O trabalho remunerado implicou uma mudança significativa no mundo de vida das mulheres com qualificação profissional, que graças não só à expansão do mercado de trabalho mas também a do sistema educacional brasileiro, tiveram condições de romper com o padrão de divisão sexual da geração de suas mães que não trabalhavam, alterando assim a organização de sua vida familiar. Em contrapartida, um novo problema surgiu, o que fazer com os filhos.

Nas últimas décadas, a mulher, ao sair de casa para o mercado de trabalho, deparou-se com um problema: com quem deixar os filhos? Como o salário da mulher professora é insignificante, ela não tem condições de pagar uma babá para cuidar de seus filhos; portanto, 32,56% deixam seus filhos com a família, geralmente com as avós, 30,23% ficam sozinhos; 22,09% com o pai; 9,30% com babá e 5,81% com vizinhos, como indica o gráfico a seguir.

Gráfico 34 – Ao sair para o trabalho com quem ficam os filhos

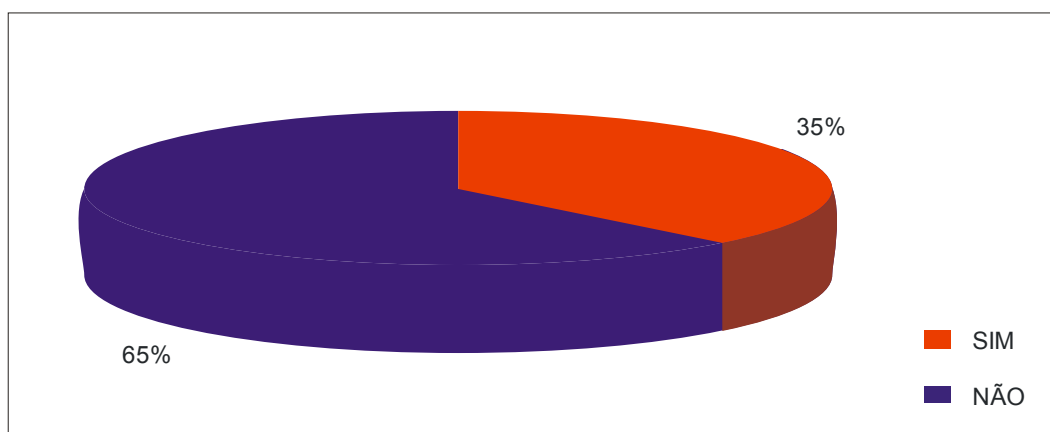


Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Para as mulheres, conciliar trabalho doméstico e trabalho remunerado constitui um problema que será resolvido quase sempre com o auxílio de outras mulheres (empregadas domésticas contratadas ou mulheres da família), conforme os recursos econômicos e sociais disponíveis.

Além de trabalhar muito, como foi demonstrado nos gráficos acima, apenas 34,54% possuem empregadas para ajudar nos serviços de casa. Isso revela o machismo do não reconhecimento do trabalho fora de casa realizado pela mulher. Muitos maridos não aceitam que a mulher tenha empregada, pois ela deve “dar conta do recado, já que optou por trabalhar fora”. Algumas das professoras entrevistadas alegaram também o fato de ganharem pouco, não tendo condições de pagar empregadas; se o fizerem, não sobrarão quase nada dos seus salários.

Gráfico 35 – Possui empregada doméstica



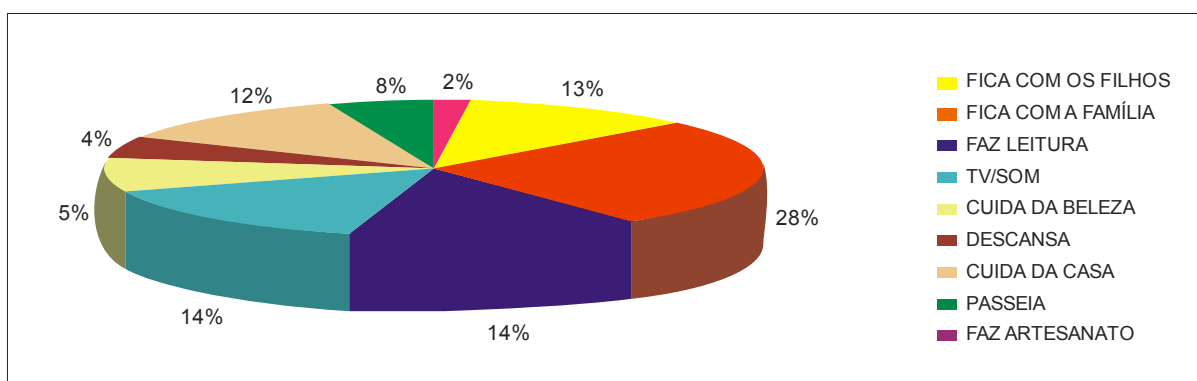
Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Como se vê, a maioria das professoras se ocupa também com os afazeres domésticos. Para Bourdieu (2005), as próprias mudanças da condição feminina obedecem sempre a lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino como foi discutido no capítulo três. Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder, ao passo que as mulheres ficam destinadas predominantemente ao espaço privado, doméstico, lugar de reprodução, em que se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos, ou a essas espécies de extensões deste espaço, que são os serviços sociais e educativos, ou ainda aos universos da produção simbólica ( literária, artística e jornalística).

A própria formação social da mulher, não permite que mesmo em suas horas vagas, saia do âmbito doméstico e dos afazeres determinados pela sociedade como os de mulheres, comprovam as nossas pesquisadas. Pode-se ver no gráfico abaixo, que são poucas as que saem para passear, sendo que mesmo nestes casos, não especificamos se saíam sozinhas ou com a família.

A condição civil de trabalhadora, de cidadã e a maternidade sem uma estrutura mínima de equipamentos públicos que garantam os cuidados com seus filhos reduzem as oportunidades de trabalho das mulheres, bem como as oportunidades de lazer. Em seu tempo livre as professoras dizem preferir ficar com a família, cuidar da casa, e 14,16% das mulheres dizem que no seu tempo livre assistem televisão. Afonso(2005) afirma que a televisão é um dos veículos de comunicação que mais exerce influências “educativas”, principalmente sobre as mulheres, alienando-as a papéis predeterminados pela sociedade.

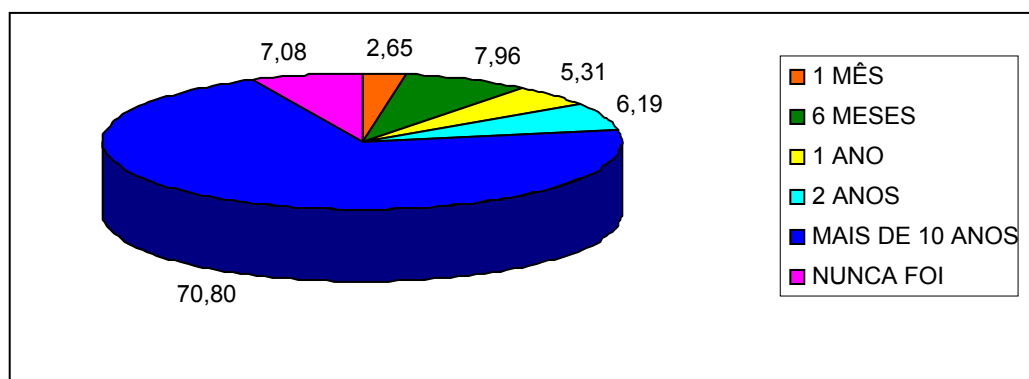
Gráfico 36 – O que faz com o tempo livre



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

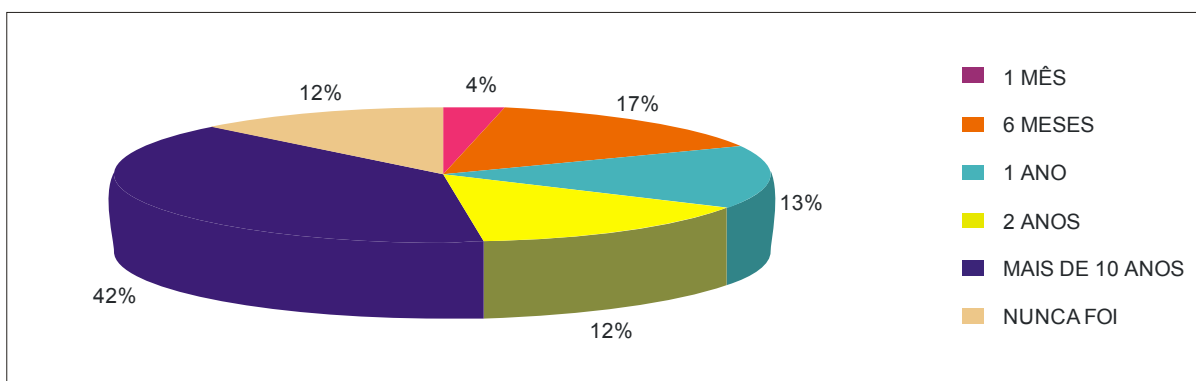
Para as mulheres/professoras pesquisadas, cumprir as tarefas junto à família e à profissão tem também significado pouco lazer fora deste espaço, ou seja, teatro, festas, como se pode constatar nos quadros a seguir.

Gráfico 37 – Frequência ao teatro



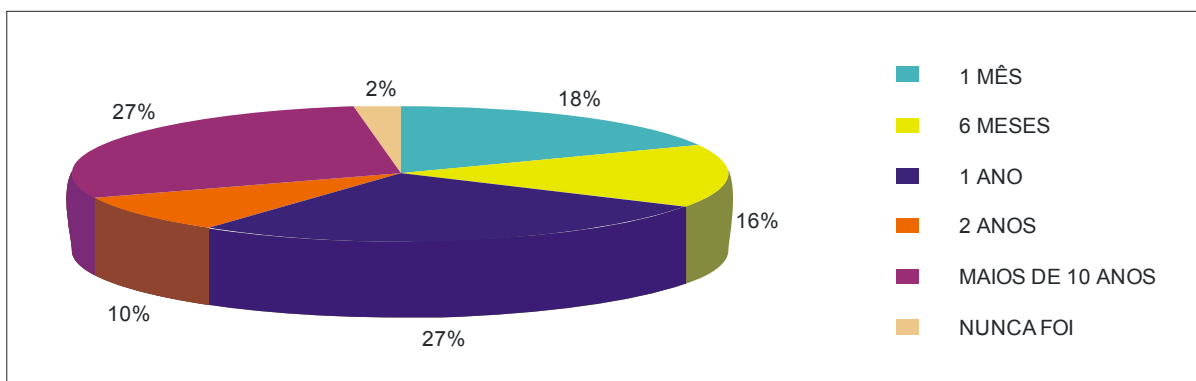
Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Gráfico 38 – Frequência ao cinema



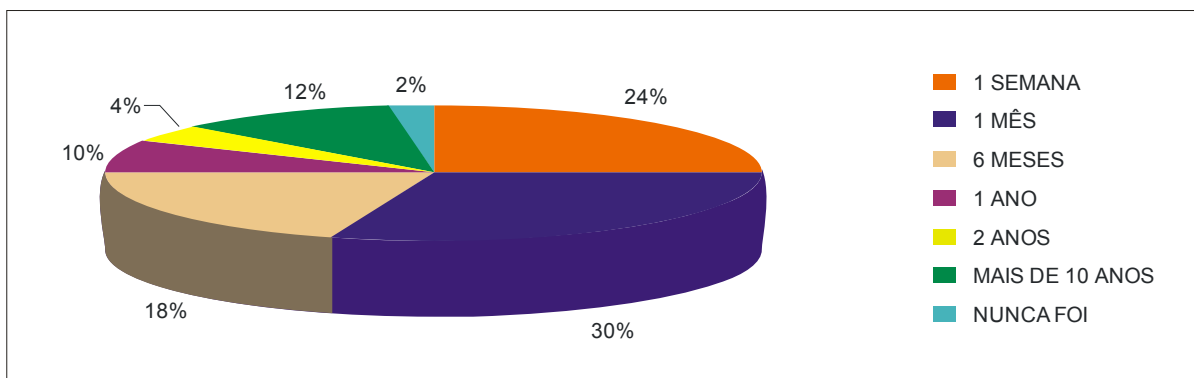
Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Gráfico 39 – Frequência a shows



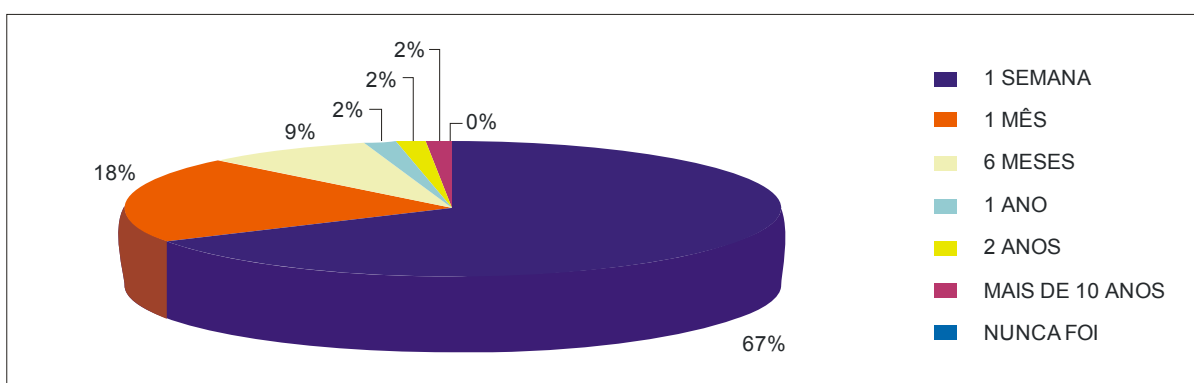
Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Gráfico 40 – Freqüência a festas



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Gráfico 41 – Freqüência a igreja



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Observando os gráficos de freqüência a teatro, cinema, shows, festas e igrejas, pode-se perceber que a freqüência a teatro e cinema é muito raro ou inexistente, visto a realidade do interior goiano, mas especificamente na S.R.E. de Palmeiras de Goiás, que praticamente não possui estes espaços culturais. Já shows, festas e igreja são mais freqüentes pelo fato de existirem as festas tradicionais das cidades, como pecuária, festas religiosas e culturais. Mas se considerarmos que estes são momentos de lazer, os dados são convergentes com dados mais gerais referentes ao tempo de lazer da maioria das mulheres.

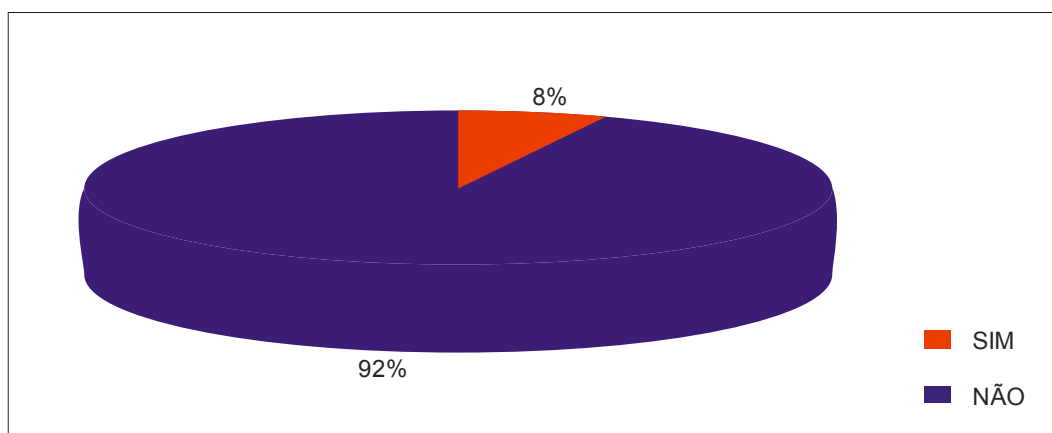
Analisando mais a fundo estes gráficos, pode-se perceber os poucos recursos de que as mulheres/professoras da S.R.E. de Palmeiras de Goiás possuem para acrescentar conhecimentos culturais. Nesta questão, Afonso (2005, p 53) esclarece:

Na verdade, as condições precárias em que se encontram as escolas públicas e também a maioria do professorado não contribuem para que a

crítica e a receptividade das mulheres floresçam no meio educativo. As escolas sem estrutura física adequada e sem quadro de pessoal suficiente e preparado; os/as professores/as sem planos de carreira, sem condições de dedicar-se à sua própria formação, básica e contínua, e com baixos salários, vivem ambos com sobrecarga. Daí o porquê de se colocarem quase sempre contra qualquer alteração de sua rotina, pois as que acontecem quase sempre são para aumentar sua responsabilização e sua carga de trabalho.

Diante dessa realidade, a pesquisa de campo apontou, e de certa forma explicou a insignificante participação em movimentos sociais como se pode ver no gráfico a seguir, que mostra que 92% das pesquisadas não participam atualmente de nenhum movimento social.

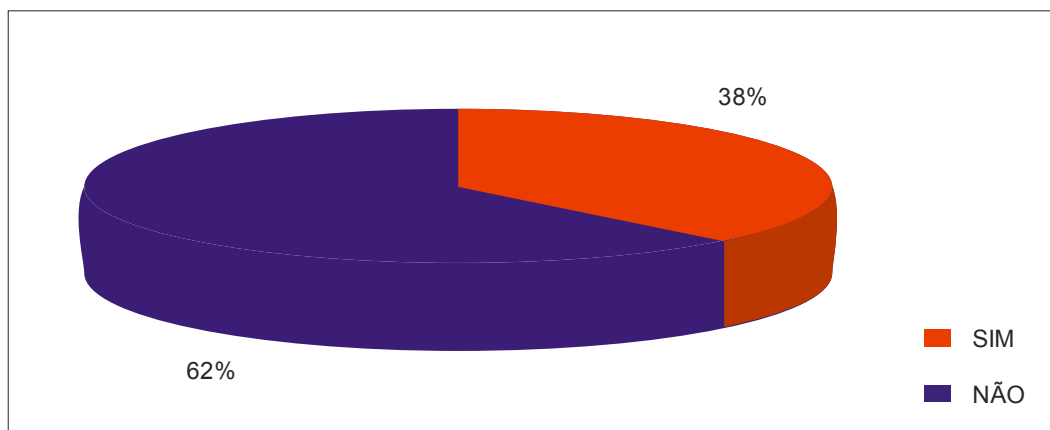
Gráfico 42 – Participa de Movimento Social



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Quando perguntada se já participou de algum movimento social, apenas 38% afirmam ter se envolvido com questões ambientais, benefício social, com a APAE, com movimentos da igreja e movimentos políticos.

Gráfico 43 – Participou de algum movimento social



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Trabalhadoras, agentes políticos ou mães? Este é um dilema que não pode mais ocorrer neste século. A transferência para a esfera do poder público de uma maior parte do trabalho com os cuidados com os filhos, os velhos e enfermos é uma forma de aliviar este trabalho reprodutivo não-remunerado exercido pelas mulheres é convertê-lo em trabalho produtivo e remunerado, que por sua vez criaria mais empregos e daria oportunidade para a profissionalização de muitos destes serviços.

Observa-se que, o que a mulher contemporânea vem “conscientemente” reivindicando, segundo Viana (2006), é justamente a igualdade com os homens dentro da dinâmica do mercado de trabalho, em termos de salário e condições de trabalho e, também, no compartilhamento das tarefas domésticas. No entanto, a inserção de uma grande parte da população feminina no mercado de trabalho acaba sendo vista como consequência da própria ação da mulher via organizações feministas, questão que por, um lado, é procedente a inserção da mulher no mercado de trabalho é fruto também da ação de organizações feministas, porém não se restringe somente a essas organizações, pois há a interferência fundamental do capital.

Correspondentemente, a mulher, por representar uma parcela considerável da sociedade, representa também força de trabalho ativa em larga escala, e sua utilização se torna imprescindível para o mundo dos capitalista. Integrar a mulher ao mercado de trabalho torna-se de extrema importância e indispensável para a acumulação do capital. Portanto, as lutas advindas dos movimentos feministas, que não estão atentas ao processo de exploração capitalista, representam uma forma

legal de manipulação das próprias mulheres para que o capitalista explore delas a força de trabalho em seu benefício. Diante disso, Viana (2006, p. 110) alerta que:

a) se a opressão da mulher ocorre devido à dominação de classe, então deve-se abolir a sociedade de classes, ou seja, o capitalismo, e instaurar o socialismo; b) se a opressão da mulher ocorre graças à dominação cultural do homem, então deve-se realizar uma mudança cultural, o que pode ocorrer no interior da sociedade capitalista.

Esta reflexão nos impõe o raciocínio, de que a divisão do trabalho que se produz entre homens e mulheres no seio do proletariado não é outra coisa senão o reflexo da divisão do trabalho na qual o homem se dirigia para a atividade pública, enquanto fazia recuar a maioria do sexo feminino para os limites asfixiantes da reposição privada da força de trabalho.

Neste século em que a mulher tem avançado em seu espaço no campo de trabalho, tem também buscado exercer sua cidadania plena e assim, também tem se organizado como trabalhadora, em seus sindicatos. E é esta a questão que vamos abordar no próximo tópico, no qual buscamos compreender o que entendíamos como pouca participação das mulheres/professoras nas lutas da categoria como já discutidas no capítulo dois desta dissertação.

### **4.3 As mulheres/professoras e a luta sindical**

Nas décadas passadas, também “o sindicato achava que a luta da mulher era no lar, na família e não na sociedade. A mulher era considerada vulnerável e dependente” (SCOTT, 1995, p. 465). Uma das discriminações mais cruéis era o fato de a mulher não ter emprego ou profissão, ficando automaticamente associada ao lugar de “dona de casa”; se é o homem que não tem profissão, é imediatamente rotulado de “desocupado” ou migra para a categoria de “desempregado”. Essa rotulação se relaciona às raízes dos papéis de gênero na sociedade. Como foi discutido no primeiro capítulo, para Saffioti (2002, p. 5),

há um processo de naturalização dos processos socioculturais, pois essas funções foram criadas socialmente quando a família se estruturou de forma patriarcal com a mulher exercendo naturalmente sua função de mãe e no



cuidado com lar. Cabe ao homem estereótipos a função de provedor da casa e por isso detentor do poder econômico dentro de casa.

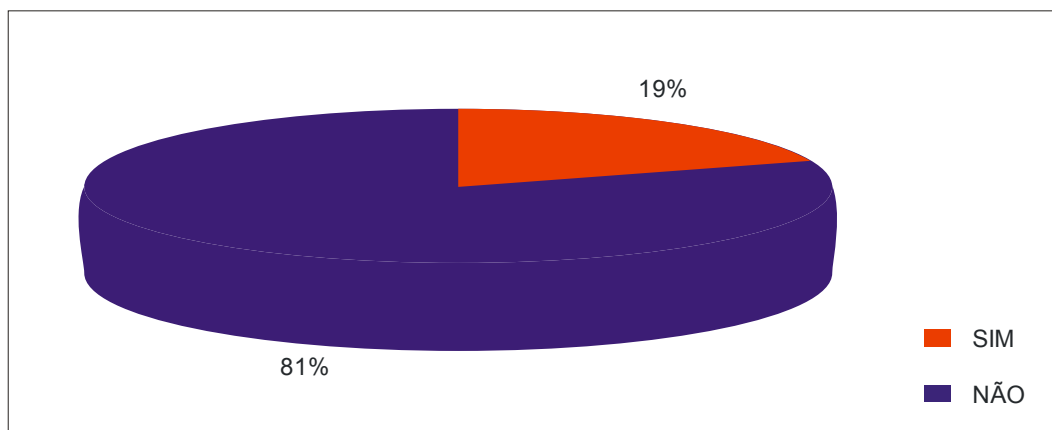
É justamente contra estas desigualdades que a sociedade deve lutar, sendo o sindicato um espaço privilegiado para discutir e reivindicar o reconhecimento do espaço público como um espaço também para as mulheres. Percebe-se que as questões sindicais têm sido direcionadas para as políticas mais emergenciais, como salários e direitos trabalhistas, e as discussões acerca de questões de gênero não têm sido feitas de forma abrangente, nem no interior dos sindicatos formados por maioria de mulheres. Ou seja, os sindicatos com maioria de mulheres são presididos por homens, e as diretorias na sua maioria, são formadas por homens, não tendo havido a preocupação em debater a participação da mulher nos sindicatos, no âmbito da diretoria ou mesmo essa inserção como parte das assembleias realizadas com a base, nem tão pouco tem sido debatida a igualdade de oportunidades de gênero.

Outra análise realizada pela pesquisa de campo e que já foi analisada nos capítulos anteriores, foi sobre a postura da mulher/professora quanto a sua participação política uma vez que, mesmo conquistando seu espaço público, a mulher continua alienada ao ambiente doméstico. Suas ações no que se refere ao engajamento sindical fica no âmbito ideológico e não em sua prática.

Ao questionar as mulheres/professoras o que vem a ser política, a maioria sabe seu significado, porém, ao analisar as demais respostas, fica claro que sabem o que é, entretanto não fazem uso dela na prática, nem mesmo em seu trabalho. As respostas foram as seguintes: *“é a arte de governar o público”*; *“entender a sociedade”*; *“é ser cidadão”*; *“é participa”*; *“é independente de ser partidário”*; *“não respondeu”*; *“lutar por melhores condições de vida”*; *“direitos e deveres”*; *“é ser ousada”*; *“acreditar num futuro melhor”*; *“ser responsável”*; *“uma conquista”*. *encontrei as pessimistas que não acreditam na política: “o desencanto é tão grande que nem sei o que dizer”*; *“sou realista”*; *“é algo negativo não gosto de comentar”*; *“não gosto de política”*; *“não participo de política”*.

E não participam nem mesmo de seu sindicato que é sua única instituição de amparo e luta por suas reivindicações.

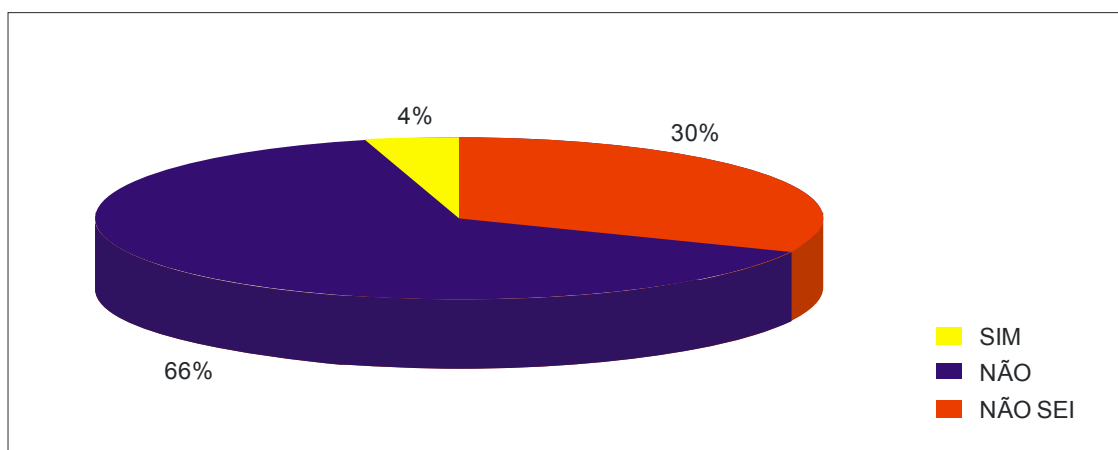
Gráfico 44 – Filiação ao Sintego



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Em outra pergunta feita às professoras sobre o porquê não ter se filiado ao Sintego, a maioria alegou não se interessar pela filiação principalmente pelo fato de não ver resultados para quem já é filiado. Novamente se concretiza na pesquisa o que já discutimos nos capítulos anteriores, quando afirmamos que os papéis sociais e as posturas de luta de classe são distorcidos da realidade concreta em que vivem estas professoras, mais especificamente na S.R.E. de Palmeiras de Goiás, onde 66% de suas professoras não se interessam em filiar-se.

Gráfico 45 – Gostaria de ser filiado ao Sintego?



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

A maioria (78%) respondeu que, nos dias de greve, adora ficar em casa, lavar roupa, dar uma faxina na casa ou ir para a fazenda matar porco ou vaca. No diário de campo, foram muitos os relatos sobre o que fazer em dias de greve: “*adoro*

*greve, pois posso fazer uma boa faxina em casa”; “ greve é bom para levar as crianças ao médico”; “ nos dias de greve faço biscoitos, organizo o guarda-roupa, é ótimo”; “ nos dias de greve vou para a fazenda, mato porco, vaca, galinha, encho o freezer de carne”.*

Diante de todos estes gráficos, pode-se analisar que a imagem de mulher no mercado de trabalho, por mais que a tenha colocado em um ambiente público e de relações diversas, não permitiu totalmente sua emancipação, uma vez que não deixou de estar presa às amarras patriarcais e domésticas.

Através dos registros efetuados em diário de campo, as professoras disseram quais deveriam ser as lutas em que o sindicato deveria se empenhar. Entre as dezenas de sugestões, ficou em primeiro lugar a alternativa de que os sindicatos deveriam lutar para a melhoria dos salários; em segundo vieram as reivindicações por mais direitos trabalhistas; a questão da integração com a categoria ficou em terceiro lugar, acompanhada pela luta por mais convênios médicos. Isso demonstra que a base trabalhadora reivindica aquilo que foi acostumada a ter e aquilo que foi colocado como sendo a função do sindicato.

Quando se perguntou, na pesquisa de campo, às professoras, se elas tinham consciência dos seus direitos como trabalhadoras, as que disseram que sim responderam o seguinte: *“temos mais consciência dos deveres do que dos direitos”; “sim somos bem-informadas de tudo, estudamos para isso”; “leio sempre a Constituição e o Estatuto do Magistério”; “nunca procurei saber”.*

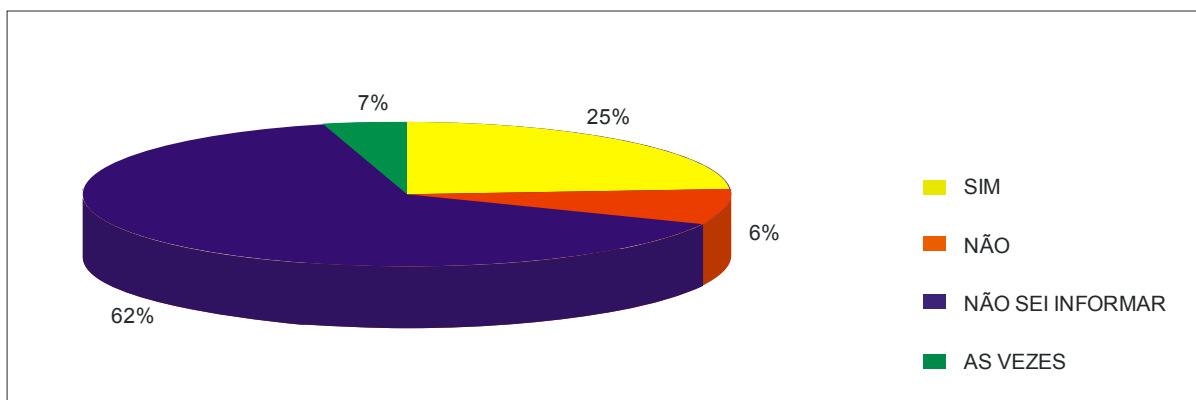
Já as que responderam não afirmaram: *“não temos consciência por que os direitos não são acessíveis”; “não somos beneficiados”; “não somos informadas como deveríamos, mesmo sendo professora”; “tenho pouca consciência”; “sempre saímos perdendo, por não termos tanta consciência como deveria”; “não temos direitos significativos, portanto não temos consciência, se tivéssemos talvez não estaríamos tão mal”; “somos pequenos diante dos administradores”; “direitos omissos deveres explícitos”.*

Trazendo estas informações para a profissional mulher/professora, é perceptível certa falta de interesse pela única instituição que poderia defendê-las ou mesmo ajudá-las. A maioria sabe que tem um sindicato de sua categoria, porém não tem ação de buscá-lo e usufruir de seus direitos.

As informações sobre as ações do sindicato são quase que inexistentes. Quando perguntadas se o sindicato luta em defesa de seus interesses, 62% das

professoras não sabem informar, o que indica uma significativa desinformação em torno das ações sindicais na S.R.E. de Palmeiras de Goiás.

Gráfico 46 – Seu sindicato luta em defesa de seus direitos?

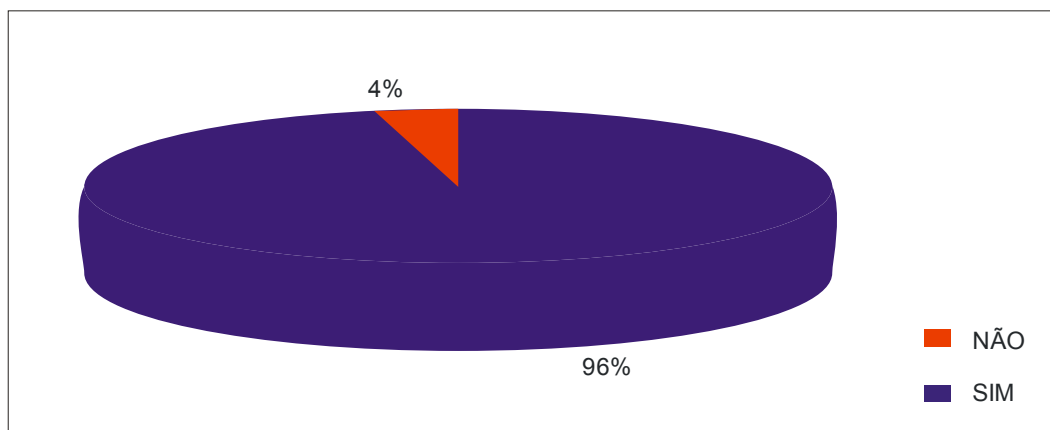


Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Quando perguntadas sobre o que poderia ser feito no Sintego para melhorar a sua situação, algumas das respostas foram as seguintes: *“ter mais união entre as mulheres”*; *“acontecer mais reuniões”*; *“dar mais chances para reivindicar”*; *“criar mecanismos de igualdade”*; *“luta por causa geral e não só da mulher”*; *“não conheço”*; *“direito de licença prêmio”*; *“aposentadoria mais cedo”*; *“melhorias salariais”*; *“melhores orientações”*; *“mais creches”*; *“reconhecimento”*; *“jornada de trabalho mais curta para a mulher”*; *“a mulher já é favorecida, aposenta mais cedo, ganha igual ao homem”*; *“mais honestidade no sintego (verbas, recursos)”*; *“mais políticas”*; *“plano de carreira mais completo”*; *“direitos iguais”*; *“não sei”*; *“gratificação”*; *“palestras”*; *“interação”*; *“mais convincente”*; *“nada a comentar”*; *“bolsas de estudo”*; *“reuniões mensais”*; *“o sintego não achou seu caminho”*.

Apesar de muitas críticas, na fala das mulheres/professoras inexistente a vontade de ocupar cargos de direção sindical, querem que alguém faça algo por elas, que um “herói” resolva todos os seus problemas e novamente caem na mesma armadilha dos meios de comunicação e do próprio sistema neoliberal discutido no capítulo dois: esperam que um “príncipe encantado” apareça e resolva todos os problemas, vivendo felizes para sempre. Entretanto, o gráfico a seguir aponta que as mulheres se reconhecem como sujeito de direitos.

Gráfico 47 – Como mulher se sente no direito de lutar por seus direitos



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

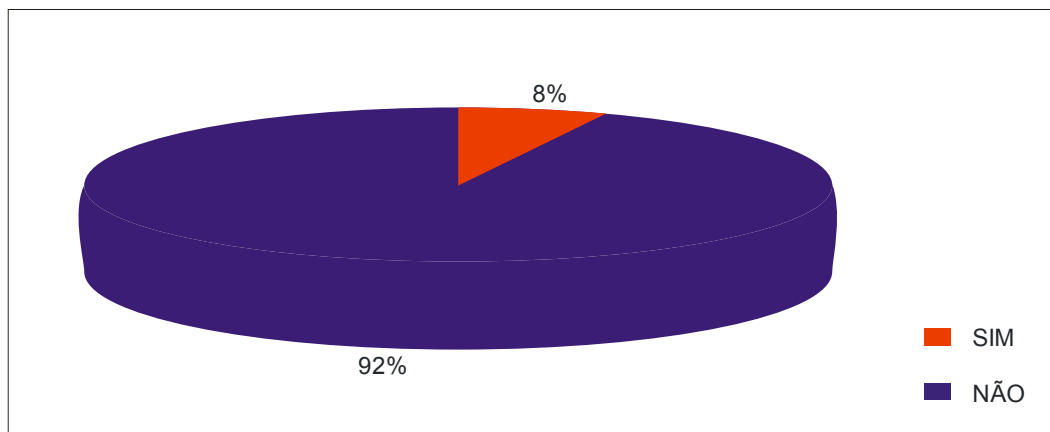
Observa-se que 96% das professoras acreditam que devem lutar por seus direitos. São suas palavras: *“devemos conquistar os direitos e tirá-los do papel”*; *“se eu não for, quem irá?”*; *“tenho que lutar”*; *“tem os mesmos direitos”*; *“é constitucional”*; *“é igualdade”*; *“somos capacitadas”*; *“tenho que melhorar nossa condição”*; *“por fazer o que o homem faz”*; *“acredito na força e na determinação feminina”*; *“estudei para isso”*; *“estamos revoltadas com as leis que só nos atrapalham”*; *“gosto das coisas corretas”*; *“ser mais unidas como cidadã”*. Entretanto, 4% não se sentem no direito de lutar por seus direitos: *“não precisei”*; *“nunca fui atrás dos meus direitos porque sei que não adianta mesmo”*; *“não conheço ninguém que conseguiu ganhar alguma causa de verdade”*.

Neste sentido, o movimento sindical, no que diz respeito às lutas pelas conquistas trabalhistas, tem estado inerte, pois a luta tem sido pela manutenção delas e não por melhorias. A questão de gênero, sob esse prisma, fica fora das reivindicações e lutas, predominando, no calendário sindical de mobilizações, as questões referentes a salário, cestas básicas, atendimento médico e judiciário.

A mulher tem sido lembrada pelos sindicatos no dia 08 de março, e no dia das mães, datas que são parabenizadas pelo seu dia, o que acaba reforçando publicamente a divisão sexual do trabalho, ou seja, o fato de homenagearem as mulheres trabalhadoras por serem mães, donas-de-casa e ainda trabalharem fora, pode implicar na maior aceitação de sua situação de subordinada duplamente, ao lar e ao patrão e, portanto, ao sistema capitalista. Essa dupla subordinação se torna eficiente, pois o trabalho realizado em casa, necessário para a reprodução dela, dos filhos e do marido, não é remunerado.

Das professoras pesquisadas, 8% acreditam que o Sintego deveria preocupar-se mais com as causas salariais, já que são tão mal remuneradas.

Gráfico 48 – O Sintego preocupa-se somente com melhorias salariais?



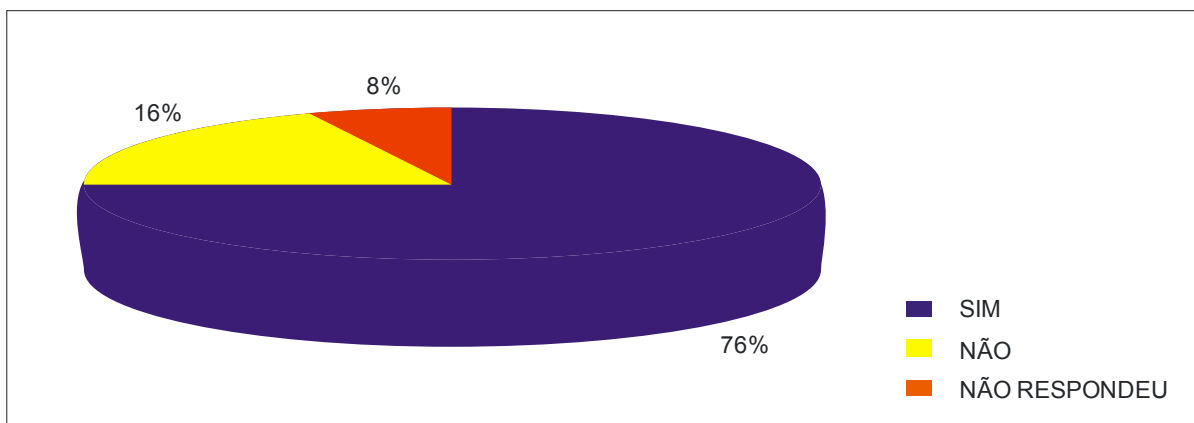
Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Porém, 92% afirmam que o Sintego deveria preocupar-se com outras questões como *”bem-estar”*; *“condições de trabalho”*; *“plano de carreira”*; *“qualidade do ensino”*; *“outras questões pertinente à educação”*; *“salário melhor”*; *“aposentadoria digna”*; *“orientação especial”*; *“tratamento ao professor, só o aluno tem direito”*; *“melhorias gerais”*; *“legislação”*; *“plano de saúde”*; *“os direitos”*; *“justiça social”*; *“bem-estar do funcionário”* e *“justiça trabalhista”*.

Nesse sentido, a situação se altera e em muitos casos se agrava para as mulheres quando nos anos 1990/2000 presenciamos, em decorrência das crises econômicas e das políticas de ajuste estrutural, a *“flexibilização do trabalho, a terceirização e um aumento vertiginoso do desemprego e da economia informal”* como discutiu Antunes no capítulo dois desta dissertação. Apesar das conquistas sociais e de políticas públicas, as mulheres não vivem no mercado de trabalho a situação de igualdade conquistada na lei e estão nos trabalhos mais precarizados e mais mal pagos.

Perguntadas se o Sintego no interior é fragilizado, vale lembrar que a maioria só respondeu quando se garantiu que o nome do entrevistado não seria apontado. Os resultados foram os seguintes:

Gráfico 49 – O Sintego no interior é fragilizado?



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

Do total, 76,11% afirmam que sim devido a: *"falta recursos"; "não é organizado"; "falta investimento"; "por questões políticas ele não funciona"; "não conheço"; "pessoas incompetentes no sintego"; "informações distorcidas"; "a distância da capital"; "perseguição política"; "falta mais união dos filiados"; "as pessoas do interior são acomodadas"; "falta conscientização"; "nem todos conhecem"; "fala muito pratica pouco"; "não existe de verdade no interior"; "nem ousar falar é perigoso"; "ninguém toma frente"; "no interior as pessoas temem perder o emprego, tem medo de se expor"; "devido ao coronelismo que impera no interior"*.

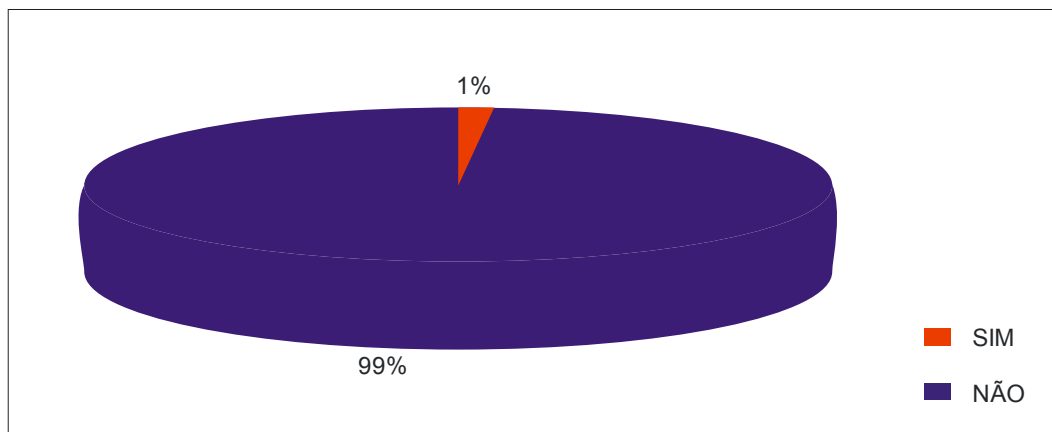
Cabe ao sindicato discutir propostas mais viáveis para dar oportunidade de igualdade democrática, visando a uma maior conscientização das próprias mulheres como líderes e formadoras de opinião. Para Antunes (2002, p. 7), "a luta das mulheres contra as formas históricas e sociais da opressão masculina, será, além disso, uma luta pós capitalista, pois o fim da sociedade de classe não significa o fim da opressão de gênero, pois esta é pré-capitalista".

É quase que inexistente, a mulher ter cargo de direção no Sintego, 1% que foi ou é membro. O próximo gráfico deixa claro que as lutas feministas ainda têm muito o que fazer e conscientizar a mulher do seu papel na sociedade, não de se acostumar com restos ou com o que lhe é dado, e sim de grandes conquistas. Conforme já vimos no capítulo três, Costa e Bruschini( 1992, p.131) confirmam a importância desta postura feminista como forma de mudar a realidade vivida pela mulher.

Isso reforça a importância de que os sindicatos fazerem um trabalho de conscientização e travarem as discussões sobre as melhores formas de luta para

garantir avanços na emancipação das mulheres, inclusive incorporando-as em suas direções, o que é quase inexistente na S.E.R. de Palmeiras de Goiás

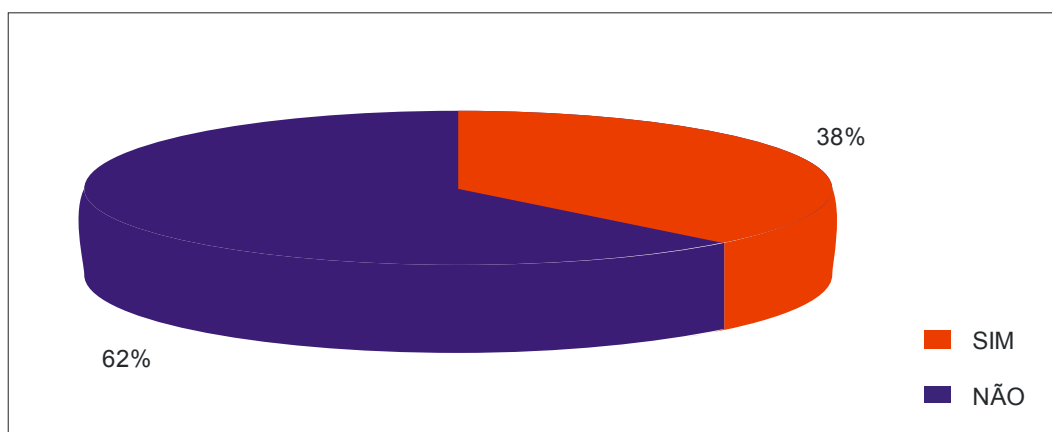
Gráfico 50 – É ou foi membro de diretoria do Sintego



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.

O próximo gráfico deixa claro que também as lutas feministas ainda têm muito o que conquistar quanto à conscientização da mulher sobre seu papel na sociedade e sobre a importância de se abordar as questões específicas colocadas pelas relações entre homens e mulheres, pelas relações sociais de gênero. Das professoras pesquisadas, 61,9% não sabem o que é a luta por novas relações sociais de gênero.

Gráfico 51 – Você sabe o que é lutar por novas relações sociais de gênero



Fonte: pesquisa de campo realizada pela autora, em 2006.



Entretanto 38,1%, dizem saber e fazem os seguintes comentários: “*eu sei mas prefiro ficar neutra*”; “*sou a favor*”; “*garante minha posição de mulher*”; “*a mulher é capaz de tudo quando quer*”; “*não participo*”; “*o gênero masculino é mais favorecido*”; “*concordo em alguns pontos*”; “*união na luta*”; “*gostaria de saber melhor sobre este assunto*”; “*é melhor não falar sobre isso*”; “*procuro me informar*”.

Ao mesmo tempo que algumas dizem ser a favor desta luta, outras não concordam, ficando evidente o mascaramento da realidade quanto ao papel da mulher na sociedade.

Quando se pergunta sobre o movimento feminista, aparece um choque de idéias, principalmente por ser um assunto tratado na mídia de forma estereotipada, atrapalhando a mulher, principalmente a mulher/professora, de ter um melhor posicionamento diante deste fato. Ao perguntar às mulheres professoras o que entendem por feminismo, foi possível separar as respostas em dois grupos. Temos as adeptas do feminismo, que afirmam: “*Deve haver mais união*”; “*Direitos e deveres*”; “*Libertação de mitos*”; “*Igualdade*”; “*Grandes méritos*”; “*Tem sucesso com objetivos*”; “*É um bom movimento*”; “*Contribui para a emancipação*”; “*Igualdade de direitos*”; “*É saber ser dona de casa e profissional*”; “*O importante é competência*”; “*É uma questão particular*”; “*Deve ser respeitado*”; “*Há muito o que fazer*”; “*Muito bom*”; “*Estão atrás do seu objetivo*”; “*Sentir prazer*”; “*É uma luta que está apenas começando*”.

Em contrapartida, a maioria das entrevistadas é contra o feminismo: “*tão fracassado quanto o machismo*”; “*feminismo e machismo não podem existir*”; “*não deve haver nem feminismo nem machismo*”; “*uma maneira radical de defender as mulheres*”; “*a mulher perdeu com o feminismo*”; “*a mulher deve ir mais devagar*”; “*não sei*”; “*isso não leva a nada*”; “*deve ser analisado com cuidado, é perigoso*”; “*não deveria existir*”; “*não participo desse tipo de movimento, acho horrível*”; “*tenho receio*”; “*deus diz na bíblia que a mulher deve ser submissa ao homem*”; “*isso é o fim do mundo*”; “*não aprovo*”; “*foi uma luta não é mais*”; “*sem opinião*”; “*tenho medo*”; “*é uma condição que atrapalha*”; “*é ruim como o machismo*”; “*não gosto de ser feminista*”; “*não gosto deste termo, parece com feminismo/machismo*”; “*é uma faca de dois gumes pode ser bom e ruim para a mulher*”; “*é ruim pois a mulher passou a ter dupla jornada*”; “*é semelhante ao machismo*”; “*não é este o caminho para o futuro*”; “*na pratica não funciona*”; “*é só barulho*”; “*é válido porém se exagerado não*”.

*presta*"; *"é desnecessário, importante é fazer bem feito seu trabalho"*; *"nada ao extremo presta"*; *"é tão errado quanto o machismo"*; *"está fora de "puro machismo"*.

Para melhor compreendermos esta posição sobre o feminismo recorreremos à discussão feita no capítulo três, com Bourdieu (2002), que propõe uma reflexão sobre o modo como o mundo é percebido e entendido, no qual a inferioridade feminina é considerada como algo "natural". Este processo está inserido na organização natural das coisas, fazendo parte dos esquemas perceptivos dos indivíduos, do pensamento e da ação. Esta oposição entre ser e conhecer é mediada por meio do "habitus", pois, na medida em que os subordinados compreendem o mundo a partir da relação de dominação já estabelecida socialmente, suas formas de conhecimento seriam pautadas em atos de submissão. A pesquisa realizada reafirma isso e coloca mais uma vez que o papel da mulher na sociedade, bem como seu comportamento é determinado pela sociedade a que pertence. É um saber construído não só na escola, mas em todas as instituições e principalmente nos meios de comunicação de massa. Este último impõe comportamentos que acabam formando sujeitos que lhes darão lucros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período estudado neste trabalho, acontece um processo de reestruturação capitalista nos setores produtivos e de serviços e se configura um quadro drástico de mudanças, com profundas implicações, tanto no âmbito do trabalho, das políticas e das relações sociais de gênero.

Vimos que a criação dos sindicatos no Brasil foi conquista tardia, não porque os trabalhadores assalariados não o tivessem buscado incessantemente, mas porque a tradição escravocrata da sociedade brasileira e seu conservadorismo reprimiram e impediram os trabalhadores de se organizarem e terem seus direitos reconhecidos.

A partir da década de 1980, houve graves mudanças no mundo do trabalho: reestruturação produtiva, introdução da microeletrônica e informática, nova organização do trabalho, redução dos postos de trabalho, maiores exigências de escolaridade, desemprego, subemprego, terceirização, agravos com a abertura econômica, privatização e financeirização da economia. Dentro deste contexto, os sindicatos se fragilizaram pela redução do número de filiados e pelas correntes conservadoras do “sindicalismo de resultados”.

Estas grandes mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, no sistema capitalista sob a égide das políticas neoliberais, aceleraram o processo de enfraquecimento das lutas sindicais em todo o mundo. No Brasil a classe trabalhadora se viu frente a dificuldades em lutar por melhorias trabalhistas e esta nova postura afetou diretamente os/as professores/as, particularmente as mulheres que enfrentam preconceitos sexistas.

Podemos dizer que as mulheres/ professoras investigadas não se vêem enquanto componentes de uma classe trabalhadora, com direitos e deveres, se vêem como donas de casa e o trabalho como um bico, e, alienadas de seu trabalho, por esse motivo, não estão à frente das lutas de sua classe. Os vários papéis que a mulher/professora tem, acabam por dissolver sua ofensiva sindical, por mais que os avanços das lutas feministas tenham ocorrido, não houve repercussão no seu

próprio trabalho, onde apenas uma minoria se apóia nas reflexões das relações sociais de gênero.

Como nos revelou a pesquisa, 90,96% dos/as profissionais da educação da S.R.E de Palmeiras de Goiás são mulheres. Quanto a sua escolaridade, 69% são pedagogas e 32% possuem pós-graduação completa, 68% atuam no ensino fundamental, 43% estão na rede municipal, 48% trabalham em dois turnos, 46% estão no magistério entre 11 e 17 anos, sendo 84% exclusivas do magistério. Por mais que tenham muitos anos de serviço, 33% recebem até dois salários mínimos. A maioria, 39% tem acima de 40 anos, sendo 68% casadas, 48% possuem 2 filhos entre 11 e 15 anos. Das professoras pesquisadas, 79% possuem casa própria, 57% moram em setores/vilas, e 56% se declararam de cor branca.

A pesquisa nos revela que à formação e atuação da mulher/professora não contribuíram para que as professoras tivessem posturas políticas e atuação sindical mais engajada. A análise das observações registradas em diário de campo, apontou que a maioria das professoras só está esperando a aposentadoria e alegam que, por esse motivo preferem ficar neutras no que se refere às lutas de sua classe.

Quanto à sua situação enquanto trabalhadoras vemos que 71% estão na função de professoras e escolheram ser professoras porque gostam e 68,14% não ocupam nem ocuparam cargos de direção, o que confirma a ausência efetiva das mulheres em postos de poder, seja por discriminação, seja pela dupla jornada, seja pela alienação, ou tudo reunido.

Outra questão a ser analisada é a afirmação das professoras de estarem na profissão porque gostam e não porque precisam, porém os dados da pesquisa apontam que seu trabalho é importante, principalmente quando juntam seu salário com o da família, há uma melhora significativa na renda familiar, como vimos. Na verdade, estão na profissão porque precisam, e 37% trabalham 40 horas semanais, além de levarem para casa muito serviço da escola. Este fato confirma que as mulheres ainda não sabem o quanto seu trabalho é importante não só para a sua família, mas para toda uma sociedade.

Na S.R.E. de Palmeiras de Goiás, por mais que as mulheres/professoras estejam trabalhando, ajudando no orçamento familiar, a dominação masculina controla as ações patriarcais. As mulheres/professoras não se vêem como integrantes de uma classe trabalhadora, acham que seu salário é apenas uma “intera” não conseguem fazer a ligação entre gênero e trabalho. Isso prova a falta de

consciência de sua situação de opressão e uma forte impregnação de alienação do seu trabalho, a maioria não reflete sobre suas condições de vida e nem luta por seus direitos.

Das mulheres/professoras da S.R.E. de Palmeiras de Goiás, 48% trabalham em dois turnos e 19% em três turnos, fato que indica um alto grau de inserção de trabalhadoras no mercado de trabalho. Estas mulheres/professoras têm uma carga horária pesada, difícil, e não estão trabalhando porque não tem o que fazer, nem tão pouco para ganhar uns trocadinhos. Elas precisam de trabalho para sustentar a família e a si mesma, tiveram que estudar para se adequar à realidade do trabalho, mas fazem tudo isso de forma inconsciente, ou seja, elas procedem irrefletidamente sobre seu trabalho, e sobre as conseqüências do mesmo. Uma profissional que trabalha tanto, não pode ver sua profissão como “bico”, ou “passa tempo” como afirmam. Esta pesquisa nos fornece dados reais e concretos de uma profissional que não consegue perceber-se como classe trabalhadora e que deve gozar de direitos e deveres trabalhistas. Este fato garante que não se integre às lutas e movimentos em prol de melhorias da sua própria classe.

Quanto às dificuldades no trabalho, 93% alegaram que sofrem preconceito, porém 90% não souberam explicar que tipo de preconceito; 45% afirmaram que o homem ganha mais por questões culturais, 93% disseram que a condição da mulher não atrapalha nem os filhos, 91%. Porém, por mais que afirmassem que a condição de mulher não atrapalha, quando perguntadas de outra maneira, se o homem atrapalha a mulher a ter melhores condições de trabalho, 49,6% afirmaram que às vezes. Isso nos leva a concluir que a tomada de consciência enquanto mulher que trabalha ainda precisa ser atingida.

Um fato interessante é quando cruzamos os dados do diário de campo com os do questionário, percebemos contradições principalmente no que se refere aos preconceitos vivenciados pelas professoras. Nas conversas informais nas salas de professores durante as visitas aos municípios, o que mais se ouvia eram reclamações sobre os homens, que eles interferem muito na vida profissional das mulheres, que sofrem muito em casa por terem que cumprir seus papéis de mulher e dona de casa, que eles só as deixam trabalhar se conseguirem cumprir com os afazeres domésticos; mas quando questionadas formalmente, elas não percebem estes fatos como preconceitos, para elas são atitudes normais que acontecem em um lar, e se sentem úteis quando são necessárias em suas casas.

Além de a maioria trabalhar em dois turnos, 37% trabalham 40 horas semanais na escola, 53% dedicam em casa, de 1 a 5 horas aos trabalhos escolares, 43,36% realizam de 2 a 5 horas de serviços domésticos, enquanto que 28% dos seus maridos apenas contribuem com os afazeres domésticos com consertos gerais. Por mais que trabalhem tanto, 65% não possuem empregada doméstica, por isso, 33% delas, ao saírem para o trabalho deixam seus filhos com alguém da família.

O grau de consciência da exploração e subordinação no que se refere à carga de trabalho doméstico da mulher é muito pequeno. No questionário por mais que apareçam dados dizendo que sua carga de trabalho é pesada, elas não a percebem como abuso de poder patriarcal, mas, nos registros feitos no diário de campo há reclamações sobre a dupla jornada do seu dia-a-dia.

Quanto ao lazer, quando têm tempo livre, 28% ficam com a família, 71% não vão ao teatro a mais de 10 anos, 42% não vão ao cinema a mais de 10 anos, 27% têm um ano que não vão a shows, 30% freqüentam festas mensalmente, 67% freqüentam igreja semanalmente.

Analisando os gráficos que discutem o trabalho da mulher/professora com os gráficos com dados do lazer, podemos perceber evidentemente que o trabalho vem em primeiro lugar em todas as suas ações, sobrando-lhes pouco tempo para o lazer, e neste tempo, ficam com a família. Novamente evidenciam-se os papéis sociais determinados para a mulher: trabalhar, cuidar da sua prole e freqüentar a igreja.

No que se refere aos movimentos sociais, 8% participam de algum tipo de movimento como questões ambientais, religiosas e políticas. Já quanto à movimentos sindicais, 96% se sentem no direito de lutar por seu direitos, porém, 81% não são filiadas ao Sintego, 66% não se interessam em filiar-se, 62% não sabem da atuação do Sintego, 76% afirmam que o Sintego no interior é fragilizado e 99% nunca exerceram cargo de direção no Sintego.

Estes dados confirmam o nível de alienação vivenciada por estas professoras, ou seja, há, na prática, um significativo desinteresse por assuntos considerados importantes, principalmente as questões políticas e sociais que estão inseridas no cotidiano das mulheres /professoras e elas não as percebem. Não há uma postura reivindicatória no âmbito do trabalho, por mais que sejam trabalhadoras e pertencentes a uma classe.

Nossa investigação mostrou ainda que uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres/professoras é a política do “cabresto” dentro das escolas. Esta

política caracteriza-se pela ação dos governantes sobre as professoras, coagindo suas ações, ou seja, controlando-as, colocando-as em escolas distantes, em salas de aula que não equivalem à sua qualificação, fazendo desvios de função. Dessa forma, intimidam possíveis manifestações de luta e organização política e sindical.

As questões referentes às relações sociais de gênero ainda estão longe de se esgotarem, muita coisa ainda precisa ser discutida, pesquisada e analisada. As informações no que se refere à mulher são pouco divulgadas no país, enfrentamos muitos preconceitos que devem diminuir à medida que avance o movimento social e que pesquisas sejam desenvolvidas.

Nos questionamentos realizados na pesquisa sobre o entendimento quanto às relações sociais de gênero, muitas mulheres/professoras além de ignorarem a pesquisa, não quiseram discutir o assunto, dizendo que era “pecado”, que a “Bíblia afirma que a mulher deve ser submissa ao homem”, que isso é “coisa do demônio”, que é “o fim do mundo”.

Esta postura indica que a mulher/professora da S.R.E. de Palmeiras de Goiás, pouco conhece seu passado e quase não reflete sobre seu presente, impossibilitando estimativas para o futuro. A cultura interiorana ainda está recheada com os ideais do patriarcado, impedindo que novas representações e valores permeiem a vida destas mulheres. É necessário um olhar voltado para as questões sociais de gênero, nas dimensões históricas, culturais, sociais e principalmente os assuntos que ainda estão na inconsciência destas mulheres.

Não damos este assunto por encerrado, nem estes dados aqui apresentados como definitivos, visto que o mundo do trabalho está em plena mudança e que as mulheres/professoras ainda vão enfrentar muitas experiências podendo mudar de opinião e de postura frente à sua formação sindical e a sua postura enquanto mulher trabalhadora inserida em uma sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Mar. São Paulo: Paz e terra, 1995.

AFONSO, Lúcia Helena Rincón. *Imagens de mulher e trabalho na telenovela brasileira ( 1999-2001)*. A força da educação informal e a formação de professores (as). Goiânia: Editora da UCG, 2005.

AFONSO, Lúcia Rincón. *Revista Fragmentos de cultura*. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

ALMEIDA, Jane. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP. 1998.

ANTUNES, Ricardo L. C. *O que é sindicalismo*. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho*. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.



ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. *Magistério primário e cotidiano Escolar*. Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Autores Associados, 1996.

ATAÍDES, Marcos Augusto Marques. *SINTEGO: lutas vitórias e derrotas, na década neoliberal*. Goiânia: 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

AZAMBUJA, I. S CARLA. *Mídia sem máscara: Dissidentes do socialismo real*. São Paulo: Cortez, 2004.

AZEVEDO, Janete, M. Lins de. *A Educação como política pública: polêmicas o nosso tempo*. 2ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.

BARATA-MOURA, José et al. *Marx e Engels; Obras escolhidas em três tomos*. Lisboa: Edições Avante, 1983. v. I – v. II – v. III.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. *Mitos da globalização*. Estudos avançados. São Paulo: Cortez, 1998.

BENOIT, Lelita Oliveira. *Revista crítica marxista*. Feminismo, gênero e revolução. São Paulo: Contexto, 1997. v. 20, n. 2. pg.76-215.

BETTO, Frei. *OSPB, Introdução à política brasileira*. 14ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

BIANCHETTI, G. Roberto. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 4ª ed. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRUNO, Lúcia (org). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: Leituras Seleccionadas*. São Paulo: Atlas, 1996.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

BRZEZINSKI, Iria . (Org.). *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano, 2002.

Cadernos de Educação. *Gênero e educação*. 1ª edição. Ano III, n. 10. Brasília: CNTE, dezembro de 1998.

CARELLI, Gabriela. *Filhos e carreira*. Revista Veja. Rio de Janeiro: Abril, Ano 36, n. 06, p.58-65, fevereiro de 2003.

CARNEIRO, E.M.F. *Educação em Goiás de 1964 a 1978: a política que não é a do ensino*. 1984. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) FGV/IESAE, Rio de Janeiro.

CARVALHO, André; BARROCA, Alberto. *Direitos da mulher*. São Paulo: Editore lê, 1990.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. *Gênero e trabalho: a participação da mulher nos sindicatos de Presidente Prudente/SP*.v. 3, n. especial. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-416.htm> . Acesso em 24 de julho de 2004.

CASTRO, Mary Del. *Revista crítica marxista*. Historias das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.pg.45-68.

CFEMEA. Ministério da Cultura. *Guia dos direitos da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2000.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CNDM. *Indicadores de gênero*. Documento do conselho nacional dos direitos da mulher. Disponível em: [www.cndm.org.br](http://www.cndm.org.br). Acesso em: março/2002.

CNDM. *Informe do governo brasileiro para Beijin /1995*. Brasília: Ministério da Justiça, 1995.

CNDM . Mulher & trabalho. *Documento do conselho nacional dos direitos da mulher*. Brasília: Ministério da Justiça, 1986, v.1.

CONTEE. *A questão de gênero na ótica de sindicalistas*: pesquisa realizada no III congresso da Contee, Guarapari /ES, Julho de1997. Documento final.

CONTEE. *III Encontro nacional sobre as questões da mulher trabalhadora em educação* / Confederação nacional de trabalhadores em educação. Documento/Publicação Final. Nova Almeida /ES, 18,19 e 30/1999.

COSTA, Silvio. *Tendências e centrais sindicais*. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CUT. Forma e conteúdo. *III Conferencia da política nacional de formação da CUT*. n. 13 – dezembro de 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DELGADO, Didice G; CAPPELLIM, Paola; SOARES, Vera (ORGS). *Mulher e trabalho*; experiências de ação afirmativa. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

DIEESE-GO. *A mulher no mercado de trabalho no Brasil e em Goiás*. Disponível em:<http://www.dieese.gov.br>. Acesso em julho de 2007.

IBGE-GO. *Dados estatísticos dos professores do Brasil, centro-oeste e Goiás*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2007.

ENGUITA, Mariano F. *A face oculta da escola*. Educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, escola e ideologia*. Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

\_\_\_\_\_. *La escuela a examen*. Um análisis sociológico para educadores y otras personas interesadas. Madrid: Pirâmide, 1998.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não*. Cartas a quem ousa ensinar. 10ª ed. São Paulo: Olhos d'gua, 2000.

FILHO, Lauro Monteiro; ABREU, Vânia Izzo. *Abuso sexual*. Por que? Para que? Como? O que?. Mitos e realidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Autores &Agentes & Associados, 1997.

FERNANDES, Florestan. *Nova república?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FIORINI, Gaspar. *Mulheres no sindicato*. Copyright@jun/2000 SEMIRGS. Disponível em: <<http://www.sindicatocopyright@jun/2000>> . Acesso em 23 de julho de 2004.

FORQUIM, Jean-Claude. *Escola e cultura*. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artmed, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria (orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964 a 1985)*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GUEDES, Valterli et al. *O impasse na educação*. Revista Hoje, ano 2, edição 26, p. 5 a 7, junho de 2007.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

JULIA, Maria. *Participação e poder: as mulheres construindo e transformando*. Disponível em: [http://www.cut.org.br/cnmt\\_8\\_2003htm](http://www.cut.org.br/cnmt_8_2003htm) . Acesso em 20 de julho de 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. *Repensando o estado para o desenvolvimento social. Superando dogmas e convencionalismo*. São Paulo: Cortez, 1998.

LAMBERT, Milton Santos. *O espaço do cidadão*. 5ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, Adeus professora? Novas exigências educacionais e profissional docente*. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Angelita. *Debate no sindicato dos jornalistas de Goiás em comemoração ao dia internacional da mulher*. Disponível em: <http://www.jornalistago.org/artigo6.htm>. Acesso em: 25 de julho de 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *Revista crítica marxista. Gênero, história e educação: construção e desconstrução*. São Paulo: Contexto, 1997. v. 20, n. 2. pg.101-131.

MARTINS, José de Pina. *Maquiavel. Gigantes da literatura universal*. São Paulo: Editorial Verbo, 1972.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. (I – Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni; Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1991.

MIELLI, Renata. *Revista presença da mulher*. 8 de março, na luta pelas mudanças e por mais conquistas. Ano XVII, n. 49, março/2006, p. 8-12.

MOTA, Carlos Guilherme(org). *Viagem incompleta: a experiência Brasileira (1500-2000) A grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000.

PARAÍSO, Marlucy Alves. *Gênero na formação docente: campo de silêncio no currículo*. Cadernos de pesquisa. São Paulo: Ed. LIS Gráfica e Editora/ Fundação Carlos Chagas, n.102, p. 23-45, nov/1997.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Queroz, 1996.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana. Enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2001.

PEDRO, Lúcia. *Balanço do neoliberalismo*. Disponível em: ([http://www.politica.pro.br/cursos/curso\\_crisis\\_aula1.htm](http://www.politica.pro.br/cursos/curso_crisis_aula1.htm)). Acesso em 25 de maio de 2007.

PEREIRA, Antônio Garcia et al. *Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho*. Florianópolis/Lisboa: Editora da UFSC, 2001.

PRESTES, Nadja Hermann. *O sujeito, a modernidade e a educação*. Revista educação e realidade. n. 17, jul/dez, 1992.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O olimpo para os sobreviventes: representação social e mundo do trabalho*. Revista espaço acadêmico. n. 28 setembro 2003 – mensal – ISSN 1519.6186. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28corganista.htm>. Acesso em 19 jul/2005.

REVISTA UNDIME. *Educação municipal*. Ano 16, n. 7. Dezembro de 2004.

REDE, *mulher na educação*. Disponível em : <http://www.redemulher.org.br/marcha.htm> . Acesso em 30 de julho de 2004.

SAES, Décio Azevedo M. de. *Classe média e escola capitalista*. In: Revista crítica marxista. São Paulo: Revan, 2005.

\_\_\_\_\_. *Educação e socialismo*. In: Revista crítica marxista. n. 18. São Paulo: Revan, 2004.

SAFFIOTI, Heleilth. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. São Paulo: Vozes, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, A. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

\_\_\_\_\_ *Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?* Revista crítica marxista. São Paulo: BOITEMPO, n. 11, p.71-75, outubro de 2000.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 5ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SANTOS, Teotonio do. *Conceito de classes sociais*. São Paulo: Vozes, 2000.

SAVIANE, Dermeval. *Educação e questões da atualidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

SENNETT, Ricard. *A corrosão do caráter*. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 7ª ed. São Paulo: Editora Record, 2003.

SCHUPUN, Mônica Raisal. *Gênero sem fronteiras*: Oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

SCOTT Joan. *Revista crítica marxista*. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. São Paulo: Contexto, 1997. V. 20, n. 2 pg.72-99.

SILVA, Marcos Antônio da. *Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos na UCG*. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. 22ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

SINPRO/GO, *Direitos da mulher professora*. Goiânia, março de 2000.

SINPRO. *Educação para a igualdade entre mulheres e homens*: Um desafio para professoras e professores. Goiânia, 2001.

SINTEGO. *Educação em revista*. Profissionalização dos funcionários administrativos da escola. Ano VI, n. 6- 2004.

SIMONETTI, Eliana Giannella. *Elas venceram*. Revista Veja. ano 33, n. 45, p. 124-131, novembro de 2000.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Política educacional em tempos de transição: 1985 a 1995*. Brasília: Plano, 2000.

VIANA, Nildo(org.) *A questão da mulher*. Opressão, trabalho e violência. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

TURA, Maria de Lurdes R. *Durkheim e a educação*. In : Tura, Maria de Lurdes R. (Org.). *Sociologia para educadores*. 2 ed.. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

ALIENAÇÃO. In: Wikipedia, a enciclopédia livre.disponível em: <http://wikipedia.org/aliena>. Acesso em: 8 agosto 2007.